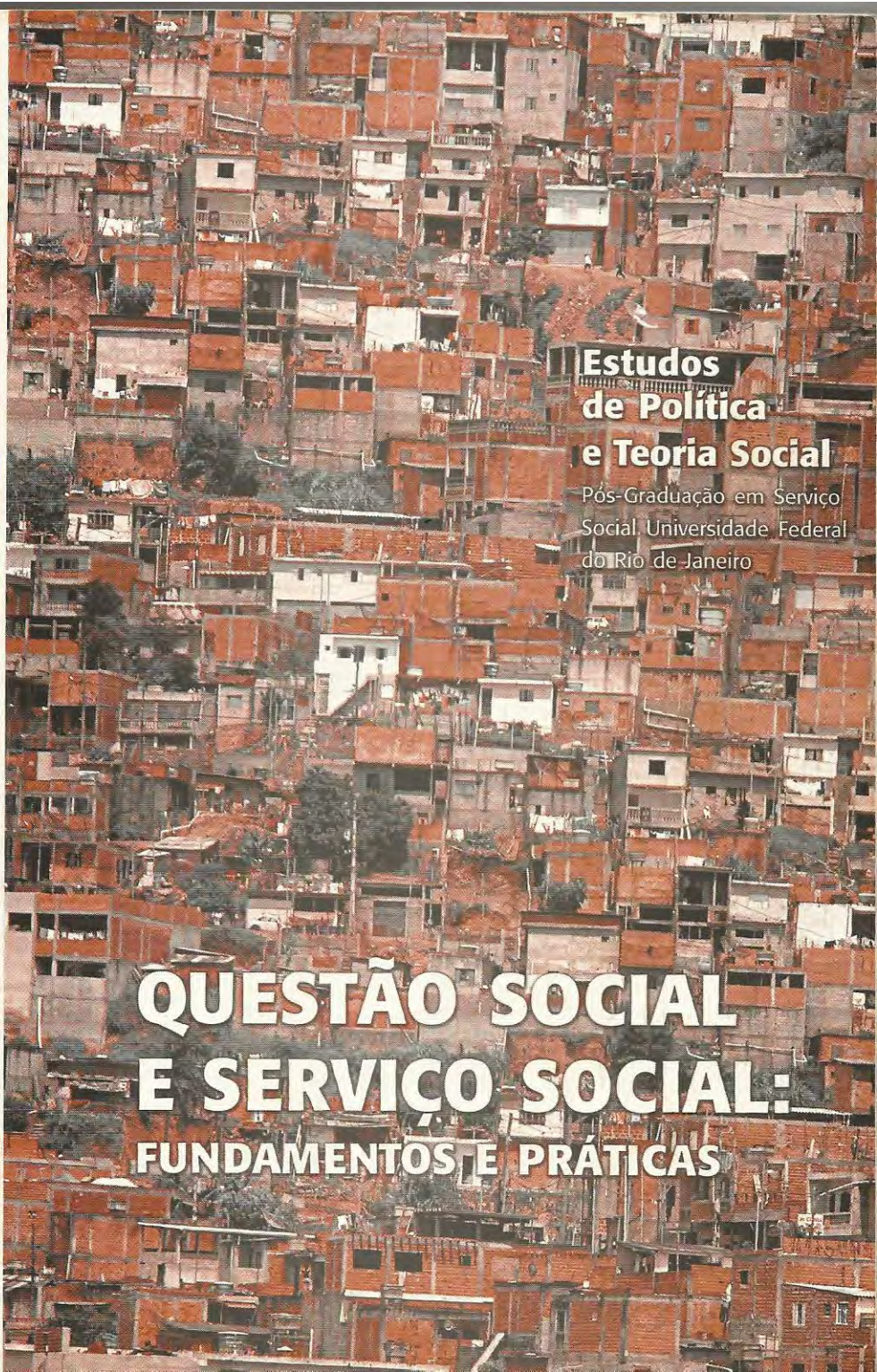


10

Praia Vermelha

N. 10 • PRIMEIRO SEMESTRE • 2004



**Estudos
de Política
e Teoria Social**

Pós-Graduação em Serviço
Social, Universidade Federal
do Rio de Janeiro

QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS

NESTE NÚMERO:

**A FORÇA HISTÓRICO-ONTOLÓGICA E CRÍTICO-ANALÍTICA
DOS FUNDAMENTOS**

Yolanda Guerra

**DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E "QUESTÃO SOCIAL":
NOTAS PARA DEBATE**

Nádia Socorro Fialho Nascimento

A QUESTÃO SOCIAL EM DEBATE

Ellene Pimentel Santos

UMA "PRAGA DE FANTASIAS"

Sergio Lessa

A "QUESTÃO SOCIAL" NO PERÍODO DA DECADÊNCIA CIENTÍFICA

Alfredo Batista

RELIGIÃO NA PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL

Pedro Simões

MULHER E ASSISTÊNCIA: AS AFINIDADES ELETIVAS

Yara Maria Frizzera Santos

Praia Vermelha

Estudos de Política e Teoria Social

É uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social (PPGESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cujo objetivo é constituir-se num instrumento de interlocução com outros centros de pesquisa da área de Serviço Social e Ciências Sociais, procurando colocar em debate as questões atuais, particularmente aquelas relacionadas à nova face da "Questão Social" na sociedade brasileira.

EDITORES

Myriam Lins de Barros
Ivo Lesbaupin

COMITÊ EDITORIAL

Carlos Nelson Coutinho
Cleusa dos Santos
Eduardo Mourão Vasconcelos
Erimaldo Matias Nicacio
Francisco Ary Fernandes de Medeiros
Janete Luiza Leite Hanan
Jean-Robert Weisshaupt
José María Gómez
José Paulo Netto
Leilah Landim
Lília Guimarães Pouguy
Maria das Dores Campos Machado
Maria de Fátima C. Marques Gomes
Maria Helena Rauta Ramos
Marlise Vinagre Silva
Nobuco Kameyama
Sara Nigri Goldman
Suely Souza de Almeida
Yolanda Aparecida Demetrio Guerra
Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria Martins (ISSS – Coimbra/Portugal)
Ana Elizabeth Mota (UFPE)
Danièle Kergöat (GEDISST – CNRS/França)
Dayse Solarí (Univ. República La Uruguay)
Helena Hirata (GEDISST – CNRS/França)
Suen Hesse (Universidade de Estocolmo/Suécia)
Jean Lojkine (EHESS/Paris)
Leandro Konder (PUC/UFF)
Margarita Rosas (Universidad La Plata/Argentina)
Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP)
Michael Löwy (EHESS/Paris)
Maria Ozanira Silva e Silva (UFMA)
Richard Marin (Univ. de Toulouse-le-Mirail)
Sônia Alvarez (EUA)
Sulamit Ramon (London School of Economics)
Vicente de Paula Faleiros (UNB)
Reinaldo Gonçalves (UFRJ)
Ivete Siemionato (UFSC)

ASSESSORIA EDITORIAL

Murilo Peixoto da Mota

Praia Vermelha

Nº 10 • PRIMEIRO SEMESTRE • 2004

Estudos de Política e Teoria Social

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social – PPGESS

Solicita-se Permuta/Exchange Desired

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida
ou transmitida sem a permissão dos editores.

As posições expressas em artigos assinados
são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Ampersand Comunicação Gráfica
ampersand@amperdesign.com.br

REVISÃO

Tereza da Rocha

Praia Vermelha

Estudos de Política e Teoria Social

UFRJ – Escola de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação
Av. Pasteur, 250 – fundos
CEP: 22 290-240
Rio de Janeiro – RJ
Fone: (21) 3873-5438
Fax: (21) 2542-8148
E-mail: mpnota@ess.ufrj.br

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do
Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social –
Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social.
Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184

1. Serviço Social-Periódicos. 2. Teoria Social-Periódicos. 3. Política-Periódicos. I. Universidade
Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

CDD 360.5
CDU 36 (05)

10
Praia Vermelha

Estudos de Política e Teoria Social

Nº 10 • PRIMEIRO SEMESTRE • 2004

QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social – PPGESS

SUMÁRIO/SUMMARY

APRESENTAÇÃO	8
A FORÇA HISTÓRICO-ONTOLÓGICA E CRÍTICO-ANALÍTICA DOS FUNDAMENTOS	12
<i>Yolanda Guerra</i>	
DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E “QUESTÃO SOCIAL”: NOTAS PARA DEBATE	46
<i>Nádia Socorro Fialho Nascimento</i>	
A QUESTÃO SOCIAL EM DEBATE	62
<i>Edlene Pimentel Santos</i>	
UMA “PRAGA DE FÂNTASIAS”	84
<i>Sergio Lessa</i>	
A “QUESTÃO SOCIAL” NO PERÍODO DA DECADÊNCIA CIENTÍFICA	112
<i>Alfredo Batista</i>	
RELIGIÃO NA PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL	126
<i>Pedro Simões</i>	
MULHER E ASSISTÊNCIA: AS AFINIDADES ELETIVAS	150
<i>Yara Maria Frizzera Santos</i>	
RESENHAS	
METAMORFOSES SOCIAIS E POLÍTICAS URBANAS	174
MARIA HELENA RAUTA RAMOS (ORG.)	
<i>Por Eliane Bryon</i>	
A CATEGORIA “QUESTÃO SOCIAL” EM DEBATE	177
ALEJANDRA PASTORINI	
<i>Por Ana Izabel de Carvalho Pelegrino</i>	

APRESENTAÇÃO	8
THE HISTORIC-ONTAOLGIC FORCE AND ANALYTICAL CRITICISM OF FUNDAMENTALS	12
<i>Yolanda Guerra</i>	
CAPITALIST DEVELOPMENT AND SOCIAL QUESTION: NOTES TOWARDS A DEBATE	46
<i>Nádia Socorro Fialho Nascimento</i>	
DEBATE ON THE SOCIAL QUESTION	62
<i>Edlene Pimentel Santos</i>	
A “PLAGUE OF PHANTASIES”	84
<i>Sergio Lessa</i>	
THE “SOCIAL QUESTION” ON THE SCIENTIFIC DECLINE PERIOD	112
<i>Alfredo Batista</i>	
RELIGION IN THE SOCIAL WORK PRACTICE	126
<i>Pedro Simões</i>	
WOMAN AND ASSISTANCE: ELECTIVE AFFINITIES	150
<i>Yara</i>	
RESENHAS	
METAMORFOSES SOCIAIS E POLÍTICAS URBANAS	174
MARIA HELENA RAUTA RAMOS (ORG.)	
<i>Por Eliane Bryon</i>	
A CATEGORIA “QUESTÃO SOCIAL” EM DEBATE	177
ALEJANDRA PASTORINI	
<i>Por Ana Izabel de Carvalho Pelegrino</i>	

APRESENTAÇÃO

Este número de *Praia Vermelha* é dedicado ao debate contemporâneo presente no serviço social sobre os fundamentos teóricos e a prática profissional.

O primeiro artigo, “A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos”, de Yolanda Guerra, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC) da Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ, desenvolve sua argumentação ressaltando a importância da

tradição marxista no serviço social na revisão crítica dos seus fundamentos conservadores. Mostra que, no contexto contemporâneo de perda de conquistas trabalhistas e civilizatórias, surgem novas expressões da questão social às quais os profissionais tendem a responder no âmbito do indivíduo com abordagens definidas por idéias de adaptação e ajustamento. Apresenta a necessidade de enfrentamento desta tendência, retomando-se a razão racionalista, humanista, historicista e dialética.

O segundo texto é um dos resultados das pesquisas realizadas no NEFSSC assinado por parte da equipe: Fátima Grave, Joana Valente e Nádia Socorro Fialho Nascimento. O artigo intitulado “Desenvolvimento capitalista e ‘Questão Social’: notas para debate” apresenta o debate atual sobre as expressões da questão social, trazendo para a discussão alguns autores que são referência para o serviço social: Robert Castel, José Paulo Netto, Potyara Amazoneida Pereira. A importância de apresentar as bases deste debate está na própria centralidade da questão social para a atividade e formação profissional. As autoras salientam que esta não é uma questão nominalista, mas traz as condições políticas de disputa de projetos societários.

Eldene Pimentel Santos inicia seu artigo “A questão social em debate” com uma perspectiva histórica sobre o estado social e a questão social para então apresentar uma leitura das visões de Robert Castel e Pierre Rosanvallon sobre a nova questão social situada nas alterações no mundo do trabalho, com conseqüências inevitáveis como o desemprego, a pobreza e o refluxo da luta dos trabalhadores.

“Uma ‘praga de fantasias’” é o título do artigo de Sergio Lessa. O autor faz uma análise crítica das obras de Antonio Negri e G. Lipovetsky, argumentando que as teses desses autores têm uma função ideológica conservadora. Para Lessa, Negri, assim como Lazzarato e Hardt, propõe uma teoria da história na qual as transformações que ocorrem atualmente “seriam a afirmação do modo de produção comunista nos ‘interstícios do capitalismo’”. Este e outros pontos dos trabalhos de Negri são focalizados pela crítica do autor. Quanto a Lipovetsky, Lessa inicia seu debate apresentando a crítica ao novo “modelo” para a história do autor que é apresentado pela passagem da disciplina à sedução, através de uma nova forma de regulamentação social realizada sob a ação da moda. Apresenta, ao final do texto, sua proposta de retorno à história, com uma menção à crise contemporânea.

“A ‘questão social’ no período da decadência científica”, de Alfredo Batista, apresenta parte da discussão realizada em sua tese de doutorado. Desenvolve uma análise histórica da emergência da “questão social” na sociedade capitalista, traçando um panorama das respostas burocráticas, administrativas e psicologizantes do século XIX, baseadas em conteúdos pseudo-científicos elaborados por intelectuais de um projeto burguês de sociedade.

Os dois últimos artigos tematizam o serviço social a partir das questões da religião e das relações de gênero. O artigo de Pedro Simões, intitulado “Religião na prática do serviço social”, está baseado em pesquisa com

assistentes sociais brasileiros e ingleses sobre a influência de valores e crenças religiosas na prática profissional. A análise comparativa desses dois universos sociais veio, segundo o autor, contrariar uma expectativa inicial das diferenças entre as experiências brasileiras e inglesas. O autor mostra que nessas duas realidades a religião é um elemento fundamental para a escolha da profissão, para sua atividade e para o que o autor denomina satisfação profissional.

O texto “Mulher e assistência: as afinidades eletivas” de Yara Maria Frizzera Santos, também baseado em pesquisa com assistentes sociais, parte da hipótese de uma coexistência de modelos distintos na prática e na representação da profissão. De um lado, o “modelo de ajuda” que está na memória, nas representações e na prática das assistentes sociais de hoje como uma referência a um padrão cultural feminino; de outro lado, as formulações “modernas” de matriz liberal, tecnicista ou marxista. A autora desenvolve seu argumento baseada na literatura sobre gênero e nas teorias sobre sociabilidade primária e secundária, trazendo a discussão sobre as “afinidades eletivas” entre o serviço social e a mulher.

Este número de *Praia Vermelha* finaliza com duas resenhas. O livro organizado por Maria Helena Rauta Ramos, editado pela DP&A em 2002, *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*, é apresentado por Eliane Bryon, e Ana Izabel de Carvalho Pelegrino faz a resenha do livro de Alejandra Pastorini intitulado *A categoria “questão social” em debate*, publicado pela editora Cortez em 2004.

OS EDITORES

A FORÇA HISTÓRICO-ONTOLÓGICA E CRÍTICO-ANALÍTICA DOS FUNDAMENTOS

Yolanda Guerra*

RESUMO

Neste artigo busca-se demonstrar que foi a correta aproximação de uma ontologia do ser social que se funda na práxis que permitiu ao serviço social realizar a revisão crítica dos fundamentos conservadores que lhe vêm servindo de explicação e orientação teórico-prática. Resgata-se a importância da tradição marxista no serviço social, de seu investimento em compreender as bases histórico-ontológicas que fundam a profissão e na construção de um projeto profissional que intencione a ruptura com o conservadorismo. Argumenta-se que, não obstante os seus avanços, o contexto regressivo acentua na profissão as saídas irracionais. A hipótese norteadora dessas reflexões é a de que enfrentar a “regressão idealista” no interior da profissão exige a retomada da razão racionalista, humanista, historicizada e fecundamente crítico-dialética. O procedimento de “ir aos fundamentos”, de recuperar a essência das coisas, “a restituição do sentido original da obra de Marx”.

Palavras-chave: fundamentos histórico-ontológicos; serviço social; regressão idealista; razão dialética

ABSTRACT

This article attempts to show what was the correct approximation of an ontology of the social being that is confounded in the practice that permits the Social Service the critic revision of conservative fundamentals that have served as explanation and theoretical-practice guidance. Save the importance of the Marxist tradition in the Social Service, from its attack in understanding the historic-ontological that founded the profession and in the construction of a professional project that intended to break with conservatism. Arguing that notwithstanding its advances the regressive context accents the irrationalist outlets in the profession. The guiding hypotheses of these reflections is, that to face the idealist regression inside the profession demands the return of rationalistic, humanistic, historical reason and fertile critic-dialectic. The procedure of “go to the basics, of recuperating the essence of things” to the restitution of the original meaning of Marx’ work.

Key words: historic-ontological fundamentals; Social Service; idealist regression; dialectic reason

* Doutora em Serviço Social, Profª da Escola de Serviço Social-UFRJ, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade – NEFSSC.

INTRODUÇÃO

A preocupação com os fundamentos das coisas parece ser uma questão extemporânea neste final de século, período no qual a retórica pós-modernista antiontológica vai conquistando adeptos de várias tendências.

Essa afirmação se justifica ao considerarmos que na contemporaneidade o critério de verdade das teorias,¹ enquanto formas de apropriação e de (re) construção do real pela via do pensamento (Netto, 1986)² do único modo que lhe é possível, ou seja, como concreto pensado, tem se tornado cada vez mais uma resultante de *conciliações, de arranjos, do caos, do acaso ou de regras dos jogos de linguagem*.³ Como falar em fundamentos sócio-históricos, teóricos e ideopolíticos se, segundo os seus críticos, nos últimos 30 anos, a razão moderna, que fundamentou a expansão capitalista e o socialismo real, acusada de *aliada do bloco no poder*, foi capturada pela lógica do mercado e convertida em uma de suas dimensões, a dimensão instrumental? Se os projetos societários que fundam o mundo moderno – o capitalismo e o socialismo real – negaram o ideal emancipatório do projeto da Ilustração que dá base à Modernidade? Se a razão fundada pelo projeto da Modernidade, não cumprindo suas promessas de liberação humana, nega suas próprias possibilidades emancipatórias?

O que ocorre é que falar em fundamentos só tem sentido, em primeiro lugar, quando se opera com uma razão racionalista, humanista, historicista e dialética,⁴ a qual historicamente tem sido objeto de enfrentamento por

1 Utilizo a concepção marxista de teoria entendida como “elevar a conceito o movimento concreto” (Lukács, In: Guerra, 1995: 182).

2 Netto considera as teorias sociais como um “complexo sistemático de proposições verificáveis concernentes à estrutura dinâmica, ao modo de ser e de se reproduzir de um determinado ser social (...) do ser social burguês” (1986: 52).

3 Não é demais esdarecer que é esta a concepção de teoria veiculada pela racionalidade (ou irracionalidade) pós-moderna.

4 Como diz Coutinho, as formas de compreensão do real, a partir de Hegel, sustenta-se em três pilstras: o humanismo, “a teoria de que o homem é um produto da sua própria atividade, de sua história coletiva; o historicismo concreto, ou seja, a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a conseqüente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana; e, finalmente, a razão dialética, como a própria “racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade”, e, por isso, capaz de indicar as categorias capazes de apreender subjetivamente essa racionalidade objetiva” (Cf. Coutinho, 1972: 14).

parte das correntes irracionistas, e, em segundo lugar, quando não se contenta com o formalismo e/ou com a positividade posta na aparência necessária dos fenômenos, quando não se opera com um tipo de conhecimento que se cristaliza na expressão fenomênica da realidade, quando não se identificam discurso e teoria, experiência e práxis, como fazem as correntes do racionalismo formal-abstrato. Se nenhum dos dois procedimentos de captação do real e de reflexão sobre ele, acima referidos, podem ser considerados novos, ambos apresentam-se, neste final de século, sob novas formas de expressão. Ambos são sustentados tanto pela objetividade, pela forma fenomênica que reveste os acontecimentos na ordem burguesa madura, quanto, sobretudo, pelo estabelecimento de uma nova dinâmica espaço-tempo, a qual justifica a expansão de uma lógica cultural fixada na imagem, no simulacro, no imediato, no fragmento, no micrológico, no fortuito, na suposta ausência de racionalidade do real (Cf. Jameson, 1996).

Aqui, duas considerações sobre a relação aparência/essência se fazem necessárias. Marx chamou atenção para o fato de que a aparência pela qual essa ordem social se explicita é a da inversão dos processos sociais. Para ele, *no capitalismo os homens apreendem a realidade de maneira inversa da sua gênese e do seu desenvolvimento*, tendo em vista que 1) o conhecimento é sempre *post festum*, e, conseqüentemente, a apreensão dos processos só pode realizar-se pelos seus resultados – daí a tendência a vê-los como fôrmas, como cristalizações, como formas prontas e acabadas e não no seu movimento, ou seja, como processos e como formações sócio-históricas; e 2) a sociedade burguesa realiza a inversão ontológica entre fins e meios, sujeito e objeto, aparência e essência (Cf. Marx, 1985a: 73).

Com isso podemos inferir que a resistência às análises que descartam a busca dos fundamentos encontra-se na própria objetividade com que os processos sociais se revestem, objetividade esta pela qual tais processos aparecem e são reconhecidos. Daí que o significado dos mesmos passa a ser extraído dessa aparente objetividade. O que ocorre é que o mundo burguês, que é o mundo da “pseudo-concreticidade” (Kosik, 1986), reveste os fenômenos com uma tal objetividade que eles se tornam apenas formas encaixadas em determinadas “fôrmas” e como tal, coisas, objetos. A tendência de analisar os resultados como se fossem as reais causas dos fenômenos sociais não percebe “que o mundo sensível (...) não é um objeto dado

diretamente, eterno e sempre igual a si mesmo, mas sim o *produto* da indústria e do estado da sociedade, no sentido de que é um produto histórico, o *resultado* da atividade de toda uma série de gerações, sendo que cada uma delas se alçava sobre os ombros da precedente, aperfeiçoava sua indústria e seu comércio e modificava seu regime social em função da modificação das necessidades” (Marx e Engels, 1989: 43).

Esse nível de objetividade que reveste os fenômenos sociais no capitalismo, intensificado no seu estágio maduro, é a estrutura de objetividade da própria realidade, é o modo de ser dos fenômenos que, apanhados na sua imediatez, pela supressão das mediações que os produzem e os conectam a outros, produzem análises invertidas, toscas, parciais, fragmentadas e submetem os sujeitos, cada vez mais, a uma sociabilidade na qual o homem se constitui em *meio para os outros homens*.

Deste modo, há que se reconhecer que a reificação, o fetichismo, a conseqüente instrumentalização das pessoas não são os fatores que engendram a exploração no capitalismo,⁵ mas *formas sociais* extremamente conseqüentes e necessárias, tendo em vista as bases materiais sob as quais as relações de produção se realizam. Isso porque

“as coisas não se tornam capital (...) em virtude de suas propriedades naturais, mas por estarem subsumidas a determinadas relações sociais. Se o modo de produção historicamente dado fosse a expressão adequada das características naturais das coisas e da lei natural do intercurso social e da produção enquanto tais..., não haveria como escapar do círculo vicioso da pressuposição a priori do capital, de modo a ter que viver com ele para sempre” (Mészáros, 1993: 193 – grifos meus).

Se isso é verdade, há que se partir da aparência que reveste os objetos, da forma que os fenômenos, processos e práticas sociais adquirem, há que

5 Não é supérfluo lembrar que a gênese da reificação (da personificação das coisas e da coisificação das pessoas) localiza-se na troca mercantil. Diz Lukács: “Pode-se descobrir na estrutura da relação mercantil o protótipo de todas as formas de objetividade e de todas as formas correspondentes de subjetividade que se dão na sociedade burguesa” (in: Netto, 1981: 78, nota 163).

compará-las, distingui-las, o que supõe a utilização de um nível da razão, que é a racionalidade formal-abstrata. Mas é preciso ir além deste nível do pensamento, desta forma inferior da razão. O pensamento formal-abstrato, justificador da ordem burguesa, cristaliza-se aí.

Se essa formalização e abstração do pensamento não são condições novas, mas próprias do racionalismo burguês, o que ocorre na atualidade é que a crise global e estrutural, que tanto os países de Primeiro Mundo quanto os de Terceiro vivenciam, que resulta numa reestruturação do capital, numa ofensiva neoliberal, na recusa dos projetos societários vigentes, dos valores, normas e princípios éticos e, na rejeição das instituições próprias do capitalismo e do socialismo real, esta crise global gera uma tendência à “distorção sistemática da história para fins irracionais” (Hobsbawm, 1998: 47). Lukács (1968) já havia se pronunciado sobre os momentos de crise, nos quais a perspectiva anti-histórica tende a negar a historicidade ou a metamorfoseá-la em outra coisa. Com isso a história, de processo de emancipação do homem em relação à natureza ou de desenvolvimento da sua capacidade de controlá-la, converte-se em domínio e manipulação de uns homens sobre outros, e, nesse campo, o irracionalismo é inevitável. Na medida em que interdita-se a componente crítica da razão histórica, “esgota e reduz [-se] a racionalidade aos comportamentos manipuladores do sujeito em face do mundo objetivo” (Netto, 1994: 29). Entretanto, se com o acirramento da crise global “(...) o instrumentalismo da razão analítico-formal torna-se mais modesto pela evidência da irracionalidade global das atuais formas de intercâmbio sociedade/natureza (...) os novos irracionalismos já não têm nenhuma pretensão romântica ou devaneio rebelde – são agora bem-comportados e realistas e proclamam (inclusive capitalizando o fracasso dos regimes do ‘socialismo real’ como o fim do socialismo) o colapso da história e das utopias, entre as quais arrolam as bandeiras ilustradas” (idem: 41).

A partir daí ganha realidade material um determinado tipo de pensamento que passa a negar os universais, a história, o tempo gregoriano, e tudo o que representa a modernidade. Seus partidários entendem que o mundo contemporâneo – que definem como a sociedade pós-industrial na economia e sua correspondente no campo da cultura, a pós-modernidade – é o *locus* das individualidades, do arbitrário, do virtual, do simulacro, do “aqui e agora”, daí a simpatia especial que nutrem pelo individualismo

possessivo,⁶ por um “sujeito psicológico”, pelo “presente perpétuo⁷” (ou presentificação), pela psicologização das relações sociais, pelo local, pelo micro, pelo efêmero, pelas teorias comportamentais (ou neobehavioristas) e, finalmente, pelos jogos de linguagem. Desprezam, em nível do discurso,⁸ o que consideram “velhos conteúdos sociológicos universalizantes”, as metanarrativas, que concebem como paradigmáticas, as quais, segundo os “pós-modernos”, deslegitimadas pelas mudanças operadas no sistema socioeconômico e cultural, devem ser substituídas por novos aportes e critérios de verdade. Para tanto, os que das concepções pós-modernistas partilham defendem que a aferição da verdade do conhecimento – que entendem como processo de *desconstrução*, desencadeado tanto por um sujeito psicológico (Ego) sobre uma realidade única e irrepitível quanto resultante de interações sociais (Alter)⁹ – sustenta-se no critério de *operatividade*, referido a uma situação presente e efêmera, *de natureza puramente funcional* que, por se tratar de critério de natureza técnica, nada pode dizer sobre o “justo” (Cf. Lyotard, op. cit.), ou seja, sobre o campo ético-político.¹⁰ O que se coloca como inusitado neste tempo histórico são as novas formas sobre as quais a racionalidade formal-abstrata e o irracionalismo se apresentam, em nível da reprodução social, quais sejam, novas teorias,

6 Receio que o individualismo possessivo, herdeiro direto do liberalismo clássico, cuja singularidade está em tornar os homens proprietários de si mesmos, e como tal, livres para o exercício da posse e da troca, se generalize e se estenda por estágios superiores do capitalismo, sendo reposto de modo mais complexo e intensificado. Movimentando-se sob as bases histórico-materiais postas pelo estágio monopolista tardio do capitalismo, o liberalismo possessivo continua exercendo enorme ponderação nas relações sociais e na forma de sociabilidade do mundo burguês. É por isso que, a meu ver, na instrumentalização das coisas e das pessoas, na percepção dos homens como instrumentos – e como tal, passíveis de serem manipulados/controlados, localiza-se o modo de ser das relações burguesas, e como tal, coaduna-se perfeitamente com a programática neoliberal e, mais ainda, com a ideologia da pós-modernidade.

7 O que significa esse “presentismo” senão o nível “mediato”, tão criticado por marxistas como Lukács, Vasquez, Kosik, Mészáros, dentre outros.

8 Observe-se que a rejeição das teorias macrosocietárias e dos sistemas filosóficos mais abrangentes pelo pensamento “pós-moderno” se limita ao nível da retórica, já que sem os fundamentos de um sistema filosófico (concepção de história, razão e liberdade), sem uma referencialidade macroscópica, nenhuma suposta forma de “análise e interpretação da sociedade” se sustenta.

9 Uma crítica firme e fecunda da tendência pós-moderna é realizada por Fredric Jameson, *Ática*, 1996.

10 Importante relembrar ao leitor que o pensamento pós-moderno substitui a lógica por “raciocínios paralogicos” (Cf. Lyotard, 1989, especialmente p. 90), e, ainda, a ética pela estética.

novos discursos, novas culturas, todas elas em íntima conexão com as necessidades do novo padrão de acumulação vigente. Observa um arguto analista e crítico do que ele denomina lógica cultural do capitalismo tardio:

“De forma bastante apropriada, a cultura do simulacro entrou em circulação em uma sociedade em que o valor de troca se generalizou a tal ponto que mesmo a lembrança do valor de uso se apagou, uma sociedade em que, segundo observou Guy Debord, em uma frase memorável, ‘a imagem se tornou a forma final da reificação’ – a sociedade do espetáculo” (Jameson, 1996: 45) (as aspas são do autor).

Em verdade, conforme comenta Brunhoff, “a imagem do empresário, que assume riscos para ganhar mercados, (...) a da pequena empresa competitiva que exporta seus produtos para o mundo inteiro, a do profissional que obtém a melhor relação entre a qualidade e o preço de seus serviços (...) o mercado, livre de qualquer entrave burocrático ou a salvo de choques inesperados (...)” (1991: 7) são as imagens que se depreendem da nova dinâmica espaço-tempo e conformam o capitalismo monopolista no seu estágio desenvolvido. Como nos mostra Brunhoff, são essas imagens que, a partir dos anos 80, passam a sustentar correntes ideológicas cujo dogma do mercado soberano e racional nutre formas de pensar e agir,¹¹ e, portanto, racionalidades.

Nota-se que a identificação que esses analistas fazem entre o projeto da Modernidade e a racionalidade hegemônica do capitalismo,¹² leva a uma redução da razão como um todo à sua dimensão instrumental,¹³ própria da relação entre homem e natureza e, por isso, necessária, porém, limitada (Cf. Guerra, 1995). Ocorre que, como bem observa Netto,

11 A esse respeito, Tavares e Fiori identificam a presença de uma ideologia da “nova modernidade conservadora”, (in: Tavares e Fiori, 1993, p. 20).

12 Apenas para indicar alguns, resguardadas as diferenças: Habermas, Adorno, Horkheimer, Boaventura Souza Santos, e os clássicos do pensamento pós-moderno – Lyotard, Derrida, Guatari.

13 O que, citando Coutinho, contribui para “reforçar nas consciências a convicção de que a atual manipulação humana com todas as suas consequências é um dado ontológico eterno e imutável” (1972: 61).

“nas fronteiras da racionalidade analítico-formal, o projeto iluminista foi perdendo densidade em face da consolidação da ordem burguesa. Nesta, o crescente controle da natureza – implicando uma prática (social) basicamente manipuladora e instrumental – revela-se funcional ao movimento do capital e aquela racionalidade se identifica com a razão *tout court*” (Netto, 1994: 40).

Essa modalidade específica de razão dilata-se a ponto de se tornar a razão hegemônica do mundo burguês. Nessa consideração reside a polêmica em defender a “persistência ou o colapso” da modernidade.

É na esteira do pensamento de Lukács que se pode identificar a unidade entre os procedimentos do conhecimento tanto neopositivistas quanto neo-irracionalistas ou pós-modernos, já que os primeiros partem de *regras* formais do método científico ou sociológico (Cf. Durkheim, 1983) e os segundos das *regras* de linguagem (Cf. Lyotard, *idem*): ambos implicam a pauperização da razão moderna e o cancelamento das suas determinações humanistas, históricas e dialéticas (Cf. Lukács, 1968, Coutinho, 1972, e Netto, 1994). E sobretudo pelo agnosticismo que os caracteriza, os fundamentos ou “a coisa em si” são relegados ao plano do incognoscível.¹⁴

Na perspectiva modelar com que as tendências destruidoras da razão trabalham se encaixam as programáticas de ação cujo critério é extrair do caráter técnico, funcional, manipulatório, para consagrar a eficácia, a eficiência, a *performance* dos resultados, evidentemente, isentos de juízos de valores, cujos argumentos de justificação vão desde a virtuosa moral objetiva, abstraída de qualquer conteúdo ideológico (que subjaz ao pensamento positivista), até a virtualidade amoral da estética pós-moderna, que recusa as utopias e, sobretudo, qualquer orientação por projetos sociais (considerados paradigmas). A resultante é evidenciada pelas palavras de Lukács:

¹⁴ Lembro que o positivismo, enquanto uma vertente cientificista, apóia-se, de um lado, no experimentalismo sistemático – estudo dos fatos e de suas relações cuja existência possa ser percebida pela experiência – e, de outro, nega o estudo das causas finais. Na concepção positivista, os homens podem alcançar as verdades positivas ou experimentais, mas não se admite que se pronunciem sobre as causas íntimas, origem e finalidade das coisas (metafísica).

“Se de fato a ciência não almeja conhecer de maneira mais adequada possível a realidade do ser em si, se não se esforça a descobrir com métodos cada vez mais aperfeiçoados novas verdades que necessariamente também são fundadas ontologicamente e que aprofundam e multiplicam os conhecimentos ontológicos, em última instância, a sua atividade se reduz a sustentar a práxis no sentido imediato. Se a ciência não pode ou, talvez, conscientemente não quer ir além deste nível, a sua atividade se transforma em uma manipulação dos fatos que interessam aos homens na prática” (1988: 103).

É nesse contexto sócio-histórico e ideocultural que a busca pelos fundamentos justifica-se, considerando que há um revigoramento de antigas polêmicas do pensamento ocidental, as quais são atualizadas à luz dos argumentos sobre a suposta “crise dos projetos societários gestados na modernidade”. Se o embate decisivo é entre razão e desrazão, entre modernidade e neoconservadorismo, faz-se necessário denunciar os fundamentos ideológicos e irracionais nos quais se apóiam.

De fato, o que ocorre é o abandono da dimensão ontológica do real, da história como substância, o que permite que essas correntes afirmem a destruição do passado, o fim da história e das grandes narrativas.

Ora, é na compreensão da substância, “enquanto princípio ontológico da permanência na mudança, (...) como aquilo que continua a se manter, a se explicitar, a se renovar nos complexos reais da realidade (...) que as tendências ontológicas à historicidade” (Lukács, 1979: 78) se efetivam. Mas a historicidade não se determina apenas pela “eternidade do movimento” ou por uma renovação contínua; ela “implica não o simples movimento, mas também e sempre *uma determinada direção na mudança*, uma direção que se expressa em transformações qualitativas de determinados complexos, tanto em-si quanto em relação com outros complexos” (Lukács, *idem*: 79).

Se isso é verdade, então o procedimento de “ir aos fundamentos”, de recuperar a essência das coisas, como antítese do agnosticismo, exige “a restituição do sentido original da obra de Marx” (Netto, 2004: 148), contribuição esta da lavra de Georg Lukács. A restituição da teoria marxiana à sua condição de ontologia é fator *sine qua non* do chamado renascimento do marxismo (Cf. Netto, *idem*).

Pelo seu cariz ontológico, o pensamento marxiano, embora partindo da

filosofia como postura, melhor dizendo, como a busca dos fundamentos últimos do agir dos homens,¹⁵ entende que é somente pela superação da filosofia tanto como interpretação do mundo quanto como disciplina particular que se pode realizar a crítica da sociedade burguesa pela apreensão da lógica que a constitui. Isto porque, para Marx,

“(...) a teoria se converte em poder material tão logo se apossa das massas. A teoria é capaz de apoderar-se das massas quando argumenta e demonstra *ad hominem*, e argumenta e demonstra *ad hominem* quando se faz radical. Ser radical é atacar o problema pela raiz. E a raiz, para o homem, é o próprio homem” (Marx, in: Ianni, 1988: 16).

A adoção desta concepção de filosofia – como postura teleológica dos sujeitos no conhecimento da vida cotidiana e fora dela – é imprescindível a todo conhecimento que não se satisfaça com a constatação dos fatos, mas os tome como sinais que, ao serem perseguidos, vão se revelando ao pesquisador. Os fatos, nesta abordagem teórica, apresentam-se como processos possíveis de serem conhecidos e desvendados pelos sujeitos sociais. E ao serem compreendidos em seu conteúdo e significação, os fatos sociais podem ser transformados pelos sujeitos. É neste sentido que se propõe a crítica radical (que vai à raiz) na compreensão dos fundamentos da ordem burguesa. Assim se refere Netto ao que é visceral na obra de Marx: “seu caráter unitário e totalizante/totalizador, embasado numa ontologia do ser social historicamente constituído no mundo do capital a partir da crítica da economia política” (1997: 141).

Nesta concepção, a abordagem dos fundamentos deve apoiar-se no trabalho como a categoria fundante do homem como ser prático-social e crítico que produz e reproduz sua vida material e espiritual. O trabalho como modelo de práxis é a forma mais elementar das objetivações dos homens, é a protoforma da práxis, esta compreendida como o conjunto das objetivações duradouras do ser social. Na práxis, “atividade objetivo-criadora do ser social”, se expressa toda a especificidade deste tipo de ser (Cf. Netto, 1994: 36), daí ser a práxis a forma de ser do ser social. É exatamente pelo seu cariz fundamentalmente ontológico a obra de Marx que permite

15 Tais fundamentos conduzem à preocupação com a apreensão da essência, do movimento e da lógica da constituição dos processos sociais.

que se recupere o núcleo categorial do Projeto da Modernidade e a racionalidade a ele subjacente: humanista, historicizada e fecundamente dialética. Esta, por sua vez, é tanto a racionalidade do próprio real quanto o sistema de categorias que permite compreendê-lo (Cf. Netto, 1994). Nesta concepção, a dialética materialista

“é o pensamento crítico que se propõe compreender a coisa em si e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade. Por isso, é o oposto da sistematização doutrinária ou da romantização das representações comuns. O pensamento que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com os esquemas abstratos da própria realidade, nem com suas simples e também abstratas representações, tem de destruir a aparente independência do mundo dos contactos imediatos de cada dia. O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo da aparência desvenda o mundo real; por trás da aparência externa do fenômeno se desvenda a lei do fenômeno; por trás do movimento visível, o movimento real interno; por trás do fenômeno, a essência” (Kosik, 1995: 15-16).

A razão dialética, crítica e radical, pelo seu substrato ontológico materialista, porque fundada pela e na práxis, tem na perspectiva da totalidade a sua categoria central. A totalidade aqui é entendida a partir da compreensão lukacsiana: “um complexo constituído de complexos subordinados”. Como categoria objetiva, a totalidade está presente em qualquer realidade, “independente do sujeito” (Lukács, in: Pontes, 1995: 2); como categoria intelectualiva, permite à razão ultrapassar o plano da mediaticidade (aparência), em busca da essência. Para tanto, há que reconstruir intelectivamente as mediações, nexos e relações multidimensionais reconstruindo o próprio movimento do objeto.

De uma radical análise crítica ao legado teórico-cultural da Ilustração, Marx e Engels puderam formular as bases da sua concepção materialista da história. Fiel ao legado da tradição iluminista, a ontologia do ser social que se funda na práxis formulada por Marx realiza uma crítica de conjunto do mundo burguês. Toda sua elaboração visa compreender o modo de ser e de se constituir do ser social burguês. Marx inaugura um modo de

explicação do real no qual “a história aparece como o próprio constitutivo da reflexão teórica e a tensão entre razão e história se resolve no seu plano mesmo: a razão se historiciza e a história se torna racional” (Netto, 1989: 92). Dado o seu potencial heurístico, este referencial é mais adequado para colocar a nu o significado sócio-histórico e ideocultural e a funcionalidade dos processos, instituições e práticas sociais e profissionais, dentre elas o serviço social, como uma profissão que tem um vínculo umbilical com o modo de ser e de se reproduzir do capitalismo maduro.

O LEGADO MARXIANO NA COMPREENSÃO DOS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Foi por meio de uma aproximação (ainda que enviesada) de uma ontologia do ser social que se funda na práxis, que encontra no trabalho a sua protoforma, que o serviço social pôde não apenas realizar a revisão crítica dos fundamentos conservadores que lhe servem de explicação e orientação teórico-prática, mas, sobretudo, identificar a necessidade de fundar ontologicamente as suas formulações prático-profissionais e teórico-metodológicas.¹⁶ Diz Netto (1992):

“A mais ampla e profunda renovação que o Serviço Social vinha experimentando no Brasil, do ponto de vista da sua auto-representação, nos últimos vinte anos ganhou ritmo e significado inéditos a partir de finais da década de 70 (...) Trata-se de um giro notável, cuja evidência mais perceptível é a interlocução com a tradição marxista. Sem prejuízo das modificações que já estavam em andamento, apelando a matrizes teóricas outras, é a interlocução com o pensamento marxista que confere ao Serviço Social no Brasil a sua carta de cidadania intelectual”¹⁷ (1992: 9-19).

16 Em Netto encontramos três fenômenos que concorrem para esta aproximação: “a crise do serviço social tradicional, a pressão exercida pelos movimentos revolucionários e a rebelião estudantil” (1989: 97).

17 Nota-se que aqui o autor trata não apenas da obra de Karl Marx (a teoria marxiana), mas de toda tradição que é inaugurada por ele, e dá origem a um acervo teórico-metodológico que ficou conhecido como tradição marxista.

Com base nesta afirmação, pretende-se resgatar a importância da tradição marxista no serviço social e de seu investimento em compreender as bases histórico-ontológicas que fundam a profissão, na apreensão do seu significado social e sua funcionalidade, na crítica ao conservadorismo teórico-metodológico e prático-político e na construção de um projeto profissional que intencione a ruptura com o conservadorismo.

Já foi mencionado que a rejeição pelo substrato das coisas, pelo conhecimento das causas primeiras, pela racionalidade do real tem sido uma recorrência necessária das correntes positivistas dentre elas a do pragmatismo, a do instrumentalismo e a do metodologismo, as quais vêm, historicamente, exercendo influência de monta nas construções teórico-metodológicas e prático-operativas que fundamentam o serviço social e, sobretudo, se fazem perceber na “concepção científica da prática, tomada como manipulação intelectivamente ordenada, [do que] decorre a ‘aplicação’ da metodologia como *modus faciendi* da ação” (Netto, 1990: 190). A esta concepção somam-se duas outras: a primeira, que atribui ao serviço social estatuto de ciência, pré-ciência, ramo do saber; a segunda, que o toma como tecnologia social a serviço do controle da sociedade, ambas sob inequívoca influência do racionalismo formal-abstrato. Não obstante isso, há outra forma pela qual a profissão tem sido reconhecida ao longo da sua trajetória: como ação social e/ou ajuda psicossocial, e aqui o irracionalismo subjetivista é inevitável.¹⁸

Foi na década de 1980, como resultado de desenvolvimentos internos e externos da profissão, que consolidou-se um amadurecimento teórico expresso na conformação de uma massa crítica.¹⁹ Somente a partir daí estão

18 A nosso ver, a perspectiva irracionalista é responsável pelas abordagens de cunho psicologizante bastante difundidas no meio profissional, desde a escola funcional, passando pelo anticapitalismo de cariz romântico, até as atuais correntes “terapêuticas”. Atualmente, a visão de serviço social como terapia de solução de problemas encontra solo histórico para seu resgate e pleno desenvolvimento. Em Lukács vemos que “(...) as tendências francamente irracionalistas ou neopositivistas, em sentido lato, eram expressões necessárias da perspectiva ideológica da burguesia” (Lukács, 1978: 24). Como se vê, não apenas eram como continuam sendo.

19 Cabe enfatizar alguns desses processos: o pluralismo teórico, político e ideológico que se instaura na sociedade brasileira como resultado do processo de redemocratização e reflete no serviço social, a diferenciação em termos de concepções profissionais/utilização de matrizes teórico-metodológicas diversas, sintonia do debate profissional com as discussões das ciências sociais, a constituição de um segmento de vanguarda voltado para a investigação e a política. A este respeito ver Netto, 1989, 1990, 1996, e Iamamoto, 1992, dentre outros.

dadas as possibilidades de o serviço social investir na busca das bases ontológicas de sua fundação.

Identificadas as fragilidades do serviço social tradicional em responder às contradições da realidade – as quais colocavam a nu o caráter revolucionário como um dos seus traços constitutivos – e do referencial teórico que lhe é conexo, fundado no suposto e necessário equilíbrio da sociedade, uma vanguarda da profissão, sobretudo vinculada aos centros de formação acadêmica, que já havia realizado uma aproximação com o marxismo via militância política,²⁰ passa a conceber as formulações teórico-metodológicas de Marx como instrumento de transformação social. A uma relação meramente instrumental²¹ que os profissionais de serviço social (bem como de outras áreas) estabelecem com o marxismo, objeto de várias críticas, coube a formulação de marxismos sem Marx (conforme a acertada expressão de Quiroga, 1991: 92).

Em confronto com a tendência vigente no momento, de se referenciar por uma suposta história do serviço social, por um saber autônomo e próprio que conformasse a teoria do serviço social, e um método que explicasse um setor da realidade²² e/ou uma metodologia capaz de garantir “especificidade” da profissão, indicando-lhe uma pauta de intervenção (o *como fazer*), a ontologia de Marx permite consubstanciar a compreensão da profissão como produto histórico e, como tal, auto-implicada no processo histórico.²³ É a história social, resultado da ação dos homens na produção e reprodução da sua vida material e espiritual, tendo no trabalho a forma primária de manifestação da vida, que funda o chão no qual a profissão irá se

20 No Brasil, através da militância pela via do movimento estudantil.

21 Cabe a notação de que a influência do marxismo nos movimentos de libertação nacional da década de 1950-1960 e dos movimentos de massa nos países capitalistas centrais põe à luz as possibilidades de transformação social inerente a este referencial teórico, o que conduz os assistentes sociais ao equívoco de tomá-lo como substrato de um método profissional: o método BH, donde (pasmem!) o método dialético materialista transforma-se em uma metodologia de intervenção profissional.

22 Nada mais estranho às elaborações marxianas do que serem dirigidas para explicar algum setor isolado da realidade social; nada mais estranho a Marx que ser identificado com um economista, sociólogo, historiador etc. Esta apropriação deformada que o serviço social faz do método serve para reforçar a perspectiva epistemologista e/ou cientificista na profissão.

23 A obra seminal do debate acerca da compreensão do serviço social a partir da sua inserção nas relações sociais e históricas é a de Yamamoto e Carvalho (1982), a qual é legatária do que melhor se produziu a partir de uma vertente crítica do movimento de reconceitualização da América Latina.

desenvolver. É essa concepção materialista da história, que enfrenta a visão hegemônica (legado cultural do positivismo) de uma história cronológica, linear, evolutiva e sem sujeito, que fornece à profissão os suportes teórico-metodológicos para sua revisão crítica. Com esse salto podem os agentes profissionais perceberem-se como sujeitos históricos portadores de razão e vontade, orientando racionalmente o processo histórico para o alcance de seus fins. Deste referencial podem ainda extrair que da sua ação racionalmente orientada sobre a realidade decorre também a escolha de referências teóricas e valorativas capazes de indicar a adequada relação entre meios a fins. Direcionados por suas teleologias (finalidades) e pelas condições objetivas para o seu alcance, os sujeitos profissionais (em confronto com outras teleologias) fazem a história. Porém, não a fazem como querem, mas dentro de condições historicamente dadas (Marx e Engels, 1989).²⁴

Nesta concepção de história social pensa-se que o serviço social, entretecido pelas mediações históricas, responde às requisições das classes sociais que se enfrentam no mundo burguês. A concepção dialética da história entendida como um processo de continuidades e rupturas tem uma substância, um núcleo, que permanece. Como referido anteriormente, a substância é o conjunto de elementos que continua “a se manter, a se explicitar, a se renovar nos complexos reais da realidade” (Lukács, 1979: 78). De posse desta concepção, o serviço social pode fazer a crítica das visões idealista, positivista e evolucionista da história cronológica, como sucessão de categorias (ou de idéias) no tempo. Aqui, não é o passado que explica o presente, tampouco o presente é mera reprodução do passado. Assim, não se pensa o serviço social como uma instituição abstrata ou a-histórica, menos ainda que a profissão se autonomiza de modo a constituir uma história própria, mas concebe-se que a trajetória da profissão é tecida nas e pelas contradições de interesses das classes sociais. Assim o novo se apresenta porque o presente não é uma mera reprodução ampliada do passado. O novo emerge e lança novas luzes na compreensão do velho. Do mesmo modo, a história se explica pelo presente: “o presente põe e

24 Ressalta-se que esta concepção bate de frente com as perspectivas voluntaristas e fatalistas na forma de conceber a ação profissional, oriundas de uma aproximação deformada da teoria social de Marx, sobretudo da sua teoria do valor-trabalho, pela via de manuais divulgadores como Marta Harnecken.

repõe relações, processos e estruturas que exigem a pesquisa do passado" (Ianni, 1988: 36), ao mesmo tempo em que o presente aponta as tendências para o futuro.²⁵

No contexto desta concepção de história, a vertente crítica da profissão pode captar o movimento de continuidades e rupturas entre o que se chamou de "protoformas do serviço social" e o chamado "serviço social profissional".²⁶

Entretanto, rejeitar a tese sobre a mera continuidade entre caridade, práticas assistenciais e serviço social e assumir que o fundamento da profissão está na criação de um espaço socioocupacional implicava fazer tábula rasa das determinações particulares da profissão.²⁷ Recorrendo à análise que busca captar o serviço social no seu movimento, como processo de totalização, pela via da apreensão das determinações universais do mundo burguês, foi possível àquela vertente crítica captar o modo pelo qual estas se traduzem nas particularidades da cultura profissional.

A resultante está em expor que a relação de continuidade entre as protoformas e a profissão se dá em dois aspectos, referentes 1) ao universo ideopolítico e teórico-cultural que se apresentava ao pensamento conservador e 2) às modalidades de intervenção características do caritativismo. Nesse caso, cabe reconhecer uma instituição que desempenha um papel

25 Isso porque "a reflexão sobre as formas de vida humana, e, portanto, também sua análise científica, segue sobretudo um caminho oposto ao do desenvolvimento real. Começa *post festum* e, por isso, com os resultados definitivos do processo de desenvolvimento" (Marx, 1985a: 73).

26 Com todos os equívocos que desta concepção possam derivar, ela significou, efetivamente, um avanço na compreensão da trajetória profissional, já que ela está na antípoda da visão linear e evolucionista que vem marcando, desde suas origens, as formas de interpretar o surgimento do serviço social.

27 Na crítica marxiana ficam claros os limites da concepção positivista da história. De posse desta concepção o serviço social incorreu no mesmo equívoco. Diz Marx: "O chamado desenvolvimento histórico repousa, em geral, sobre o fato de a última forma considerar as formas passadas como etapas que levam a seu próprio grau de desenvolvimento, e dado que ela raramente é capaz de fazer a sua própria crítica, e isso em condições bem determinadas – concebe-os sempre sob um aspecto unilateral. A religião cristã foi capaz de ajudar a compreender objetivamente as mitologias anteriores depois de ter feito, até certo ponto, por assim dizer *dynami*, a sua própria crítica. Igualmente, a economia burguesa só conseguiu compreender a sociedade feudal, antiga, oriental, quando começou a criticar a sociedade burguesa" (1996: 44). Deste pressuposto teórico-metodológico inferimos que somente a crítica radical das concepções sobre a continuidade entre suas protoformas e a profissão é que permite ao serviço social avançar na compreensão de seu significado e sua funcionalidade histórico-social.

crucial nos dois âmbitos (tanto no da profissão quanto no da assistência organizada): a Igreja católica.²⁸

Porém, se em Marx "a anatomia do homem é uma chave para a anatomia do macaco",²⁹ é o serviço social que explica as suas protoformas e não o contrário. Deste modo, os aspectos de continuidade não poderiam obscurecer que o elemento fundante da profissão localiza-se na constituição, no interior da divisão sociotécnica do trabalho, de um espaço socioocupacional no âmbito dos serviços e políticas sociais, de modo que, se não se explica o serviço social a partir de si mesmo, tampouco pela mera evolução da prática da assistência, da ajuda e/ou da caridade.

O que está sendo dito é que os aspectos de continuidade entre a profissão e suas protoformas, que permanecem na cultura profissional do serviço social, não explicam o desenvolvimento histórico da profissão, cujas determinações que exercem maior poder de explicação estão nos seus elementos de ruptura e não nos de continuidade, visto que é o todo mais desenvolvido que explica o menos desenvolvido. E "ademais, tornou-se claro que, entre uma forma mais simples de ser (...) e o nascimento real de uma forma mais complexa, verifica-se sempre um salto; essa forma mais complexa é algo qualitativamente novo, cuja gênese não pode jamais ser simplesmente deduzida da forma mais simples" (Lukács, 1978: 3).

Com base neste fundamento teórico-metodológico, a vertente que visava romper com a influência do pensamento conservador nas elaborações teóricas e prático-profissionais investe em captar os elementos de ruptura, as determinações que exercem maior ponderação na estrutura de constituição da profissão, apreendendo, assim, que o serviço social gesta-se a partir de uma "nova racionalidade" no enfrentamento das seqüelas da chamada questão social que exige um tipo de intervenção determinado, de modo que a determinação fundante do serviço social está na condição do agente e no significado social da sua ação: o agente passa a inscrever-se numa relação de assalariamento e a significação social do seu fazer passa a ter um sentido novo na reprodução das relações sociais (Cf. Iamamoto e Carvalho, 1982, Netto, 1992 e outros). Diz Netto:

28 Ver Iamamoto e Carvalho (1982) e Netto (1992), dentre outros

29 O que significa compreender que o todo mais desenvolvido explica o mais simples (Cf. Marx, 1996).

"é com este giro que o serviço social se constituiu como profissão, inserida no mercado de trabalho, com todas as conseqüências daí decorrentes principalmente com o seu agente tornando-se vendedor da força de trabalho" (Netto, 1992: 69).

O avanço da concepção que apreende o serviço social a partir dos fundamentos da sociedade burguesa madura diante da leitura endógena da existência de uma história e de referências teórico-metodológicas específicas do serviço social (o gato preto na sala escura, conforme a feliz analogia de Netto, 1986) está no reconhecimento de que a profissão tem como seus fundamentos históricos uma determinada demanda que se gesta da dinâmica referente a uma etapa do capitalismo com todas as suas determinações econômicas, políticas, culturais, e suas resultantes objetivas e subjetivas. Numa análise totalizante: a profissão deve buscar as mediações que a vinculam a diversos processos sócio-históricos os quais servem de base aos objetos que a profissão recolhe na realidade. Daí é possível pensar a base de fundação da profissão não direta e imediatamente a partir da questão social tomada como tal, mas a partir *das particularidades que ela adquire no contexto da sociedade burguesa fundada nos monopólios*. Dentre estas particularidades encontra-se o concreto tratamento da questão social de forma sistemática, estratégica e contínua pelo Estado. Segundo Netto, de uma especial modalidade de tratamento da questão social na qual o Estado tem protagonismo é que instauram-se as bases históricas que possibilitam o surgimento de uma profissão como o serviço social.³⁰

Na busca das mediações ontológicas, enquanto um procedimento do método dialético materialista, localiza-se a inflexão do serviço social na compreensão de que não podemos derivar o surgimento da profissão diretamente das demandas e exigências da ordem burguesa ou do que se convencionou chamar de questão social.³¹ Daí a consideração de que as

30 Em Netto temos que "a questão social não determina por si só a gênese do Serviço Social. Ela somente fornece a base para o surgimento da profissão quando se transforma em objeto de intervenção do Estado, quando surge uma mediação política entre a questão social e o Estado, mediação esta instrumentalizada pelas políticas sociais cujo executor terminal é o assistente social" (Netto, 1992: 24).

31 Contrariamente ao que defendem alguns autores, a exemplo de Herman Kruse, Ander Egg, Natálio Kissnerman, Boris Lima, Balbina Vieira, os quais, apesar de suas substantivas diferenças, são presas de uma mesma racionalidade: a razão formal-abstrata.

conexões genéticas do serviço social não se entrecruzam com a questão social, mas com suas particularidades, como campo de mediações, no âmbito da sociedade burguesa.

A apreensão da particularidade da gênese da profissão remete, portanto, ao concreto tratamento da questão social num momento muito específico do desenvolvimento histórico da sociedade burguesa constituída: o da passagem da fase concorrencial do capitalismo para a dos monopólios (Cf. Netto, 1992), ou seja, da assunção por parte do Estado de uma função que mais tarde (no padrão de acumulação fordista-keynesiano) vai se tornar lugar-comum dentre as suas ações: a função de administrar os ciclos de crise.³²

Assim, no processo sócio-histórico há um movimento real das categorias que não pode ser determinado pela lógica e imputado pelo pensamento. Também, o conteúdo, o significado, o papel e a funcionalidade das categorias ontológicas não são dados *a priori*, mas encontram-se intrinsecamente articulados às relações sociais do mundo burguês desenvolvido. Como diz Marx, "trata-se de uma articulação no interior da moderna sociedade burguesa".³³

Considerando a orientação metodológica de que cada período histórico possui suas próprias leis (Marx, 1996), é somente a partir das condições postas pelo capitalismo monopolista que a chamada questão social pode tornar-se objeto de intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. O que significa dizer que uma determinada dinâmica em cujos componentes atuam os elementos econômicos e políticos permite que a questão social se

32 Diz Netto: "No capitalismo concorrencial a questão social, por regra, era objeto da ação estatal na medida em que motivava o auge de mobilização trabalhadora, ameaçava a ordem burguesa e, no limite, colocaria em risco global o fornecimento da força de trabalho para o capital. No capitalismo dos monopólios, tanto pelas características do novo ordenamento econômico quanto pela consolidação política do movimento operário e pelas necessidades de legitimação política do Estado burguês, a questão social como que se internaliza na ordem econômica e política" (1992: 21).

33 Diz Marx: "Seria impraticável e errôneo alinhar as categorias econômicas na ordem em que foram historicamente determinantes. A sua ordem de sucessão está, ao contrário, determinada pelas relações que existem entre elas na moderna sociedade burguesa e que é exatamente o inverso do que parece ser a sua ordem natural, ou do que corresponderia a sua ordem de sucessão no curso do desenvolvimento histórico. Não se trata da posição que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão das distintas formas de sociedade. Muito menos de sua ordem de sucessão na idéia (...). Trata-se de uma articulação no interior da moderna sociedade burguesa" (in: Ianni, 1988: 37-38).

coloque como alvo de políticas sociais. Por isso, a compreensão dos processos sociais pela via de suas categorias constitutivas não é uma questão semântica, teórica, epistemológica ou cronológica, mas ontológica, já que depende da articulação concreta desses processos no interior das sociedades examinadas. Esta hipótese está fundada no suposto de que tanto os processos sociais quanto as categorias constitutivas da vida social não se dispõem em nenhuma hierarquia que possa ser transladada de uma sociedade a outra. Isto significa que a articulação das categorias não é determinada pela análise, mas é resultado desta. Em relação à sociedade capitalista, há que se diferenciar entre os processos que caracterizam o período concorrencial e os que determinam o período monopolista. Assim,

“(...) até as categorias mais abstratas – precisamente por causa de sua natureza abstrata –, apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade dessa abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites dessas” (1996: 43).

A partir deste entendimento, a vertente crítica da profissão pode, de fato, tanto explicar as diversas modalidades pelas quais o Estado burguês enfrenta a questão social (ora como caso de polícia, ora como questão política) quanto assumir que o significado das políticas sociais, como uma modalidade sócio-histórica de enfrentamento da questão social em determinadas condições também históricas, fruto de decisões políticas, não é dado por elas mesmas, mas tem que ser remetido às condições objetivas e subjetivas nas quais elas são gestadas e implementadas.

Apreende-se, assim, que no *capitalismo na sua fase monopolista*, resultado da necessidade de um mecanismo extra-econômico como suporte às necessidades econômicas dos monopólios, o Estado converte-se na *mediação fundamental capaz de garantir o movimento do capital*. A formulação e a implementação de políticas sociais próprias da fase monopolista do capitalismo estimulam a criação de diversas novas profissões especializadas, dentre as quais o serviço social aparece para desempenhar seu papel, na execução terminal das mesmas, adotando um tipo de intervenção de caráter manipulatório, operativo-instrumental.

Deste modo, “a efetiva conexão histórico-social não se passa entre estes dois termos [serviço social e questão social], mas entre serviço social e

“questão social” sob o capitalismo do monopólio, quando o Estado burguês desenvolve formas sistemáticas estratégicas e coesivas para enfrentar as manifestações da “questão social” (Netto, 1992).

Essa compreensão da gênese e do desenvolvimento da profissão supõe conceber a história como história da luta de classe, portanto, um processo configurado por interesses contraditórios em luta permanente;³⁴ permite que se pense o significado social e histórico da profissão, que somente pode ser apreendido nesse processo. Essa concepção põe no centro a luta de classe como motor da história e a categoria da contradição como o movimento pelo qual os objetos se transformam, sendo responsável pelo vir a ser dos mesmos. Foi graças à apreensão da categoria ontológica da contradição que o movimento da realidade se tornou inteligível à profissão e esta adquiriu a capacidade tanto de se perceber como expressão das relações sociais do mundo capitalista quanto de buscar a compreensão do conjunto de relações e complexos sociais que compõem a sociedade em cada momento histórico e que se auto-implicam e se auto-explicam. Aqui a categoria contradição, superada a visão positivista que a toma como um desvio do pensamento, sintoma de erro, incoerência, falta de nexos, contribui para a inflexão na forma de compreender o significado da profissão no interior das relações sociais como uma especialização do trabalho coletivo que se insere na divisão social e técnica do trabalho. Assim, pensar a realidade social e histórica como totalidade³⁵ em movimento, em constante mudança, no vir a ser, confronta-se com a perspectiva messiânica e fatalista presente nas formas de conceber a profissão.

Se é na história social que vão se gestar as condições de existência da profissão e os temas sobre os quais ela se indaga do ponto de vista teórico-metodológico e ético-político, somente apoiada numa concepção teórica capaz de fazer a crítica do existente é que a profissão pode dar o *mergulho*

34 O que põe o elemento central dos fundamentos do pensamento marxiano, o qual Netto considera como o ponto arqui-médico da sua elaboração: a perspectiva da revolução (Notas de aula, PUC-SP, 1992).

35 Ou seja, o conjunto total das relações e complexos sociais que compõem as sociedades em cada momento histórico (Cf. Lessa, 1999).

ontológico que lhe permite alcançar seus fundamentos. Somente uma concepção de teoria social crítica e radical como um conjunto de pressuposições que buscam captar o modo de ser e de se constituir dos processos sociais, a sua lógica e a sua dinâmica de constituição (Netto, 1986) é que permite à profissão superar a aparência do real cristalizada nos fenômenos. Nesta concepção teórica, a superação do imediato permite captar as mediações; as contradições que comparecem no processo não são refutadas, mas, ao contrário, são vistas como os elementos que contêm no seu cerne a lógica que explica esse processo. Tais explicações são sempre parciais, aproximativas e provisórias. Este é o caráter histórico de todo conhecimento teórico. A produção teórica nessa abordagem é resultante da análise do processo, objeto do conhecimento, como síntese de múltiplas determinações, unidade do diverso. A apreensão dessas determinações exige dois procedimentos 1) o de abstração: pelo movimento do objeto, através de sua dinâmica, decompõe-se o todo a fim de identificar as partes que o compõem como totalidades parciais, buscam-se as categorias constitutivas do objeto, suas determinações de existência, as quais somente se explicitarão ao pesquisador no segundo momento da investigação. No momento seguinte, o procedimento é o d: 2) recomposição da totalidade, articulando suas partes constitutivas, vinculando-as umas às outras pela via das mediações, identificando as determinações que fazem com que este processo seja ele, dentro de determinadas condições históricas.

A compreensão da profissão como produto histórico, bem como outros avanços vinculados à adoção de uma teoria social crítica são datados: é o amadurecimento do processo histórico que detém as possibilidades de crítica, compreensão e alcance do significado dos processos sociais. Nas palavras de Marx, “não basta que o pensamento tenda à realização, é preciso que a realidade mesma tenda ao pensamento” (Marx, in: Netto, 1998: XLIII). Neste âmbito, Netto sugere-nos que as possibilidades de tal amadurecimento foram dadas pelo processo de laicização da profissão, pela sua diversidade interna, pela adoção de referenciais teóricos que pudessem fazer a crítica estrutural da sociedade burguesa e, sobretudo, pela democratização da sociedade. Sem estas condições não teria sido possível ao serviço social se conectar com a Modernidade (Netto, 1989a e 1990).

A análise da profissão nos mostra que somente a correta e adequada apropriação da concepção de história social numa perspectiva de

totalidade³⁶ e a adoção da teoria social de Marx como uma teoria crítica da sociedade burguesa, resgatando daí um método para a investigação e análise do ser social com vistas à transformação, permitem à profissão avançar sobre as concepções vigentes até o momento, estabelecendo complexas mediações entre economia e cultura, entre ética e política. Portanto, o que diferencia as concepções da vertente de ruptura das anteriores é a concretização histórico-social a que submete o objeto de estudo: o serviço social. Aqui o critério de verdade não é a vivência dos agentes sociais,³⁷ mas a prática social das classes, a qual demanda um tipo de agente profissional determinado pelas suas necessidades reais e concretas. Quando se põe a captar, explicar e compreender quais as necessidades sociais das classes que engendram a profissão, ela passa a ser aferida de maneira concreta: como síntese de determinações de diversas naturezas, dentre elas da teleologia (intencionalidade dos agentes). Não obstante, esta nem é a determinação mais importante, nem se realiza autonomizada das demais. Para superar tal autonomização, é imprescindível a adoção de uma perspectiva de totalidade que busque as mediações entre economia e as tradições culturais que fundamentam as construções teórico-metodológicas e ideoculturais presentes na profissão.³⁸

Deste modo, foi necessário um referencial teórico que permitisse à profissão perceber o traço idealista humanista que acompanhava a auto-representação do assistente social como “profissional da ajuda” ou “modernos agentes da caridade” (Iamamoto e Carvalho, 1982). Ao proporcionar a crítica das concepções endogenistas, identificando que a profissão não se explica pela auto-representação dos seus agentes profissionais, de modo a

36 Totalidade é o que distingue a análise de Marx daquela realizada pela economia política: “a determinação de que as instâncias constitutivas da sociedade se articulam numa totalidade concreta e são postas geneticamente pelo primado ontológico das relações econômicas” (Netto, in: Marx, 1989).

37 Expressão clara do que se pode conceber como o “endogenismo à brasileira” encontra-se no artigo Mesa-redonda da PUC-SP sobre História do Serviço Social no Brasil, *Revista Serviço Social e Sociedade* n. 12, São Paulo, Cortez, 1983.

38 Basta uma mirada na produção dos expoentes mais representativos da abordagem marxiana na categoria, tais como as obras de Iamamoto e Netto, para se ter a dimensão do alcance das análises da sociedade pautadas na perspectiva de totalidade.

trazer à luz o “feitiço da ajuda” (Mota, 1987) e a “ilusão de servir” (Martinelli, 1986), o referencial teórico-metodológico marxiano permite “descobrir o cerne racional” (Marx, 1985a: 21) que se encontra na contradição fundante da sociedade de classe: na existência de interesses não apenas diferentes, como divergentes entre capital e trabalho. O salto dado por Yamamoto foi o de considerar que

“como as classes fundamentais e suas personagens só existem em relação pela mútua mediação entre elas, a atuação do assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em interação. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer a um ou outro pólo da relação pela mediação do seu oposto. Participa tanto de mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta à sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história” (1982: 75).

O alcance advindo de se captar a função social que o assistente social representa como profissional da coação e do consenso, fruto das pesquisas de Yamamoto, detém a chave analítica para a superação das visões fatalistas e messiânicas na profissão. Aqui reside a possibilidade de os assistentes sociais resistirem à racionalidade hegemônica que detém as forças de conservação das estruturas e demandas necessárias à institucionalização da profissão e de se colocarem a favor dos interesses das classes vulnerabilizadas.

Da correta apreensão e interpretação das condições objetivas de sua prática profissional, as quais envolvem demandas socioprofissionais, necessidades e estratégias de luta e resistência das classes sociais, condições e relações de trabalho determinadas, que estabelecem o campo de mediações que se particularizam em funções, atribuições, competências, a profissão nega seu caráter de profissão liberal e sua suposta autonomia perante as instituições. Como resultado das possibilidades instauradas pela sua inserção no jogo de forças sociais e interesses contraditórios, captadas pelo referencial teórico-metodológico marxiano, conclui-se que

“se pode estabelecer estratégias profissionais e políticas para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isso, inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras” (idem).

Nesta ótica, afirma-se que são os processos de produção e reprodução da vida social que definem e redefinem, em determinadas conjunturas, as demandas profissionais. Mas é a profissão que organiza as formas de responder a elas. Inserida nesses processos, a profissão vai definindo e redefinindo suas respostas às demandas profissionais. Ao permitir o exame dos processos sociais com diferentes níveis de generalização, dentre os quais pode-se perceber o nível do particular como um inteiro campo de mediações que dão sentido e coerência a esses processos, porque os vinculam a outros, o método dialético permite frutificar as análises do serviço social como profissão institucionalizada por um conjunto de mediações. Permite pensar o serviço social “no sistema de mediações que o supõe e que ele repõe” (Netto, in: Pontes, 1995: 120). Assim, considera-se que a conjuntura porta mediações que colocam inflexões no serviço social. É por meio delas que se dão as passagens e conversões históricas que permitem inflexões no interior da profissão em determinadas conjunturas.

É a obra de Pontes (1995), de inspiração marxista, que contribui para resgatar o sentido ontológico-reflexivo da categoria da mediação no âmbito da profissão. Nessa obra encontramos a mediação como uma categoria histórica para o serviço social: é o conduto pelo qual as instâncias técnico-profissional e político-institucional se movimentam, se articulam, se convertem, se transformam, dando um significado à profissão na processualidade histórica da realidade. Mas a mediação é, também, uma categoria reflexiva fundamental para o serviço social (Cf. Pontes, 1995: 156 ss.). No movimento do abstrato ao concreto, ou na superação da aparência imediata, da forma, das evidências empíricas, da demanda aparente, e, sobretudo, na superação das ações instrumentais que tanto particularizam o serviço social quanto nele se particularizam (Cf. Guerra, 1995).

Sendo o campo de intervenção no qual o assistente social atua um inteiro campo de mediações, nele colocam-se possibilidades tanto interventivas quanto intelectivas. É aí que o assistente constrói sua particularidade e sua instrumentalidade (Guerra, 1995) e intervém de modo particular nas

refrações das questões sociais. O assistente social pode articular essas mediações potencializando forças em presença ou simplesmente manter-se alienado dessa trama.

Toda a reflexão ontológica sobre a trajetória do serviço social na história, sua gênese e seu desenvolvimento têm demonstrado que qualquer concepção em torno da profissão só adquire instrumentalidade quando apreendida da análise histórica e historicamente determinada. Seus resultados não deixam dúvidas: retratam claramente a fecundidade da análise do serviço social à luz do legado marxiano.

Foi pelas conquistas impostas pelo referencial teórico marxiano que o serviço social passou a ser visto como um campo plural de alternativas e lutas entre tendências, pluralismo que é expressão da convivência sadia e respeitosa entre diversas tendências teóricas e ideopolíticas e que se constituiu numa das maiores realizações da profissão dos anos 80/90.

Por meio da vertente de intenção de ruptura, o serviço social brasileiro consolida a sua maturidade intelectual (Cf. Netto, 1996 e Iamamoto, 1992), alcança o reconhecimento e a validação acadêmica como área de produção de conhecimento, determina seu estatuto profissional e o seu significado social, define a sua relação com as demais disciplinas da área das ciências sociais e humanas, e, sobretudo, constrói e defende objetivos legitimados por um projeto de sociedade na defesa da liberdade, da democracia, dos direitos sociais e das políticas públicas.

Fruto das contradições do real, a onda neoconservadora que avança a partir dos finais da década de 1980 no Brasil ameaça mais uma vez as tendências de fundar na razão a constituição dos processos e sua explicação, invadindo o serviço social e potencializando os vetores mais conservadores e regressivos da nossa cultura profissional. Ao negar a racionalidade do real, esta perspectiva tende à destruição da razão.

A NEGAÇÃO DOS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS: RECEITA VELHA PARA O NOVO PUDIM

Toda a reflexão até aqui realizada buscou afirmar que abstraído dos seus princípios ontológicos fundamentais, o serviço social pode ser reduzido a uma ciência (ou pré-ciência), uma tecnologia social ou uma prática de ajuda psicossocial a serviço do controle da sociedade. Estas concepções

negam a historicidade da profissão, o seu vir a ser e o permanente movimento que tem na sua base a contradição (ou lutas entre opostos), enquanto motor do movimento da própria profissão para a realização de finalidades postas pelo coletivo profissional.

A falta de uma reflexão ontológica e de uma perspectiva de totalidade na análise que permitam captar a funcionalidade da profissão às determinações do capitalismo implica uma determinada compreensão acerca das atribuições e competências socioprofissionais a qual, de um lado, dissimula a adequabilidade ao projeto hegemônico burguês de determinadas funções, atribuições e competências historicamente postas à profissão e, de outro, toma como novas, inusitadas, modernas (ou pós-modernas) aquelas atribuições e competências já reconhecidas como portadoras dos interesses de manutenção da "ordem e do progresso" do capitalismo: como uma receita nova para o velho pudim. Vistas como algo novo, essas práticas escondem as linhas que as vinculam àquelas que ora modernizavam, ora reatualizavam o histórico conservadorismo na profissão.

Desconhecer esses vínculos e linhas de força é perder a perspectiva histórica na análise da profissão e, com isso, creditar ao serviço social o desempenho de funções e papéis funcionais à ordem burguesa constituída vetando-lhe conteúdos críticos até então alcançados pela profissão de modo a incorrer num inevitável retrocesso histórico.

Não obstante os avanços da profissão, expressos no seu grau de amadurecimento teórico-político, não se pode perder de vista que estamos diante de um contexto regressivo que faz retroceder as conquistas democráticas, no qual germinam e se afirmam tendências neoconservadoras.

Em face da frontal perda de direitos e conquistas trabalhistas e civilizatórias, surgem novas e/ou mais complexas expressões da questão social, o que põe novas e diversificadas demandas para as profissões e cada vez menos instrumentos coletivos para seu enfrentamento. Para responder a elas, recuperam-se práticas já banidas da nossa profissão fazendo ressurgir a força das abordagens clínicas: terapia familiar, pessoal, psicodrama, holística, bioenergética e outras. Propõe-se uma reconstrução de abordagens e pedagogias psicossociais. De par com as tendências subjetivistas, a perspectiva clínica que ganha força no serviço social³⁹ tem subjacente uma

³⁹ Como também em outras áreas. A este respeito, cf. nota 15.

concepção muito antiga da profissão: o serviço social como ajuda psicossocial e/ou técnica de solução de problemas, concepção esta que se coloca como um retrocesso a todo processo. Utilizando as palavras de Netto ao se referir às tendências pós-modernas (2001: 143), verifica-se que estas tendências operam uma clara "regressão idealista" na profissão.

Busca-se na abordagem clínica elementos que instrumentalizem o assistente social no campo de sua intervenção. Por trás deste argumento teórico-metodológico escondem-se os elementos ideológicos, éticos, sobretudo políticos, já que ao fim e ao cabo sustentam um determinado projeto de sociedade. Ora, o que essas tendências fazem é reduzir um exercício profissional rico e enriquecido pelo complexo de mediações que compõem a realidade à aplicação de medidas terapêuticas (catárticas) visando à diluição das tensionalidades que pressionam as problemáticas, despolitizando-as. Nessas práticas, há um franco apelo às abordagens focalizadas nos sujeitos, individualistas e individualizantes, numa clara tentativa de "psicologização das relações sociais" (Netto, 1992) em detrimento de uma compreensão do movimento, da dinâmica da realidade, das estruturas, das análises totalizantes e/ou na perspectiva de totalização. O resultado é a recuperação de modelos de intervenção nos quais, se lhes faltam instrumentos de intervenção social na realidade social, abundam as técnicas de intervenção no âmbito da mudança comportamental, numa clara reedição da prática de tomar a questão social como objeto moral.

Ora, em tempos de acirramento da violência, da pobreza, da barbárie, na ausência de possibilidades efetivas de se vislumbrarem, menos ainda de se construírem, respostas efetivas às seqüelas da questão social, a saída encontrada por um conjunto de profissionais de várias áreas é encaminhar os problemas para o âmbito do indivíduo (e de sua família), de modo a propor como saída a alteração comportamental pela aplicação de terapias e/ou de uma abordagem clínica da questão social.

Nestes tempos, o aprofundamento da reificação das relações sociais como produto histórico social da sociedade burguesa tardia, na qual a autonomia dos indivíduos converge para a sua subordinação aos processos que não dominam e sequer reconhecem, parece ser a tendência imperante. No âmbito da sociedade capitalista desenvolvida há mecanismos dos mais sofisticados que operam um claro enquadramento do indivíduo em pautas sociais e culturais. Para tanto, são necessárias profissões que desenvolvam habilidades e competências nessa área. No caso do serviço social, há uma

redução da intervenção profissional a uma ação psicossocial numa clara retomada da inspiração estrutural-funcional e das correntes organicistas da integração, do ajustamento e da adaptação dos indivíduos às estruturas, numa reedição da concepção da história feita por um sujeito psicológico, de modo que o processo histórico parece ser "posto" pelos sujeitos, resultado do pensamento e do desejo/intencionalidade dos mesmos.

No âmbito do serviço social, considerando que a modalidade de resposta profissional que interessa é a que modifica uma variável do contexto, na impossibilidade de outros níveis de mudança, o nível do indivíduo é tomado como a possibilidade em si. Se o homem só pode mudar a si mesmo, a sua realidade interna, a sua "subjetividade", esse nível de mudança possível é também o desejável para que o ordenamento social continue intacto.⁴⁰ E o fazem como uma necessidade e imposição que tende a ser coisificada. Isto se dá pela tendência mesma da sociedade burguesa de homogeneizar os comportamentos, pensamentos, reações, desempenhos dos sujeitos, para o que são utilizados diversos mecanismos e instâncias de ajustamento. Nesta perspectiva, "a autopreservação do indivíduo pressupõe o seu ajustamento às exigências de preservação do sistema. O ajustamento se torna o modelo para todos os tipos imagináveis de comportamento subjetivo" (Horkheimer, in: Netto, 1981: 87, nota 175).

Como é próprio do mundo burguês maduro, a positividade é o "padrão de emergência do ser social na sociedade burguesa constituída como estrutura global da reificação" (Netto, 1981: 87). Em outras palavras, "a garantia de que estas adaptações não afetarão a funcionalidade da conduta, que é de cariz manipulador, é dada pela positividade: graças a ela, o agente reconhece sempre que está defrontado com uma alteridade social, uma coisa social que escapa a seu controle (que escapa ao controle de todos), mas a que deve adaptar-se da melhor maneira possível" (idem).

Não obstante a constante tendência à reificação, a positividade posta pelo capitalismo maduro necessita de uma teoria que a questione, que apanhe seus fundamentos: a teoria social de Marx, sobretudo suas

40) Percebe-se que "a vinculação da reificação com o comportamento instrumental e manipulador é estreita" (Netto, 1981: 76, nota 160).

formulações sobre o fetichismo das relações sociais, permite que se dissolva essa positividade pela apreensão de seus fundamentos. Daí ser necessária uma crítica à ordem burguesa que ultrapasse a crítica romântica.

Ora, é evidente que essas novas formas de controle social ferem de morte a perspectiva de emancipação dos sujeitos que se localiza não apenas como um valor central do nosso projeto profissional, o qual visa a uma nova ordem social, mas como competência da profissão (Cf. o artigo 4º da Lei 8662/93).⁴¹ Com isso, ao mesmo tempo em que as correntes que negam a objetividade do real se colocam como voltadas para o indivíduo, sua intervenção nega todas as possibilidades de este indivíduo agir autonomamente. É por isso que cada vez se torna mais necessária a assunção da orientação marxiana tentando recuperar o que Lukács considera a verdadeira ontologia de Hegel. Para Marx, superar o idealismo (ainda que objetivo) de Hegel significa “descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico” (Marx, 1985: 21). Como diz Netto, “aos novos irracionalismos foge a pretensão romântica” (1994).

A busca dos fundamentos, enquanto uma recorrência necessária de todo conhecimento crítico, permitiu tornar o serviço social contemporâneo do seu tempo, no intuito de permitir-lhe identificar a necessidade de construir novas bases de legitimidade para a profissão. Ademais, graças à apropriação do serviço por este referencial, o sentido, a funcionalidade e a instrumentalidade da profissão puderam ser apanhados no interior dos fundamentos do mundo burguês maduro. Mais ainda, considerando sua perspectiva projetiva, ela nos permite captar o vir a ser da realidade, as forças de ruptura que a realidade porta no seu interior e que se confrontam todo o tempo com os vetores que lutam pela sua manutenção.

Assim, há que avançar ainda mais na compreensão das mediações reais e efetivas que recobrem o serviço social, para o que há que se superar essa perspectiva imediatista que, impregnada no serviço social, tanto o torna refém

da razão miserável dos procedimentos formalistas quanto abre-lhe a porta para a saída irracionalista. A destruição da razão (ou a saída irracionalista) como pólo oposto e complementar do racionalismo formal junta-se a ele tal como a cabeça de Janus. Enfrentá-la é uma necessidade inadiável, sobretudo porque, como nos ensina Paulo Netto, a realidade histórica tem demonstrado que fora da razão só há espaço para a barbárie.

41 Especialmente os itens II e V retratam esta competência: II – Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do serviço social com a participação da sociedade civil; V – Orientar indivíduos, grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASULLO, Nicolás. *El debate modernidad-posmodernidad* (Parte I). Buenos Aires, El cielo por asalto, 1995.
- CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 7ª Reg. *Assistente Social: ética e direito*. Coletânea de Leis e Resoluções. Rio de Janeiro, 2000.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O Estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
- DURKHEIM, Emile. *Da divisão do Trabalho e outros*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2ª ed. São Paulo, Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1983.
- EVANGELISTA, João E. *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*. São Paulo, Cortez (Coleção Questões da Nossa Época), 1992.
- GUERRA, Yolanda. *A Instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1995.
- _____. *Ontologia do ser social: bases para a formação profissional*. In: *Serviço Social e Sociedade n. 54*, Ano XVIII. São Paulo, Cortez, 1997.
- HABERMAS, J. Técnica e Ciência enquanto "ideologia". In: *Textos Escolhidos*, São Paulo, Abril Cultural, 1975.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo, Cia da Letras, 1998.
- HORKHEIMER, T. *Crítica de la razón instrumental*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1973.
- IAMAMOTO, Marilda V. e CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 1982.
- _____. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – Ensaio Crítico*. São Paulo, Cortez, 1992.
- IANNI, Octavio. A produção da sociedade. In: *Marx – Sociologia*. São Paulo, Ática, 1988.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo – A lógica cultural do capitalismo tardio*. Trad. Maria Elisa Cevasco. São Paulo, Ática, 1996.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Trad. Célia Neves e Alderico Toribio. 4ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- LESSA, Sergio. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. *Cadernos do CEAD/ Programa de capacitação continuada para assistentes sociais n. 2*, Brasília, 1999.
- LUKÁCS, Georg. *Ontologia do ser social – os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- _____. *El Assalto a la razón – la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Trad. Wenceslao Roce. 2ª ed. Barcelona, Grijalbo, 1968.
- _____. O Neopositivismo. In: *Teoria e Política n. 9*. São Paulo, Brasil Debates, 1988.
- LYOTARD, Jean François. *A condição pós-moderna*. Trad. José Navarro. 2ª ed. Lisboa, Gradiva, 1989.
- MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. Trad. Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2ª ed. São Paulo, Nova Cultural (Coleção Os Economistas), 1985.
- MARCUSE, Hebert. *Razão e Revolução*. Trad. Marília Barroso. 4ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- MARTINELLI, Maria Lucia. *Serviço Social: Identidade e Alienação*. São Paulo, Cortez, 1986.
- MARX, Karl e ENGELS, Frederic. *A Ideologia Alemã*. Trad. Luís Cláudio de Castro Costa. São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- _____. *Introdução à crítica da Economia Política*. Trad. Edgard Malagodi. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1996.
- _____. *O Capital – Crítica da economia política* (Livro I, Vols. 1 e 2). Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo, Nova Cultural, 1985 (a e b).
- MÉSZÁROS, István. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*. Trad. Lab. de Tradução do CENEX/ FALE/UFMG. São Paulo, Ensaio, 1993.
- _____. *O Poder da Ideologia*. Trad. Magda Lopes. São Paulo, Ensaio, 1996.
- MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. Trad. Roberto Leal Ferreira e Álvaro Cabral. 2ª ed. São Paulo, 1996.
- MOTA, Ana Elizabete da. *O feitiço da Ajuda*. São Paulo, Cortez, 1987.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
- _____. *Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão*. In: *Serviço Social e Sociedade n. 50*, Ano XVII. São Paulo, Cortez, 1996.
- _____. *Razão Ontologia e Práxis*. In: *Serviço Social e Sociedade n. 44*, Ano XV. São Paulo, Cortez, 1994.
- _____. *Ditadura e serviço social*. São Paulo, Cortez, 1990.
- _____. *Sade e a contraface do liberalismo*. In: *Democracia e Transição Socialista*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.
- _____. *O Marx de Souza Santos*. In: *Praia Vermelha – Estudos de Política e Teoria Social*. Vol. I, n. 1, Rio de Janeiro, UFRJ-DP&A, 1º sem. de 1997.
- _____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1992.
- _____. *Introdução*. In: Marx, Karl. *A Miséria da Filosofia*. São Paulo, Global (Coleção Bases Teoria n. 46), 1989.
- _____. *O Serviço Social e a tradição marxista*. In: *Serviço Social e Sociedade n. 30*. São Paulo, Cortez, 1989.
- _____. *Apresentação*. In: IAMAMOTO, Marilda. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – Ensaio Crítico*. São Paulo, Cortez, 1992.
- _____. *Teoria, método e história na formação profissional*. In: *O processo da formação profissional do assistente social. Cadernos ABESS n. 1*. São Paulo, Cortez, 1986.
- _____. *Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo, Cortez, 2004.
- _____. *Prólogo: Elementos para uma leitura crítica do Manifesto do Partido Comunista*. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 1998.
- PONTES, Reinaldo. *Mediação e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1995.
- QUIROGA, Consuelo. *Invasão Positivista no Marxismo*. Manifestações no Ensino da Metodologia no Serviço Social. São Paulo, Cortez, 1991.
- Vv Aa. Mesa-redonda da PUC-SP sobre História do Serviço Social no Brasil. In: *Serviço Social e Sociedade n. 12*, São Paulo, Cortez, 1983.
- Vv Aa. *O Serviço Social clínico e o projeto ético-político do Serviço Social*. In: *Em Foco*. CRESS-7ª Reg./UERJ, Rio de Janeiro, 2003.

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E “QUESTÃO SOCIAL”: NOTAS PARA DEBATE*

Nádia Socorro Fialho Nascimento**

Para Nilo

RESUMO

Este artigo, como o próprio subtítulo o indica, pretende trazer algumas notas para o debate travado em torno da temática da “questão social”. Tomando por base o aporte marxiano, procura demonstrar a inequívoca relação entre o desenvolvimento capitalista e a “questão social”, esta última compreendida como a expressão da contradição fundamental da ordem burguesa: a exploração do trabalho pelo capital. O destaque dado aos processos violentos que estão na base da acumulação de capital e da exploração da força de trabalho quer evidenciar a necessária desnaturalização tanto do capitalismo como da própria “questão social”, compreensão fundamental para evitar os equívocos da desestorização, fragmentação e autonomização das suas expressões, campo de intervenção profissional do serviço social.

Palavras-chave: “questão social”; desenvolvimento capitalista; acumulação de capital; exploração do trabalho

ABSTRACT

This article – as indicated by its subhead – intends to bring some notes to the debate about the so called *social problem*. Departing from marxian approach, it aims to demonstrate the unmistakable relationship between capitalistic development and social problem, this problem being understood as the expression of the fundamental contradiction of bourgeois system – the exploration of the Labour by the Capital. The prominence given to the violent processes which lay in the basis of the accumulation of Capital and exploration of Labour Force intends to attest the necessary de-naturalization as much as of the Capitalism and the *social problem* itself – which is a basic comprehension towards avoiding mistakes about the dehistoricization, fragmentation and autonomization of their expressions, a task in the dominion of professional intervention of the Social Service.

Key words: *social problem; capitalistic development; accumulation of Capital; exploration of Labour*

* Este artigo é resultado dos estudos realizados na disciplina Tópicos Especiais em Serviço Social: Os fundamentos do exercício profissional na contemporaneidade, de responsabilidade da Profª. Drª. Yolanda D. A. Guerra, do Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ.

** Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará/UFPA. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ.

À GUIA DE INTRODUÇÃO

Apesar da quantidade e qualidade dos trabalhos sobre a “questão social”,¹ tanto fora como dentro do serviço social, a definição dessa temática no presente texto objetiva trazer algumas notas na perspectiva de contribuir para o debate atual. Como tema emergente, tanto pelo agravamento das condições de vida da maior parte da população como pela sua centralidade para a categoria, a “questão social” deve ser apreendida não apenas nas suas expressões, que se revelam tão complexas no estágio atual do capitalismo dos monopólios.

Neste texto, a “questão social” é tomada como expressão da contradição fundamental da ordem social burguesa: a exploração do trabalho pelo capital. Neste sentido, ela representou uma dinâmica radicalmente nova da pobreza que se generalizava no século XIX,² mas que já existia nas sociedades pré-capitalistas e foi dramaticamente acentuada no capitalismo. No debate que se trava hoje, concorda-se com Netto (2001), para quem não há uma nova “questão social”, mas a emergência de novas expressões dela, dadas pela complexidade da exploração medular do capitalismo, somada ainda à permanência de manifestações tradicionais.

Se tomada a ordem social burguesa como a base sócio-histórica que produz compulsoriamente a “questão social”, é imperativo que se proceda a uma compreensão dos processos que determinaram o desenvolvimento capitalista. Isso porque, assim como a compreensão desse desenvolvimento deve evitar a sua naturalização, assim também a compreensão da “questão social” deve evitar as armadilhas da naturalização de suas expressões, o que, em último caso, reforça o ideário reformista.

1 O uso da expressão “questão social” se faz aqui com base em Cerqueira (1982) e com as aspas acrescentadas por Netto (2001) para indicar a sua apropriação pelo ideário burguês no sentido de sua mistificação. Para uma apreensão do debate em torno desta temática, recomenda-se, não exclusivamente, mas fundamentalmente, a coletânea de textos publicada na revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS, cuja temática é *Questão Social e Serviço Social*, obra constante da bibliografia.

2 “Salvo engano, a expressão aparece pela primeira vez após a revolta dos *canuts* de Lyon num jornal legitimista, *La Quotidienne*, que no dia 28 de novembro de 1831 acusa o governo assim: “(...) fora das condições parlamentares da existência de um poder, há uma questão social à qual é preciso responder (...) Evidentemente, nos anos de 1830 e 1840, a questão também começa a ser suscitada, e de uma maneira totalmente diferente, por socialistas e por operários que pregam uma organização alternativa do trabalho, a associação dos produtores e a abolição da condição de assalariado” (Castel, 1998: 317-318).

A exemplo da relação entre “questão social” e serviço social, a relação entre desenvolvimento capitalista e “questão social” não é imediata, mas preenche de mediações, que devem ser apreendidas para aprofundar a sua compreensão. Uma dessas mediações está relacionada à formação de uma massa de trabalhadores dissociada por completo dos seus meios de produção e que se encontra na base da constituição do moderno proletariado, sendo na verdade uma precondição para o desenvolvimento capitalista. Essa dissociação ocorreu por meio de uma expropriação sem precedentes na história da humanidade, que levou à completa ruína tanto o camponês como o artesão independente. Essa expropriação aconteceu sem que, em substituição aos meios de que dispunha antes, aqueles segmentos contassem com outra forma de garantir a sua sobrevivência que não fosse a venda da sua força de trabalho. Esse contingente humano foi produzido em proporção muito maior que a necessidade das nascentes manufaturas, o que provocou uma degradação completa das suas condições de vida pela total impossibilidade de suprir suas carências mais básicas, do que resultou aquela nova dinâmica da pobreza.

Com base nestas reflexões, este artigo traz alguns elementos sócio-históricos sobre a constituição do capitalismo, com ênfase nos processos que, ao dissociarem por completo o homem de seus meios de produção, criaram as bases para a constituição, em condições nunca dantes imaginadas, de uma massa humana apta a vender sua força de trabalho para o capital.

Apesar de estas questões ocuparem espaço privilegiado, explícita ou implicitamente, nos textos de serviço social que operam com a tradição marxista na análise da “questão social”, é objetivo deste artigo enriquecer a sua compreensão e, na seqüência, enriquecer a construção de formas de seu enfrentamento.

DA CONSTITUIÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: EXPROPRIAÇÃO E VIOLÊNCIA.

O Modo de Produção Capitalista³ pressupõe “... a existência de grandes

3 O Modo de Produção Capitalista – MPC resultou de um longo processo, para o qual contribuiu uma série de acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais, como por exemplo a Revolução Industrial, o Iluminismo, o Renascimento e a Revolução Francesa. Enquanto alguns desses acontecimentos se deram no processo de transição do Feudalismo para o Capitalismo, outros ocorreram no seio do próprio processo de consolidação do MPC.

quantidades de capitais e de força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadorias" (Marx, 1989: 828). Essa concentração de capitais e de força de trabalho só foi possível pela chamada Acumulação Primitiva,⁴ que se constitui "(...) no processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista" (idem: 830). Com isso se pode dizer que a história da constituição do sistema capitalista é a história da constituição da massa de trabalhadores dissociada de seus meios de produção. Essa dissociação, efetuada por meio de uma expropriação violenta, longe de se constituir num fenômeno natural, "(...) é escrita nos anais da humanidade em letras de sangue e fogo" (ibid.).

Mas como vivia o homem antes da consolidação do capitalismo? Que relações estabelecia com os meios de produção para satisfazer suas necessidades de sobrevivência? Quais os limites impostos a essa satisfação? Quaisquer que sejam as formas de sociedade, o homem mantém com a

4 Vale destacar que a chamada Acumulação Capitalista "(...) teve início no Ocidente pelo fato de ali se terem acumulado, nos trezentos anos precedentes, o capital monetário e as reservas de ouro e prata internacionais – em resultado da pilhagem sistemática do resto do mundo através das conquistas e do comércio colonial" (Mandel, 1985: 40). A apreensão dos processos que estão na base da chamada Acumulação Primitiva é de fundamental importância para a compreensão da inserção subordinada do Brasil nos quadros da acumulação capitalista. A Acumulação Primitiva que se realizou sobre as vastas colônias dominadas pelas nações imperialistas foi direcionada no sentido de reforçar a exportação das matérias-primas necessárias à acumulação de capital. A obtenção, especialmente dos recursos minerais e energéticos, em condições excepcionalmente vantajosas auferiu fontes extras de lucro, o que se fez (faz) sobre regiões-nações onde se pode obter tanto mão-de-obra como matérias-primas a baixos custos. A máxima rentabilidade dada por estas condições aprisionou os países do chamado Terceiro Mundo, entre os quais destaca-se o Brasil e nele, como caso exemplar, a Amazônia. Nesta, a abundância de recursos naturais condicionou, desde a colonização, a sua inserção subordinada aos interesses externos, nacionais e internacionais. Esta situação pouco se alterou nos séculos seguintes e mesmo foi agravada a partir do governo militar pós-64, o qual deu continuidade à transformação da região em fronteira do capital. Estes processos produziram uma realidade social, econômica, cultural e política marcada pela desigualdade que se manifesta na pobreza generalizada da população local, no aumento da violência no campo por conta dos incessantes conflitos agrários, no inchaço dos centros urbanos, em parte pela migração do homem do campo, expulso de suas terras, na degradação ambiental praticada por grandes empreendimentos econômicos, na moderna biopirataria, entre outros. A compreensão dessa realidade como totalidade social é condição indispensável para que se compreenda a gênese da "questão social" na Amazônia que está, a exemplo da escala mundial, umbilicalmente relacionada à expansão do capital. A desconsideração destes aspectos induz ao equívoco de apresentar de forma fragmentada as principais expressões da "questão social" na Amazônia, fragilizando, quando não desviando o foco de análise e com isso reforçando o projeto reformista e pseudo-progressista.

natureza uma relação mediada pelo trabalho,⁵ atividade humana básica "(...) indispensável à existência do homem – (...) – [ele] é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto de manter a vida humana" (Marx, 1989: 50). É o trabalho, categoria ontológica na análise marxiana, que permite ao homem saltar de um ser orgânico para um ser histórico, é ele que funda a própria sociabilidade humana. Ao intervir sobre a natureza para a satisfação de suas necessidades materiais, o homem, diferentemente dos demais animais, forma conhecimento sobre a natureza e sobre si mesmo, cria e recria necessidades, produz e reproduz idéias, daí por que "Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência" (Marx e Engels, 1974: 25).

Na realização do trabalho o homem necessita de elementos materiais sobre os quais e com os quais atuar, isto é, o objeto de trabalho e os instrumentos de trabalho, postos em ação no processo produtivo pela força de trabalho daquele homem. O objeto do trabalho é o elemento sobre o qual o homem trabalha: a terra, as matérias-primas, as jazidas minerais etc., enquanto os instrumentos de trabalho são os meios pelos quais os homens exercem sua ação: as ferramentas, as máquinas, as instalações, os transportes etc. Ao conjunto formado pelo objeto de trabalho e pelos instrumentos de trabalho chama-se Meios de Produção, que somados à Força de Trabalho constituem as Forças Produtivas. Estas refletem em si o grau de desenvolvimento científico e tecnológico dos diferentes períodos históricos da humanidade. A natureza incessante e revolucionária das Forças Produtivas está na base da superação de um modo de produção por outro a partir do momento em que elas entram em contato com a natureza conservadora das relações de produção. É por isso que a um determinado nível de desenvolvimento das Forças Produtivas corresponde um determinado modo de produção.

No comunismo primitivo, a produção dos bens necessários à vida da tribo era realizada por homens e mulheres, com uma divisão sexual do trabalho, sendo coletiva a propriedade da terra e dos instrumentos de trabalho, como coletiva era a apropriação do produto do trabalho. Essas relações diferem radicalmente daquelas dominantes no sistema capitalista, que se assenta na lógica da expropriação do homem de seus meios de produção, transformando em capital os meios sociais de subsistência e de produção e convertendo em assalariados os produtores diretos. A sociedade

5 Para um aprofundamento do trabalho como categoria ontológica, ver, além da obra marxiana, Lukács (1979).

capitalista se assenta, assim, não somente na exploração do homem pelo homem, mas na prévia expropriação do homem de seus meios de produção, condição daquela exploração.

No comunismo primitivo, havia uma luta incessante pela sobrevivência diária, pois os instrumentos de trabalho rudimentares geravam um nível de produtividade que satisfazia de forma limitada as necessidades do homem. Já no escravismo e no feudalismo a produtividade do trabalho foi relativamente elevada, fazendo surgir o excedente apropriado pelos senhores de escravos e pelos senhores de terra. A apropriação do excedente no feudalismo gerou duas classes distintas e complementares: o servo ou camponês e o senhor feudal. Apesar da evidente exploração do servo, havia no sistema feudal uma hierarquia baseada no costume e na tradição e onde o *“senhor estava tão obrigado a proteger o servo quanto este estava obrigado a pagar-lhe”* (Hunt, 1989: 29). Também o servo tinha direito ao seu lote e era co-proprietário das terras comunais. O maior proprietário de terras na Idade Média foi a Igreja Católica que, ao lado da nobreza que dava proteção militar, oferecia ajuda espiritual.⁶ As condições de vida do servo eram extremamente penosas. Ele possuía o acesso à terra e aos instrumentos de trabalho, mas tanto o nível de desenvolvimento das forças produtivas quanto às elevadas obrigações que tinha para com seus senhores exigiam-lhe uma extenuante carga de trabalho, sem que ele pudesse vislumbrar qualquer espécie de melhoria nas suas condições de vida.

Um autor contemporâneo como Castel (1998) informa que até o século X havia “sociedades camponesas” que no Ocidente cristão dominaram a época feudal e se caracterizavam por conjugar dois *“(...) vetores principais de interdependência que concorrem para sua estabilidade: as relações horizontais no seio da comunidade rural e as relações verticais da sujeição senhorial”* (Castel, 1998: 50). Ainda segundo esse autor, nestas sociedades havia uma espécie e sociabilidade primária que oferecia uma “proteção próxima” contra os riscos de uma desfiliação. O autor exemplifica essa desfiliação com o caso dos órfãos, dos enfermos e dos acidentados. Nesses casos, a comunidade podia

6 Castel (1998) informa que com a complexificação da estrutura social e a distinção dos laços de sociabilidade, por volta do século VIII, produziram-se as primeiras intervenções especiais da sociedade sobre si mesma, objetivando suprir as carências da sociabilidade primária. Castel destaca a influência da religião nesse contexto, definindo o incapacitado como alvo da salvação. O mandato social da Igreja a tornava a principal administradora da caridade, elegendo quem era o “próximo” a ser assistido e regulando esse “próximo” pela territorialidade.

intervir, e geralmente o fazia, na refiliação do indivíduo através de seu acolhimento por uma família. Com estas observações, Castel quer indicar que mesmo havendo situações de pobreza crítica e pontual, como também de pobreza generalizada, dadas as condições de subsistência dessas populações, muitas vezes sujeitas as catástrofes naturais como secas ou enchentes, esta situação não ameaçava a ordem social feudal.⁷

No feudalismo, a sociabilidade hierarquizada, fundada na tradição e nos costumes, promovia tanto o controle da população como também formas de reinserção dos atingidos por situações de pobreza mais grave. Somente a partir do século XI vão ocorrer revoltas em massa e estas estão diretamente relacionadas, conforme o indicam Hunt (1989) e Hubermann (1979), aos efeitos do crescimento demográfico. Para Hunt, este crescimento se constituiu, ao lado do aumento da concentração urbana, num dos efeitos dos melhoramentos na agricultura e nos transportes, isto é, na elevação do nível de desenvolvimento das forças produtivas.⁸ Segundo o mesmo autor, entre o ano 1000 e o ano 1300 a população europeia dobrou. O mesmo Hunt informa que o aumento da produtividade agrícola do período se constitui no principal motor de inúmeras e profundas transformações que marcaram a dissolução do feudalismo e o início do capitalismo.

O aumento da produtividade e, na seqüência, a geração de um excedente de produtos conduziu, por longos e complexos caminhos, a um desenvolvimento do comércio⁹ de pequena e longa distância, que para alguns

7 Mesmo que não seja objetivo deste artigo tratar da “questão social” tal como se apresenta a partir do século XIX, não se pode perder de vista que sua emergência está umbilicalmente relacionada às manifestações dos pauperizados que ameaçavam as instituições sociais vigentes. “Foi a partir da perspectiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como ‘questão social’” (Netto, 2001: 43).

8 Já vimos que o desenvolvimento das forças produtivas, também produzido pela relação ontológica do homem com a natureza, pelo trabalho, se constitui num processo incessante que reflete o grau de desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade humana. Nos séculos correspondentes ao período do feudalismo se deu um importante avanço tecnológico pela aparentemente simples “(...) substituição do sistema de plantio de dois campos para o sistema de três campos. (...) O plantio anual da mesma área esgotava a terra e acabava por torná-la inútil. Assim, no sistema de dois campos, metade da terra era sempre deixada ociosa, de modo que se recuperasse (...). Com o sistema de três campos, a terra arável era dividida em três partes iguais. (...) Todo ano havia uma rotação dessas posições. (...) Desta mudança aparentemente simples na tecnologia agrícola resultou um dramático aumento do produto agrícola” (Hunt, 1989: 32).

9 A tese da primazia da expansão do comércio como determinante do desenvolvimento econômico e, por extensão, do próprio capitalismo, chamada modelo mercantil, é objeto de crítica contundente num valioso e recente estudo da cientista política socialista norte-americana Ellen Meiksins Wood intitulado “As origens do capitalismo”, citado na Bibliografia.

historiadores foi a principal força para a desintegração do feudalismo. O fato é que tanto a expansão comercial quanto o crescimento das cidades industriais e ainda o aumento da produtividade, o crescimento demográfico, as cruzadas, a epidemia de peste negra, a expansão das manufaturas, a Guerra dos Cem Anos entre a França e a Inglaterra, a Reforma Protestante e outros processos estão associados, de uma forma ou de outra, pelo menos na literatura convencional, marxista ou não, à dissolução da ordem feudal e à emergência do capitalismo.

A compreensão de que o modo de produção capitalista resultou de um longo processo, o que em Marx está diretamente relacionado à Acumulação Primitiva, permite também apreender que ao lado da acumulação de capital desenvolveu-se uma concentração de força de trabalho despojada de seus meios de produção. Isto significa dizer que não se tratou de um processo natural, mas que, conforme Castel (1998), foi um movimento revolucionário, posto que se constituiu numa ruptura e não num *continuum*. O fato é que a constituição desses dois elementos – capital e força de trabalho – está na base do desenvolvimento do modo de produção capitalista e que, segundo Huberman (1979), não haveria esta sem a presença do trabalho do homem para pôr em movimento aquele capital acumulado. Destas colocações se deduz a *primazia ontológica do trabalho sobre o capital*, pois sem aquele, tanto na sociedade capitalista como nas anteriores, não se teria gerado uma produção, com ou sem excedente, e não se teria por meio dessa produção gerado dinheiro e depois capital.

A constituição de uma massa de trabalhadores, aqueles ex-camponeses expulsos de suas terras, ex-artesãos arruinados, ex-pequenos proprietários independentes, a partir de um certo momento completamente despojada dos seus meios de produção e, por conseguinte, completamente apta a vender o único bem de que dispunha, sua força de trabalho, é condição fundamental para a gênese do capitalismo. Segundo Marx,

“O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, a ladroeira das terras comuns e a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade privada moderna, levada a cabo com terrorismo implacável, figuram entre os métodos idílicos da Acumulação Primitiva. Conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital e proporcionaram à indústria das cidades a oferta necessária de proletários sem direitos” (Marx, 1989: 850).

Apenas se pode imaginar os terríveis efeitos que se produziram sobre as mentes desse contingente de miseráveis, “libertos” do cativo da terra, rumando para as cidades onde, é claro, não se geravam empregos na mesma proporção em que se geravam pauperizados. Hunt (1989) chama atenção para os efeitos psíquicos decorrentes da total alteração das suas condições materiais de vida e Marx informa que esse processo “*não deixou qualquer outro vínculo entre os homens, que não o interesse próprio puro e simples, o insensível pagamento em dinheiro.*” (Marx, 1989: 833). Muitos dos cronistas da época escreveram sobre as condições de vida daquela massa humana que se formava, com textos que oscilavam entre a repugnância e a falsa criticidade. Em *O Capital*, Marx destaca que para os historiadores burgueses, a culpa pela situação de pobreza a que estava submetida a população estava no fato de ter sido liberado da servidão e da coerção corporativa, e propunham o seu retorno como forma de resolver a situação. Na verdade, contrapõe Marx, o que empobreceu os camponeses e os artesãos não foi a abolição da servidão da terra ou da tutela das corporações de ofício, mas a abolição dos direitos aos meios de produção, ao solo e aos instrumentos de trabalho, direitos com os quais aquele homem, fosse na cidade ou no campo, provinha sua sobrevivência, mesmo que em condições limitadas.

Um historiador contemporâneo como Polanyi (1944) destacou que na sociedade de mercado,¹⁰ portanto na sociedade capitalista, que sucedeu as sociedades não mercadológicas, portanto as sociedades pré-capitalistas, a

10 Na sua obra *À Grande Transformação* (1944), o historiador econômico e antropólogo Karl Polanyi afirmou “... que a motivação do lucro individual, associada às trocas no mercado, nunca foi, até a era moderna, o princípio dominante da vida econômica. Mesmo nos casos em que havia mercados bem desenvolvidos, (...) é preciso fazer uma clara distinção entre as sociedades com mercados [grifo nosso], como as que existiram em toda a história escrita, e a ‘sociedade de mercado’ (Polanyi, apud Wood, 2001:29). Essa linha de argumentação é contestada pelos defensores do capital. Conforme Meszaros (2002) estes “...gostam de descrever a ordem existente como uma espécie de predestinação divina para a qual não houve alternativa civilizada. Muitos deles arbitrariamente projetam as relações capitalistas de troca até a aurora da história, (...). Naturalmente, o sistema do capital não surgiu a partir de alguma predestinação mítica nem de determinações decisivas e das exigências auto realizáveis da chamada ‘natureza humana’ (...). Mesmo que se considere a natureza humana com suas características objetivas conhecidas, em oposição à determinação circular dos valores capitalistas por uma natureza humana (...) A natureza humana é em si inerentemente histórica e por isso totalmente imprópria para o congelamento arbitrário da dinâmica do desenvolvimento socioeconômico real visando atender à conveniência do modo de reprodução sócio-metabólico do capital” (Meszaros, 2002: 182-3).

ruptura que se produziu na passagem ao capitalismo teve um caráter tão perturbador, tanto nas relações humanas como na *psique*, que sem intervenções protetoras, especialmente a estatal, “(...) a sociedade humana teria sido aniquilada” (Polanyi, *apud* Wood, 2001: 32). Estas são conclusões próximas àquelas de Marx:

“Os que foram expulsos de suas terras com a dissolução das vassalagens feudais e com a expropriação intermitente e violenta, esse proletariado sem direitos, não podiam ser absorvidos pelas manufaturas nascentes com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis. Bruscamente arrancados das suas condições habituais de existência, não podiam enquadrar-se, da noite para o dia, na disciplina exigida pela nova situação. Muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias” (Marx, 1989: 851).

Essa massa de homens coercitivamente livres, que crescia em proporção maior que a da sua absorção pelas manufaturas nascentes e que, como indicou Marx, em parte transformava-se em mendigos, ladrões e vagabundos, passou a constituir uma preocupação para os governantes. Desse período resultou toda uma legislação sanguinária¹¹ que impunha terríveis castigos a essas massas pauperizadas, coagindo-lhes ao trabalho, mesmo que esse não existisse. Marx oferece exemplos dessa legislação na Inglaterra nos reinados de Henrique VIII, Eduardo VI, Elizabeth e Jaime I.

“Henrique VI, lei de 1530 – Mendigos velhos e incapacitados para trabalhar têm direito a uma licença para pedir esmolas. Os vagabundos sadios serão flagelados e encarcerados. Serão amarrados atrás de um carro e açoitados até que o sangue lhes corra pelo corpo; em seguida prestarão juramento de voltar à sua terra natal (...) para se porem a trabalhar (...). Eduardo VI – (...) 1547 (...) se alguém se recusa a trabalhar, será condenado como

11 Não é objetivo deste artigo abordar tanto a legislação do período como as ações do Estado e/ou da Igreja Católica com vistas a uma intervenção sobre os problemas decorrentes da constituição daquela massa pauperizada que se formou entre o final da Idade Média e início do Capitalismo. Cumpre porém destacar que os Estados Nacionais formados no período imediatamente anterior à consolidação do capitalismo, atuando ao lado da ação caritativa da Igreja, promulgaram leis e decretos de cunho assistencial que buscavam conter as crescentes manifestações de insatisfação da maioria pauperizada da população.

escravo da pessoa que o tenha denunciado como vadio. O dono deve alimentar seu escravo com pão e água, bebidas fracas e restos de carne. Tem o direito de forçá-lo a executar qualquer trabalho, por mais repugnante que seja, flagelando-o e pondo-o a ferros. (...) Se o escravo tentar qualquer coisa contra seu senhor, será também enforcado. (...) Elizabeth, 1572 – Mendigos sem licença e com mais de 14 anos serão flagelados severamente e terão suas orelhas marcadas a ferro (...). Jaime I – Quem perambule e mendigue será declarado vadio e vagabundo. Os juizes de paz, em suas sessões, serão autorizados a mandar açoitá-lo e encarcerá-lo (...) Na prisão, receberão tantas vezes [sic] tantas chicotadas quantas os juizes de paz acharem adequadas” (Marx, 1989: 851-853).

Castel informa que foi na Inglaterra que esse sistema coercitivo do trabalho e punitivo da vagabundagem se apresentou de forma mais sistemática, primeiro com os Estatuto dos Trabalhadores de 1349 e depois com as Leis dos Pobres (*poor laws*) no período de 1531 a 1601. Diante das críticas que os comentadores da época dirigiam aos códigos do trabalho, alegando que eles influenciaram negativamente o desenvolvimento de uma economia moderna, Castel opõe a idéia de que, pelo contrário, estes códigos, juntamente com a exploração do trabalho pré-industrial, contribuíram para o avanço da Inglaterra na direção do capitalismo industrial. Ainda segundo Castel, os liberais do início do século XIX criticavam igualmente a legislação social, sem compreender que ela favorecia a manutenção de uma força de trabalho apta a ser utilizada na Revolução Industrial, ao mesmo tempo em que combatia classicamente a vadiagem.

A profunda metamorfose da exploração feudal, ou da espada, em exploração capitalista prosseguiu com a formação de uma massa humana expropriada e cada vez mais pauperizada. Os assalariados que surgiram ainda no século XIV eram poucos, mas foram crescendo em quantidade à medida que decrescia o número de camponeses independentes e das corporações na cidade. O que nos séculos XVI e XVII ocorrera como processos de dissociação do homem de seus meios de produção foram processos que Marx chama de individuais, em certo sentido coibidos por leis reais. Marx destaca que foi no século XVIII que houve um “progresso” na expropriação descomunal que vinha sendo praticada contra os camponeses, progresso esse marcado pela legalização do roubo das terras. Nesse período, mas não só nele, destacam-se os cercamentos dos campos, que Marx diz ser um roubo

que "(...) assume a forma parlamentar que lhe dão as leis relativas ao cercamento das terras comuns, ou melhor, os decretos com que os senhores das terras se presenteiam com os bens que pertencem ao povo" (Marx, 1989: 841). O fechamento das terras foi ocasionado pela necessidade de pastos para os carneiros, já que no período o desenvolvimento da manufatura elevava o preço da lã. Os senhores feudais sem dinheiro acharam mais vantajoso esse negócio do que ter em suas terras camponeses trabalhando para si e para eles. Além dos cercamentos, os camponeses independentes também foram vítimas do aumento do valor dos arrendamentos, que eles a partir de um certo momento não podiam mais pagar, perdendo assim suas terras. Por fim houve também uma chamada "limpeza" das terras, que consistia na derrubada das "choupanas" dos trabalhadores, impedindo assim que estes resistissem na terra. Marx, citando um comentador da época, destaca os processos ocorridos na Escócia, onde

"Os grandes (...) expropriaram famílias como se fossem erva ruim, trataram aldeias e suas populações como índianos enraivecidos atacam as feras acuadas em seus refúgios (...) O ser humano vale uma pele de carneiro ou uma perna de carneiro ou menos ainda. (...) Todas as suas pastagens foram destruídas e reduzidas a cinzas, todas as suas lavouras convertidas em pastagens. Soldados britânicos invadiram para executar a expulsão e entraram em choque com os nativos. Uma velha morreu no meio das chamas de sua cabana, que se recusara a abandonar" (idem: 847).

Deve-se ainda lembrar, com Marx, do terrível impulso que o processo de expropriação recebeu ainda no século XVI com a Reforma e o saque das terras da Igreja Católica. Além da tomada das terras e conseqüente expulsão dos camponeses, aqueles empobrecidos que recebiam legalmente uma parte dos "dízimos" da Igreja deixaram de recebê-lo. Data desse período o reconhecimento oficial do "pauperismo" com a introdução de um imposto de assistência aos pobres, donde se pode concluir que, antes do reconhecimento público da "questão social" no século XIX, se constituiu um pauperismo oficializado, que foi objeto de uma legislação posterior, de caráter coercitivo, e que também veio a contribuir com a constituição do proletariado moderno.

À GUIA DE SÍNTESE

Em que pesem as compreensões diferenciadas em torno da expressão "questão social" e mesmo sobre a sua gênese histórica e recorrência contemporânea, há, no geral, um consenso quanto à sua publicização no século XIX, como expressão de uma nova dinâmica da pobreza, manifesta no fenômeno do pauperismo. Tem-se também como consensual que ela é posta para a sociedade a partir da ameaça que a classe operária passa a representar para a ordem social burguesa.

Do exposto observa-se a inequívoca relação entre o desenvolvimento capitalista – em sua gênese, desenvolvimento e consolidação – e a "questão social", uma vez que esta última está umbilicalmente relacionada ao conflito entre capital e trabalho. Se, conforme o indica o aporte marxiano, é pela constituição dos dois pólos do mercado – o assalariado e o capitalista – que se criam as condições para a produção capitalista, este texto buscou evidenciar, nos antecedentes sócio-históricos de constituição do capitalismo, os processos que deram origem à constituição de um daqueles pólos – o do assalariado –, o que ocorreu pela via privilegiada da exploração e da violência, e não por meio de um desenvolvimento natural que indique a passagem de uma organização do trabalho arcaico para uma nova forma.

Os processos evidenciados dizem respeito à completa expropriação do homem de seus meios de produção, o que originou uma massa humana tão absolutamente degradada em suas condições de vida que, como o informou Polany, citado anteriormente, correu-se o risco de um aniquilamento da própria sociedade humana, pela ferocidade dos processos desencadeados sobre os trabalhadores. Para essa massa, só havia uma única possibilidade – vender no mercado capitalista o único bem que lhe restara, qual seja, sua força de trabalho. Disso resulta a compreensão de que a constituição daquela massa pauperizada não foi um fenômeno natural, como não o foi a acumulação de capital nas mãos de uns em detrimento da imensa maioria, mas fruto daquela acumulação anterior, chamada primitiva, sem o conhecimento da qual o capitalismo apresenta-se como um desenvolvimento natural do espírito competitivo do homem, quando não de uma motivação divina.

Sobre a massa humana "liberta" da servidão da terra e da coerção das corporações, buscou-se destacar os violentos processos de sua expropriação. Apesar das manifestações de revolta ocorridas no período de transição do

feudalismo para o capitalismo, a estrutura social fundada numa submissão à ordem vigente, profundamente marcada pela dominação senhorial e religiosa da Idade Média, não permitia àqueles homens, num primeiro momento, resistir de forma organizada, o que só veio a acontecer quando o capitalismo já adentrara sua fase industrial-concorrencial. Esees homens e mulheres, saídos de uma relação de exploração em face do senhor feudal, apresentaram, a partir da expropriação de seus meios de produção, condições de extrema degradação das suas condições de vida, degradação que atingia agora não apenas os pauperizados tradicionais. Aos velhos, doentes, viúvas, órfãos, incapacitados de um modo geral para o trabalho, remanescentes pontuais das sociedades anteriores, juntaram-se os novos pauperizados, estes aptos ao trabalho mas aprisionados, num primeiro momento, pela sua ausência e, num segundo momento, pela exploração desse trabalho. No feudalismo, os trabalhadores do campo e da cidade podiam, ainda que de forma limitada, satisfazer as suas necessidades básicas. Na transição para o capitalismo, a sua pauperização foi absoluta, posto que além da expropriação dos seus meios de produção, romperam-se as condições sociais estabelecidas, que garantiam minimamente um sistema de proteções e obrigações, sem que, em seu lugar, se tivessem criado condições de suporte para suas carências mais básicas. A chamada legislação social do período compreendido entre os séculos XIV e XIX foi abusivamente punitiva e coercitiva, como demonstrado neste artigo, e, em última instância só vinha favorecer a manutenção em condições abaixo do mínimo de uma força de trabalho disponível no mercado.

Os homens “livres” dos quais este texto se ocupou não se constituíram de imediato numa massa trabalhadora, posto que não havia uma demanda significativa por parte do mercado nas fases iniciais do capitalismo. Esses trabalhadores potenciais só vieram a constituir-se enquanto classe trabalhadora a partir do século XIX, momento em que, pelo seu protagonismo no cenário político, a classe operária, constituída enquanto classe para si, ameaçou a ordem estabelecida. Essa ameaça se pôs a partir da problematização das suas necessidades sociais – políticas e econômicas – não atendidas no capitalismo, o que levou a uma tomada de consciência de que o pauperismo generalizado, fosse ele absoluto ou relativo, não era decorrente de processos naturais do desenvolvimento social, mas fruto da exploração particular e histórica dada pelo capitalismo em seu desenvolvimento, definindo por sua vez a particularidade e historicidade da própria “questão social”.

A importância das questões postas neste texto funda-se, assim, na necessidade de uma apreensão mais consistente dos processos históricos que, ao constituírem o sistema capitalista, constituíram a própria emergência da “questão social”. A formação daquela massa humana, a partir da expropriação do homem de seus meios de produção, é elemento central para a compreensão dos processos históricos que constituíram o capitalismo. O que esteve em jogo naquela expropriação foi a propriedade privada, elemento constitutivo do modo de produção capitalista, e é por isso que o aporte marxiano nos faz compreender que a pobreza gerada na transição do feudalismo para o capitalismo não se deveu, como o queriam os historiadores burgueses, ao fim da servidão, mas à derrota completa da propriedade coletiva dos meios de produção. Aquela massa de trabalhadores expulsa do campo e compelida coercitivamente ao mercado de trabalho capitalista é agora, quase dois séculos depois, expulsa novamente, desta vez daquele mercado. Aos clássicos miseráveis produzidos pela modernidade incompleta juntaram-se os miseráveis do capitalismo da idade dos monopólios, mantidos todos pelo mesmo fundamento ontológico: a exploração do trabalho pelo capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução Iraci D. Poletti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERQUEIRA FILHO, G. *A questão social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HUBERMAN, L. *História da Riqueza do Homem*. 15ª ed. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979.

HUNT, E. K. *História do Pensamento Econômico*. Tradução José Ricardo Brandão Azevedo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

LUKÁCS, G. *A ontologia do Ser Social*. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. Tradução Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARX, K. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Tradução Reginaldo Santana. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

MARX, K. e ENGELS, F. *Ideologia Alemã*. Portugal: Presença, 1974.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. Rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

NETTO, J. P. *Cinco notas a propósito da “questão social”* Temporalis. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, Ano 2, n. 3, p. 41-49, Jan./Jul. 2001.

WOOD, E. M. *As origens do capitalismo*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

A QUESTÃO SOCIAL EM DEBATE

*Eddene Pimentel Santos**

RESUMO

Este texto trata do debate sobre a questão social, abordando desde a sua origem com o processo de industrialização na Europa até a atualidade. Enfoca aspectos que dizem respeito ao enfrentamento do Estado em face do fenômeno da pauperização do trabalhador no decorrer do processo de desenvolvimento capitalista. Abordamos ainda o debate contido nas obras de Robert Castel e Pierre Rosanvallon, nas quais os autores vão se debruçar sobre a problemática de uma "nova questão social" situada no conjunto das alterações ocorridas no mundo do trabalho diante do fenômeno do desemprego crescente e suas implicações para a vida dos trabalhadores.

Palavras-chave: trabalho; pobreza; estado social; questão social

ABSTRACT

This text deals with the Social Issues debate broaching, since its origin with the industrialization process in Europe until now. It has aspects in focus that concerns about the State confrontation in the face of work poverty phenomenal in the course of the process of capitalism development. We still broach the debate restrained in the works of Robert Castel and Pierre Rosanvallon, which the authors go to study about the problematic of a 'New Social Issues' situated in the joint of alterations happened in the labour work face the growing unemployment phenomenal and its implications to workers' life.

Key words: labour; poverty; welfare state; social issues

* Profª. Assistente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

INTRODUÇÃO

O surgimento de uma denominada questão social diz respeito aos problemas econômicos, sociais e políticos ocorridos durante o processo de industrialização com o aparecimento da classe operária e a ampliação dos mercados na Europa durante o século XIX. Desse modo, ela está diretamente vinculada ao conflito existente entre capital e trabalho. Nesse momento, observa-se uma transformação radical nos processos e nas relações de produção com o ingresso da máquina no interior do processo produtivo, o que implicará uma nova dinâmica no desenvolvimento da indústria, concentrando a mão-de-obra nas cidades, ao mesmo tempo exigindo uma rigorosa disciplina no interior da fábrica, atingindo o operário no que se refere às suas condições de vida e trabalho em termos materiais e políticos.

Assim, submetida a esse processo de exploração, a classe operária, massacrada por uma ordem econômica que a empurra para a miséria, torna-se uma ameaça constante para o capital na medida em que as tensões e os conflitos gerados por esse processo de industrialização representam um perigo à paz e à ordem econômica, social e moral estabelecida naquele determinado momento.

Na realidade, o capitalismo havia gerado uma classe operária urbana com suas necessidades não atendidas, revelando uma enorme distância entre suas condições de vida e os interesses da burguesia que a contrata. Nesse processo, a concorrência da máquina produz um excedente de mão-de-obra, rebaixamento dos salários e ampliação da jornada de trabalho acima da capacidade física dos trabalhadores, intensificando, desse modo, a extração da mais-valia pelo capital. Assim, a pauperização do trabalhador resultante da industrialização impõe o ingresso de sua família no mercado de trabalho para ampliação da renda e para assegurar a reprodução social do trabalhador e de sua família ao mesmo tempo em que motiva a classe trabalhadora a se organizar e lutar em busca dos seus interesses.

Trata-se de uma nova pobreza que se torna objeto de preocupação por parte de pensadores dos mais diversos matizes, atônitos diante da incapacidade do sistema em operacionalizar os princípios norteadores da revolução burguesa. Esse fenômeno que se originou com o pauperismo constitui uma das expressões primeiras daquilo que se convencionou denominar questão social, considerando a dimensão imanente ao conflito de classes no capitalismo manifesta na desigualdade social. Esta adquire caráter

essencialmente político quando se torna uma ameaça à paz necessária à reprodução social nos moldes dos interesses das classes dominantes. O problema do operariado, com sua miséria, sua insatisfação e suas lutas urbanas, põe em pauta a questão social naquele momento. Diz respeito a uma pauperização da classe operária, ditada pelas necessidades de acumulação do capital, que se põe historicamente permeada pelas lutas dos trabalhadores e pelas estratégias de dominação das classes dominantes para contê-las.

A questão social originalmente expressa no empobrecimento do trabalhador, portanto, tem suas bases reais na economia capitalista. Politicamente, passa a ser reconhecida como problema na medida em que os indivíduos empobrecidos organizam-se, oferecendo resistência às más condições de existência decorrentes de sua condição de trabalhadores. Nesse cenário, o movimento socialista dá o tom ao caráter reivindicatório do operariado europeu, que empreende a luta contra condições opressivas de vida e de trabalho tendo por suporte a demanda pela satisfação de carências, considerada sob os aspectos de natureza material e moral. No percurso do desenvolvimento de um capitalismo atravessado por lutas sociais entre capital e trabalho constituem-se respostas sociais, mediadas ora por determinadas organizações sociais, ora pelo Estado, num processo impulsionado pelo movimento de reprodução do capital. Essas respostas sociais constituirão parte das funções do Estado a depender das condições sócio-históricas e econômicas, recebendo distintas interpretações por parte de pensadores dos mais diversos matizes preocupados com a questão social a exemplo de Rousseau, Fichte e Hegel, entre outros.¹

A nossa pretensão neste texto é refletir sobre a temática da questão social na atualidade, debruçando-nos em aspectos decisivos relacionados ao debate contemporâneo.

1 Domenico Losurdo, em sua obra *Hegel, Marx e a Tradição Liberal* (1988) comenta a esse respeito: "Não por acaso, Rosseau e Fichte sentem profundamente a questão social, mas sobretudo a partir do mundo camponês" (229). Logo adiante, ele afirma que "Para compreender melhor a postura diferente de Hegel com relação a Rosseau e a Fichte, pode-se partir de Adam Smith: 'Em qualquer sociedade civilizada, em qualquer sociedade na qual se tenha afirmado completamente a distinção entre classes, sempre existiram, ao mesmo tempo, dois diversos ordenamentos ou sistemas de moral corrente: um pode ser chamado de severo ou austero, e o outro, de liberal ou, preferindo-se, laxista' (230). Deste modo, a questão social foi objeto de preocupação por parte de pensadores do mais alto nível, sem falar que o movimento cartista promoveu intensos debates em torno dessa polêmica no campo político propriamente dito.

ESTADO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL

O intenso movimento econômico do século XIX, no essencial, expressa a consolidação do modelo de produção instaurado pela grande indústria, enquanto complexo básico de constituição das relações sociais. A luta central gira em torno dos limites do valor da jornada de trabalho, pois ela gera a mais-valia necessária à reprodução do capital. Pela natureza da mercadoria força de trabalho, que impõe limites ao seu consumo, o controle do capital nunca é absoluto, tornando-se necessário reinventar novas formas de organização para poder realizá-lo. O capital, enquanto uma relação social, precisa de uma correlação de forças favorável para manter sua soberania. Deste modo, a divisão do trabalho que se constitui no século XX irá pôr as relações entre capital e trabalho nas malhas da regulação estatal. As lutas urbanas, com sua ênfase nos direitos do trabalho e na melhoria das condições de vida do trabalhador e sua família, dão lugar à criação de um grande consenso entre trabalhadores e capitalistas, cuja realização se faz com a mediação do Estado.

O que se desdobra a partir da grande indústria, que a sociologia do trabalho, a exemplo de Aglietta,² denomina modelo fordista de regulação, ou regime de acumulação fordista, implica grandes mudanças no sistema capitalista de produção a partir da organização do processo de trabalho e sob a regulação estatal. Através da mediação do Estado, o capital encontra meios de se desenvolver – uma forma social que repõe em novas bases a divisão social e técnica do trabalho e assegura um período de grande expansão e prosperidade econômica em quase todo o mundo capitalista após a Segunda Guerra Mundial. Mas o período antecedente foi marcado por crises internacionais intensas, dando uma face conturbada à constituição do que José Paulo Netto³ chama de fase clássica do capitalismo monopolista – entre o fim do século XIX e a década de 1940. A luta entre socialismo e capitalismo assume proporções muito significativas no plano internacional, ao mesmo tempo em que o mercado mundial se solidifica nas multinacionais.

No pós-guerra, os países industrializados e centrais vivem um ciclo de crescimento com crescente produtividade, possibilitando aumento de lucros aos capitalistas e ganhos reais de salários aos trabalhadores, o que atualiza historicamente a questão social em novas bases. Alguns autores até consideram que é somente a partir daí que se pode caracterizar a questão social, quando as contradições de classe passam a ser objeto de regulação estatal. A distribuição da riqueza social entre capitalistas e trabalhadores passa a ser mediada por acordos coletivos. Aliás, o Estado torna-se decisivo como autoridade central na mediação entre o processo de acumulação e a regulação do consenso social. Sob o esteio de entidades representativas, partidos e sindicatos fortes e combativos negociavam a produtividade e a intensidade do trabalho, com vistas a assegurar salários para uma parte, lucros para outra. A mediação do Estado se fazia legitimar por uma política de subsídios à acumulação privada de capital e pela adoção de políticas compensatórias do tipo seguro desemprego, transporte subsidiado, educação, saúde, enfim, serviços sociais. O pensamento Keynesiano é decisivo para a consecução dos objetivos de revigoração do capitalismo naquele momento.

Construído sob o legado keynesiano após a Segunda Guerra Mundial constitui-se o que se denominou Estado de Bem-estar Social, que implicou direitos econômicos, sociais e culturais, requerendo obrigações positivas e comportamento ativo do Estado perante os cidadãos, o qual passou a intervir diretamente na questão social. Esse Estado Social, que tem como expressão máxima o Welfare State, se caracterizará pela afirmação dos direitos sociais aos trabalhadores, atendendo em parte a suas demandas com vistas a amortizar as tensões e dirimir conflitos provenientes da contradição entre capital e trabalho. Tal mecanismo tem por finalidade ocultar as contradições de classe mediante o atendimento de demandas do trabalho, como forma de atenuar a estagnação econômica, ao mesmo tempo em que assegura o pleno desenvolvimento do capital monopolista.

Se a instituição dos direitos civis e políticos requisitou um tipo de formulação e enunciação que exigia obrigações negativas e abstenção do Estado para a constituição do indivíduo independente, essa nova realidade requer o homem participante, seja na qualidade de produtor ou de consumidor, de um Estado ativo. A reprodução da classe trabalhadora tem papel importante no processo de reprodução social, elemento decisivo para a criação do consenso de que falamos anteriormente. Esse momento permitiu

2 Ver Aglietta, Michel. *Regulación y crisis del capitalismo*. México: Siglo Veintiuno, 1976.

3 Ver Netto, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

a Marshal,⁴ como herdeiro do pensamento liberal, produzir uma concepção de cidadania como “participação integral na comunidade”, pela interconexão entre direitos civis, políticos e sociais, estes últimos compreendidos como educação e serviços sociais.

Parece, até o momento, a fase mais avançada de emancipação política experimentada nos marcos do capitalismo, visto que sua aplicação reclama a ação do Estado em face da criação das condições necessárias a um mínimo de segurança e bem-estar econômico, com investimento no desenvolvimento social. Além do mais, instaura uma forma democrática de negociação para a consecução de um consenso entre trabalhadores e capitalistas que, apoiada na construção de regras e de princípios baseados no reconhecimento de iguais condições entre as partes, permite decidir o acordo entre elas. Isto se põe de uma forma diferente daquela na qual o trabalhador é considerado incapaz de qualquer decisão e na qual a lei não o permite fazê-lo. Uma forma democrática, mas ainda assim dentro de limites precisos, pois no processo produtivo existe uma dependência recíproca entre patrões e empregados que assegura à mercadoria força de trabalho uma margem de possibilidade de negociação no mercado. Entretanto, na negociação entre as partes, a classe trabalhadora entra em condições de desvantagem diante do comprador, enquanto não possuidora da riqueza material produzida socialmente, pois no interior dessa contradição antagônica, por maior esforço que se tenha despendido nessas “negociações”, não há possibilidade de acordo entre capital e trabalho que possa garantir essas “conquistas” de modo a comprometer o andamento do processo de reprodução do capital. Assim, na percepção de Mészáros,

“quaisquer concessões obtidas pelo trabalho que sejam compatíveis e contidas pelo sistema do capital orientado-para-a-expansão e dirigido-para-a-acumulação são, justamente por isso, impróprias para alterar a postura defensiva e a posição estruturalmente subordinada do antagonista do capital. (...) As concessões dadas ao trabalho pelo ‘Estado de Bem-estar Social’ não debilitaram em absolutamente nada o capital. Muito pelo contrário, contribuíram significativamente para a dinâmica expansionista do sistema por um período contínuo de duas décadas e meia após a

4 Ver Marshall, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1967.

Segunda Guerra Mundial. Nem tais concessões alteraram a relação de forças em favor do trabalho; na verdade, debilitaram a sua combatividade, reforçando as mistificações do reformismo. Naturalmente, isso não significa que se possa deixar de defender os ganhos defensivos do passado, especialmente quando o capital, sob a pressão de uma crise estrutural que se aprofunda, é forçado a tentar revogá-los. Significa, entretanto, que as ilusões associadas às concessões, ao longo da história da socialdemocracia reformista, devem ser expostas pelo que realmente são, e não pela fantasia sobre a viabilidade do trabalho a partir da ‘alternativa econômica estratégica’ nekeynesiana. Tal alternativa não apenas é totalmente irreal nas circunstâncias da crise estrutural do capital, mas, se por algum milagre pudesse ser implementada, nem mesmo chegaria a constituir uma alternativa” (Mészáros, 2002: 919).

Neste sentido, verificamos que essa forma de administrar os conflitos através do Estado de Bem-estar Social não elimina de modo algum o caráter de subordinação do trabalho ao capital, muito pelo contrário, as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho na atualidade só se têm agravado mais ainda. Tal subordinação apresenta formas ideologicamente dissimuladas de tais relações, escamoteando a contradição antagônica existente entre elas.

TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E QUESTÃO SOCIAL

A partir do último quarto do século XX, observa-se uma profunda transformação no mundo do trabalho. Pensadores⁵ diversos defendem que hoje vive-se num mundo globalizado, no qual o mercado mundial já se realizou. A apreensão do fenômeno da globalização se faz acompanhar da idéia de um mundo solidário, de harmonia, de cooperação, deixando para trás aquela visão das relações antagônicas entre capital e trabalho substituindo-as pela parceria, pela troca entre iguais, mediante a qual trabalhadores e empresas devem, supostamente, dar-se as mãos para

5 São exemplares dessa visão autores como: José Paulo Netto, François Chesnais, Osvaldo Coggiola entre outros.

fabricarem os melhores produtos com os melhores preços do mercado. Portanto, expressa-se a idéia de um mundo sem fronteiras e sem luta de classes, que agora só precisa ser melhorado.

A velocidade com que o denominado processo de globalização vem se efetivando deixa os capitalistas preocupados, na medida em que precisam adaptar-se ao movimento contínuo de novas regras do mercado mundializado, e também preocupa os trabalhadores, que precisam preservar sua fonte de sobrevivência. A “reinvenção do consumo da força de trabalho” se realiza no interior do que a sociologia do trabalho denomina Reestruturação Produtiva, à qual os modelos orientais oferecem uma referência decisiva. Assiste-se à crise do modelo de acumulação que havia se consolidado no pós-guerra, tornando necessárias inúmeras inovações dos processos de trabalho e das relações de produção.

Tem lugar a utilização de programas como qualidade total, reengenharia e produção enxuta, enquanto momentos de viabilização do processo de transformar o trabalhador apto a desempenhar uma única tarefa, em trabalhador coletivo flexível, passível de desempenhar inúmeras atividades. Em tal contexto “onde antes havia a concorrência é preciso introduzir a parceria; onde havia o monopólio e o segredo da produção, é preciso haver troca; onde havia intrigas, é preciso haver colaboradores” (Teixeira, 1999: 25). As empresas revisam os seus métodos de trabalho, tornando fluidas as fronteiras entre as distintas fases do processo produtivo.

Desse modo, o fenômeno do desemprego ronda o processo de reestruturação produtiva em face da incapacidade do sistema de absorver mão-de-obra. Num contexto mundializado, o desemprego assume proporções internacionais. Como diz Chossudovsky:⁶ “O desemprego mundial torna-se uma ‘alavanca’ da acumulação de capital global que ‘regula’ os custos do trabalho em cada economia nacional. A pobreza de massa regula os custos internacionais do trabalho” (1999: 70).

Com a diminuição dos postos de trabalho, vê-se a classe trabalhadora heterogeneizar-se em trabalhadores permanentes, autônomos ou temporários com forte migração para os serviços, o que levou alguns analistas a identificar nesse fenômeno o desaparecimento da classe trabalhadora do

cenário mundial. O trabalho assalariado já não se constitui na única fonte de sobrevivência do trabalhador, outras alternativas compõem o universo da renda familiar. Como resultado das transformações contemporâneas, surgem novas atividades e funções no campo da produção e da circulação, que expressam uma totalidade mais complexa que nas décadas que as antecederam, com evidente crescimento do setor de serviços.

Entretanto, se a classe trabalhadora tende a desaparecer, não é pela diversificação das atividades de trabalho, pois

“a existência de uma classe trabalhadora como tal não depende das diversas formas concretas de trabalho que lhe cabe desempenhar, mas, isto sim, de sua forma social. O trabalho posto em ação na produção de bens não está por isso nitidamente separado do trabalho aplicado à produção de serviços, visto que ambos são formas de produção de mercadorias, e produção em base capitalista, cujo objetivo é a produção não apenas do valor de troca, mas de valor excedente para o capitalista. A variedade de determinadas formas de trabalho pode influir na consciência, coesão ou atividade política da classe trabalhadora, mas não afeta a existência dela como classe” (Braverman, 1987: 347).

Um outro aspecto importante é o caráter da globalização como momento de desenvolvimento capitalista, que reúne a reestruturação dos processos de trabalho a uma maior liberdade de ação, mediante a qual adquire sentido o denominado neoliberalismo. Ocorrem mudanças no papel do Estado com o processo de privatizações e com a desregulamentação dos direitos e garantias sociais, criando-se formas mais flexíveis de contratação dos trabalhadores, sem vínculos permanentes. Esse modelo de acumulação já não comporta a presença do Estado nos moldes do modelo fordista-keynesiano. Reclama agora a liberdade para que as empresas possam se ajustar às exigências competitivas do mercado mundial, requerendo formas novas de intervenção estatal.

A possibilidade de explorar mão-de-obra em lugares muito distantes dos centros onde esta era mais organizada, aliada ao fenômeno do desemprego crescente, foi decisiva para o refluxo da luta do operariado na atualidade. Principalmente o desemprego que tira do trabalhador sua sobrevivência e o coloca nas malhas da dependência da seguridade social nos lugares onde ela existe, e onde ela não existe, condena-o à fome. O desemprego também

6 Professor de economia da Universidade de Ottawa, consultor da OIT, do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e da Organização Mundial de Saúde.

não parece ter resultado simplesmente das condições objetivas da reestruturação produtiva, ele compôs a estratégia de superação da crise proposta pelas grandes potências.

Diferentemente do momento anterior, esse fenômeno associado ao processo de globalização vem gestando uma forma de ideologia que apregoa aos povos do mundo o exercício da solidariedade, da cooperação e da paz, o que tem levado o Estado a estabelecer uma nova relação com a sociedade civil, desde que não sejam alterados os seus interesses. No interior dessa lógica estatal, verifica-se então uma redução dos gastos e funções transferindo suas responsabilidades para setores da sociedade com a finalidade de assegurar o processo de expansão e reprodução do capital.

Diante da reestruturação produtiva em andamento e suas conseqüências, a questão social torna-se alvo de novas interpretações que abordaremos em seguida.

A VISÃO DE ROBERT CASTEL

O problema da questão social na atualidade comporta muitos tipos de interpretações. O quadro delineado pelas transformações contemporâneas dá também os insumos para o que Robert Castel e Pierre Rosanvallon denominam “nova questão social”, o fenômeno que apoiado no desemprego e na exclusão social de parcela dos trabalhadores, contribui para o enfraquecimento da condição salarial constituída com o Estado Social.

Castel,⁷ tomando o caso francês como exemplo típico, traça os delineamentos gerais da questão social sob dois ângulos: o que representou seu enfrentamento na proposição das classes dominantes em face da ameaça à coesão social e o que representou o ponto de vista do operariado em sua luta por melhores condições de vida e de trabalho. Segundo esse autor, a expressão “questão social” aparece pela primeira vez no jornal legitimista francês *La Quotidienne* em 1831, onde se acusava o governo, chamando a atenção dos parlamentares, no sentido de que era preciso entender que além dos limites do poder, isto é, fora do campo político, existe uma questão

7 Castel, Robert. *As metamorfoses da questão social – Uma crônica do salário*. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis: Editora Vozes, 2ª ed., 1999.

social carente de resposta quando esses efeitos do processo de industrialização representam um perigo à paz e à ordem econômico-social e moral estabelecida. No interior do pensamento dos reformadores sociais defensores do sistema, a questão social passa a ser tratada como (...) “questão da reabilitação das classes trabalhadoras ‘gangrenadas’ pela chaga do pauperismo” (Castel, 1999: 317).

Castel considera que a “característica mais perturbadora da situação atual é, sem dúvida, o reaparecimento de um perfil de ‘trabalhadores sem trabalho’” (1999: 496), criando uma categoria de “inúteis para o mundo”, conforme colocara Hannah Arendt.⁸ Situação que põe em risco o equilíbrio – na visão do autor – bastante frágil, que fora adquirido com o que ele denomina condição salarial que, após um longo período de sofrimento e lutas sociais havia assegurado uma “civilização do trabalho” através de um leque de vantagens “sociais”, qualificando o *status* constitutivo da identidade social. Ele não partilha das idéias do fim da história, o momento é de preparação de um mundo melhor para que paulatinamente possamos nos aproximar dele. Neste particular, o papel do Estado Social torna-se imprescindível, pois faz-se necessário um ator central na condução dos processos de construção das estratégias, do estabelecimento das relações entre os parceiros e do zelo pelo respeito aos compromissos. Assim, para o autor, se não estamos no fim da história, esse fim estaria dado na constituição de um Estado Social que não ultrapasse os limites da sociedade do capital.

Defende uma socialdemocracia como substrato ideal que até hoje não se constituiu como existência concreta. Algumas constelações sociais apresentam traços desse modelo de Estado de forma sistemática. A “sociedade salarial” ainda não foi totalmente destruída, boa parte do que produziu continua a existir. Até a década de 1970, encontrava-se sob os auspícios de um indivíduo-coletivo que mantinha um compromisso social. Hoje, essa relação encontra-se sob a ameaça do desenvolvimento do individualismo e do surgimento de novos modos de individualização. Se por um lado essa individualização apresenta aspectos positivos, por outro, fornece as bases para o surgimento do individualismo de massa posto em risco pela ausência da seguridade e proteção social.

8 Arendt, Hannah. *Condition de l'homme moderne*. Apud Robert Castel. p. 496, 1999.

Castel compreende as relações do mundo do trabalho com a sociedade global a partir de um movimento evolutivo que se caracteriza por três modalidades. A primeira é a condição proletária na qual a trabalhador está praticamente excluído do corpo social, apesar de constituir-se um elo essencial no processo nascente de industrialização. A vulnerabilidade da massa oferece os elementos para uma fratura central entre capital e trabalho, seguridade e propriedade, que fazem da questão social uma tomada de consciência de que essa fratura pode desencadear uma desintegração social (Castel, 1999). Daí os mecanismos de intervenção que foram criados. Para o autor, “a ‘questão social’ é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência” (Castel, 1999). Neste sentido, um mecanismo social para manter o equilíbrio da sociedade, assegurando o controle da interdependência entre as partes que a formam. A segunda é a condição operária, uma nova relação salarial que não representa somente uma remuneração pontual, mas assegura alguns direitos e acesso a subvenções extratrabalho, ampliando a participação na vida social (Castel, 1999: 416). Caracteriza-se por uma integração na subordinação. A terceira é a condição salarial na qual a subordinação do operário se viabiliza pelo salário, pois este define a identidade social. Visto que todos são assalariados, é isto que tanto os identifica como os distingue na escala social. “A sociedade salarial parece arrebatada por um irresistível movimento de promoção: acumulação de bens e de riquezas, criação de novas posições e de oportunidades inéditas, ampliação dos direitos e das garantias, multiplicação das seguridades e das proteções” (Castel, 1999). Isto “não será o triunfo da condição operária”, a sua subordinação se dá pelo progresso e pelo bem-estar que ela propicia. Atua em vários âmbitos como educação, saúde, lazer, seguridade, habitação, direitos do trabalho, supressão dos bolsões de pobreza, maior igualdade de oportunidades, etc., fazendo parecer que a questão social estaria dissolvendo-se com o progresso.

Na percepção de Castel, a fragilidade dessa condição salarial se mostra a partir da década de 1970 quando no lugar de uma trajetória ascendente vê-se um retrocesso com a quebra da coesão desse progresso. A admi-

nistração do social transforma-se, promovendo o retorno às formas de tratamento individual dos problemas e ao recurso dos contratos. Com isso, aproxima-se da situação da fase de formação da sociedade industrial, em que os indivíduos, inclusive os mais carentes, deviam enfrentar suas dificuldades e sobressaltos com seus próprios meios. As políticas sociais de inserção os instigam a construir as alternativas para suas saídas individuais ou pela associação em grupo, subsidiando-os nessas iniciativas. Cabe ao agente social avaliar a validade das disposições do contrato proposto pelo sujeito para que este possa acessar a subvenção financeira. Isso se diferencia daquele modelo de subvenção para coletivos detentores de direitos que não se encontravam à mercê de uma prévia avaliação.

Toda essa situação, segundo o autor, põe em risco a coesão social porque pode fragmentar a sociedade tornando-a ingovernável, ou promover uma polarização entre os que podem associar individualismo com independência e aqueles que “carregam sua individualidade como uma cruz”, pela falta de vínculo e proteção social para a condição de inseridos socialmente.

Assim, Castel entende que a sociedade encontra-se numa crise que pode levar a uma situação cujos resultados não são exatamente previsíveis. As opções estão dadas no cotidiano mais imediato: uma situação econômica que não seja desastrosa para todo o mundo, com recursos humanos de qualidade e o fortalecimento da proteção social e, ao mesmo tempo, o esgarçamento do tecido social em razão de “uma força de trabalho disponível condenada à inutilidade” (Castel, 1999: 591), os desfiliaados da sociedade salarial, aliada à tendência de crescimento da perturbação da ordem social. Diante da situação de incerteza, ele considera: “Ninguém pode substituir o Estado em sua função fundamental que é comandar a manobra e evitar o naufrágio” (Castel, 1999: 611) para garantir a coesão social. Neste sentido, “não há coesão social sem proteção social” (Castel, 1999: 610). Afirma o autor que nessas circunstâncias, cabe ao Estado uma estratégia para acompanhar o processo de individualização de massa, eliminando as tensões sociais mediante a inclusão daqueles que se encontram fora das malhas da integração. Com isso, pode evitar a ruptura do equilíbrio adquirido com a sociedade salarial e retomar o progresso que permite aproximar-nos do fim da história.

A VISÃO DE PIERRE ROSANVALLON

Pierre Rosanvallon, em *A nova questão social* (1998), por sua vez, se debruça sobre a análise do Estado Providência francês que, segundo o autor, se desenvolveu historicamente sob o suporte de um sistema de seguridade no qual as garantias sociais, associadas a seguros obrigatórios, cobriam riscos da existência tais como doenças, desemprego, aposentadoria, invalidez etc. Essa forma de solidariedade, segundo ele, tem origem no fluxo do pensamento moderno, que compreende o vínculo social como o resultado de uma instituição voluntária e artificial, mediante a doutrina do contrato. Perspectiva na qual o mercado “identificado como uma espécie de natureza refletida, erige-se em concorrente do contrato para fundamentar o vínculo social” (Rosanvallon, 1998: 32). Neste sentido, afirma: “Desde que seja universalizado (pela obrigação), o seguro se torna autenticamente social, exercendo o papel de transformador moral e social. O seguro social funciona como uma ‘mão invisível’, produzindo a segurança sem a intervenção da boa vontade dos homens. Pela construção, o seguro interessa às populações: fazendo de cada um a parte de um todo, torna os indivíduos interdependentes” (Rosanvallon, 1998: 37). Porque permite conciliar sociedade com liberdade individual, o seguro social constitui uma instituição do contrato social.

Um outro componente diz respeito ao desenvolvimento da genética possibilitando uma “reavaliação radical das análises dos riscos de saúde e uma visão do social ao mesmo tempo mais individualista e mais determinista” (Rosanvallon, 1998: 41). O risco agora pode ser personalizado, com base na distinção entre o adquirido e o inato, e impõe mecanismos diferentes daqueles públicos, que fundamentaram a seguridade do Estado Providência. Deste modo, só encontra alternativa de solução no mundo do seguro privado. Essa força desagregadora do social tende a afetar o seguro social distanciando, mediante a dinâmica da informação, a solidariedade e a liberdade, e, com isso, favorece o declínio da sociedade securitária.

O desemprego crescente, aliado ao congelamento salarial, e a redução do número de contribuintes conduziram o governo a cortar gastos para estimular as empresas e criar empregos, provocando mudanças também no sentido de estender os benefícios a categorias de desempregados. A lógica da seguridade tende a ser substituída pela da solidariedade, mediante a qual uma parcela de contribuintes assegura os benefícios daqueles que se

encontram fora do sistema. Ao mesmo tempo, com o enfraquecimento do sindicalismo, desmorona o princípio de gestão paritária entre o patronato e as organizações sindicais, muito valorizados pelos trabalhadores desde 1945.

Assim, Rosanvallon nos diz que o Estado Providência francês está a caminho de se adaptar a uma forma mais solidarista e sem base na administração paritária. O autor considera, porém, que essas mudanças não se dirigirão a um modelo do tipo Beveridge instaurado na Inglaterra no contexto histórico do pós-guerra, que também não tem resistido à crise. Deste modo, para Rosanvallon, o próprio princípio da solidariedade deve ser renovado. Para isso, o Estado Providência precisa retornar a uma abordagem mais filosófica e mais política através do enraizamento no corpo do contrato social, ou seja, articular-se em torno da noção de cidadania e de direitos sociais. O autor defende o fortalecimento do Estado-Nação, com abertura para o mercado internacional.

Na opinião do autor, o aumento da exclusão social deslocou o enfoque da questão social para uma abordagem focalista do segmento mais vulnerável da população. Isto simplificou sensivelmente o social para uma oposição entre os que estão “dentro” e os que estão “fora”, ou seja, na exclusão. Porém, este importante fenômeno da pobreza e da miséria no mundo não esgota a questão social. É preciso levar em conta que, em primeiro lugar, a desestabilização da condição salarial com o desemprego vem precedida da degradação da condição do trabalhador.

Em segundo lugar põe-se a “questão da classe média”, resultante da lógica das políticas sociais concentradas no “mundo dos excluídos” e da lógica política e fiscal, tornando a classe média mantenedora do funcionamento de sociedade, posto que o sistema da solidariedade repousa basicamente sobre sua contribuição. Desse modo, ela acaba por reclamar benefícios sociais ao sentir-se injustiçada diante daqueles que não contribuem e têm maior acesso, em número, aos benefícios sociais. Diante disso, torna-se necessário a revisão dos princípios de solidariedade, sem desconhecer a forte pressão política e econômica que eles sofrem. Portanto, devem ser revistas tanto as seletividades dos benefícios como a estrutura das contribuições obrigatórias. As saídas estariam em dotar uma seletividade moderada em parte dos benefícios ou praticar uma assistência orientada às populações com grandes dificuldades.

O conteúdo da solidariedade deverá modificar-se, adaptando-se a um novo tipo de redistribuição que contemple as diferenças e as desigualdades

entre os indivíduos, posto que as classes médias são hoje muito complexas para que se possa ter uma medida única em relação a contribuintes e beneficiários. Faz-se necessário reinventar o desconto característico da Contribuição Social Generalizada. Para isso deve-se realizar uma reforma fiscal que atinja impostos e contribuições entre assalariados – e não assalariados, para cobrir também seguro-desemprego, aposentadorias etc.

Com relação à assistência aos pobres – “uma abordagem em termos de caridade individual deixou de ser suficiente em uma sociedade democrática baseada na igualdade civil e no reconhecimento do indivíduo como sujeito de direitos” (Rosanvallon, 1998: 122). O autor aponta, porém, dificuldade neste sentido. A perspectiva liberal colocou-se criticamente desde o século XIX diante da possibilidade do estabelecimento do direito à assistência, tendo em consideração que o direito social à assistência era inviável, pois para ser direito teria de ser aplicável a todos os cidadãos. A natureza dos direitos sociais teria um outro caráter ao qual corresponderia a justa expectativa de um serviço. Foi defendido como um dever moral da sociedade, embora sem representar uma obrigação absoluta.

No século XX, a categoria desemprego substituiu a idéia imprecisa de pauperismo que permeava a questão social. A noção moderna de desemprego afirma-se como “inatividade forçada pela falta de trabalho”, (Rosanvallon, 1998: 125), qualificada a partir de causas de natureza macroeconômica. Supera-se a noção de vagabundo, de indivíduo não classificado ou sem profissão. A abordagem da ação social muda diante do conceito de desempregado, visualizado sob a idéia de acidentalidade, de fenômeno passageiro que poderia inserir-se na lógica da seguridade social e sustentada por contribuições do próprio trabalho. Sua distinção das formas assistenciais consistia em caracterizar-se como dever assegurado pela contrapartida de determinadas contribuições. O direito à assistência torna-se pertinente apenas para os grupos marginais da população que não se incluísem na categoria desempregado. A crise do Estado Providência conduz a redimensionar a relação entre desemprego e direito à assistência viabilizando um tipo de contrato social que permita associar o trabalho ao direito à inserção social, abordando de uma nova forma a “gestão social do desemprego”.

A idéia de inserção social constitui o centro do novo contrato que deve ser estabelecido entre emprego e Estado Providência. Essa relação se estabelece em várias dimensões: “a emergência de vínculos inéditos entre direitos sociais e obrigações morais; a experimentação de novas formas de oferta pública de

trabalho; a tendência a juntar indenização e remuneração; a criação de um espaço intermediário entre emprego assalariado e atividade social” (Rosanvallon, 1998: 130). Sua base deve pautar-se na consciência de que deve ir além dos limites do aspecto jurídico na apreensão das relações de obrigação social que caracterizam a noção de solidariedade do Estado Providência.

Assim, a redefinição do social passa pelo direito à inserção que “avança mais do que os direitos sociais clássicos, enriquecendo-se desde logo com um imperativo moral: além do direito à subsistência, ele procura dar forma ao direito à utilidade social; considera os indivíduos como pessoas que precisam ser assistidas”. Como tal,

“o que se afirma não é só o direito de viver, mas o *direito de viver em sociedade*” (Rosanvallon, 1998: 137).

Dessa maneira, para o autor, um novo tipo de Estado Providência deve unir obrigações positivas com a redefinição de direitos, coisa somente possível de realizar pela garantia de empregos. A indicação de saída encontrada pelo autor reside em superar a separação entre economia e sociedade. Entretanto, discorda do mecanismo de rebaixamento salarial utilizado pela Inglaterra e pelos Estados Unidos nos anos 80. Considera inadequado vencer o desemprego, tendo por suporte o crescimento maciço da pobreza, a partir da obediência completa à lógica do mercado. A alternativa seria criar um espaço intermediário mediante políticas de inserção econômica, cuja técnica principal consiste no emprego-solidariedade. Assim, a dispensa de encargos sociais poderia subvencionar empregos, especialmente de pessoas qualificadas. Políticas dessa natureza propiciam o desenvolvimento de uma “espécie de economia intermediária da integração social” (Rosanvallon, 1998: 145). Essa alternativa do terceiro setor deve ater-se a atividades não mercantis, possibilitando resocialização e reaprendizagem profissional para o surgimento de uma nova economia de serviços.

Uma gestão do social no âmbito mais individualizado que expresse uma *judicialização do social* impõe garantias concedidas aos sujeitos que devem possibilitar, de forma simples, a contestação de certas decisões. Portanto, o autor defende a criação de mecanismos de representação dos “usuários do social” e tornar público rapidamente “os princípios de intervenção dos organismos sociais ou de recursos” com a presença em instituições de certos mediadores. Com isso estaria afastado o risco de retorno ao paternalismo.

Em suma, o autor compreende que tudo deve ser refeito para assegurar o futuro da democracia que se confunde com o futuro do Estado Providência. A reavaliação da questão social, em termos radicais, implica a redefinição de valores e métodos do progresso social aliados a uma reinvenção do Estado Providência. A visão da igualdade precisa incorporar outros fatores de diferenciação entre homens e mulheres. São significativos “o perfil das gerações, os defeitos impostos pela natureza, as trajetórias pessoais” (Rosanvallón, 1998: 167), compondo uma abordagem ampliada de equidade.

A prática da justiça com sua discussão pública “deve substituir a visão estreitamente jurídica da igualdade de direitos ou uma concepção puramente mecânica da distribuição” (Rosanvallón, 1998: 167). As medidas globais de competência do Estado, identificadas espontaneamente com os avanços coletivos, já não podem ditar os rumos do progresso social. A universalidade não pode se basear na regra geral e na assistência uniforme, “é preciso escolher de fato entre pessoas concretas, levar em conta comportamentos e situações precisas” (Rosanvallón, 1998: 168) que se apoiariam no *reformismo do indivíduo*, em face da compreensão de que o Estado não pode fazer tudo “é preciso restaurar uma maior continuidade entre a ação individual e a ação coletiva” (Rosanvallón, 1998: 168). Com isso, se pode associar a moral individual ao imperativo político e colocar em foco uma nova cultura política que deve corresponder a uma nova era do social.

Castel e Rosanvallón, a despeito das diferenças que os caracterizam, assentam suas reflexões no trabalho como categoria sociológica central na formação de uma sociedade assalariada. A questão social expressa no confronto entre as manifestações da desigualdade e da pobreza, e nas lutas sociais pelos direitos e garantias sociais, constituiu o cerne do percurso histórico para a consolidação da coesão social no Estado Social. A contemporaneidade encontra-se diante de um novo desafio: reinventar o Estado para adequar-se às transformações sociais com sua complexidade em termos do social e da individuação, evitando a desintegração provocada pelo esgarçamento de uma sociedade sustentada no salário como constitutivo da identidade social, e no direito processual com suporte na universalização dos direitos sociais com base num coletivo (grupos ou classes sociais). A ação para garantia dos direitos precisa apoiar-se na realidade dos novos sujeitos sociais e seu caráter particular de indivíduos desfilados ou excluídos das malhas da integração social.

Ao atribuir ao Estado o papel de solucionar o problema do pauperismo através de uma rede de proteção social juridicamente constituída destinada aos “desfilados” e/ou excluídos socialmente, os autores (Castel e Rosanvallón) expressam uma visão radicalmente distinta da visão ontológica marxiana, pois propiciar aos indivíduos uma nova forma de inserção através da gestão social somente oculta as contradições de classe inerentes ao sistema do capital. Além do mais, as soluções apresentadas pelo Estado para os males por ele criado no contexto das relações sociais de trabalho constituem medidas paliativas, visto que a essência do problema não foi radicalmente atingida. Vale salientar que para Marx (...) “o Estado e a organização da sociedade, do ponto de vista político, não são duas coisas diferentes. O Estado é o ordenamento da sociedade” e (...) “a administração é a atividade organizadora do Estado” (Marx, 1995: 80). Deste modo, “o Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição” (Marx, 1995: 80).

Assim sendo, para Marx, o Estado seria impotente diante da contradição entre interesses gerais e interesses particulares. Neste sentido, a resolução dos problemas do pauperismo em termos da atividade organizadora do Estado torna-se uma questão de administração e assistência, pois ao Estado jamais seria dada a possibilidade de atribuir a si mesmo (...) “os fundamentos dos males sociais” (Marx, 1995: 79).

Assim, no nosso entendimento, a resolutividade da questão social na contemporaneidade através da reinvenção estatal mediante a qual programas e projetos sociais são criados na tentativa de construir um novo Estado de Bem-estar Social torna-se algo impossível diante das evidências teóricas apontadas por Marx.

Portanto, as proposições de Castel e Rosanvallón com relação à reinvenção do Estado com vistas a manter a coesão social não encontram sustentação em termos de resolutividade para o problema do pauperismo, enquanto expressão da denominada “nova questão social”. Na verdade, observa-se que o essencial da questão social na atualidade permanece, ou seja, a contradição existente entre capital e trabalho. Assim, o que se denomina hoje “nova questão social” se constitui numa nova forma de enfrentar um velho problema.

A atualização histórica da questão social se expressa, de fato, na recente configuração econômico mundial no contexto de desemprego, gerador de

pobreza, no refluxo da luta dos trabalhadores pela subordinação ao capital, na retração dos direitos e garantias sociais ou na sua reformulação para adaptar-se à nova conjuntura. A tendência de redução das funções do Estado na reprodução da força de trabalho desloca parte de suas atribuições anteriores para setores da sociedade civil, convocando à parceria, à solidariedade e ao trabalho voluntário no combate aos efeitos do pauperismo.

O pauperismo assume também proporções mundiais com a polarização social e a concentração da riqueza. “Essa nova ordem financeira internacional é nutrida pela pobreza humana e pela destruição do meio ambiente. (...) Além disso, as reformas – visto que são aplicadas simultaneamente em mais de cem países – levam a uma *globalização da pobreza*, processo que aniquila a subsistência humana e destrói a sociedade no Sul, no Leste e no Norte” (Chossudovsky, 1999: 27).

Se nos marcos dos países centrais – aquelas nove potências que concentram o maior desenvolvimento capitalista – já se consolidaram os mecanismos de controle do pauperismo e a pobreza assume caráter relativo, tal problema encontra-se agora deslocado para a periferia do capitalismo onde pode ser encontrada até mesmo a pobreza absoluta.

Conforme pudemos constatar, com as transformações societárias que vêm ocorrendo no mundo em face do processo de reestruturação produtiva, a classe trabalhadora foi atingida pelo fenômeno do desemprego que traz consigo a degradação das condições de vida do trabalhador na medida em que ele já não consegue sobreviver do trabalho assalariado. Tem-se como conseqüência a pobreza e um recuo dos trabalhadores nos seus processos de luta, ficando totalmente submetidos aos ditames do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGLIETTA, Michel. *Regulación y crisis del capitalismo*. México: Siglo Veintiuno, 1976.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social – Uma crônica do salário*. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 2ª ed., 1999.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista – A Degradação do Trabalho no século XX*. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOSSUDOVSKY, M. *A globalização da Pobreza – impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. Trad. Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999.

LOSURDO, Domenico. *Hegel, Marx e a Tradição Liberal. Liberdade, Igualdade, Estado*. Trad. Carlos Alberto Fernando Nicola Dastoli; revisão técnica Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 1988.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1967.

MARX, Karl. Glosas Críticas e marginais ao artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social de um Prussiano”. *Vowärts*, nº 64, 10 de agosto de 1944. In: *Práxis* nº 5. Belo Horizonte, Projeto Joaquim de Oliveira, 1995.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital: Rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Editora da UNICAMP/Boitempo Editorial, 1ª ed., maio de 2002.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

ROSANVALLON, Pierre. *A Nova Questão Social*. Trad. de Sérgio Bath. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1988.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. *O Capital e suas formas de produção de mercadorias – Rumo ao fim da Economia Política*. Fortaleza, julho de 1999.

UMA "PRAGA DE FANTASIAS"

Sergio Lessa*

RESUMO

O texto procura discutir a função ideológica conservadora de teses como as de G. Lipovetsky (a difusão da moda seria a causa fundamental da transformação do *Antigo Regime* na sociedade contemporânea) ou de A. Negri e M. Hardt (o "amor pelo tempo por se constituir" seria o principal fator na passagem da sociedade moderna ao mundo contemporâneo) que substituem a história por "fantasias" e, a partir delas, propõem que a crise contemporânea não seria o aprofundamento das alienações, mas a superação das mesmas.

Palavras-chave: ideologia; trabalho imaterial; trabalho; crise do capital

ABSTRACT

The text attempts to discuss the conservative, ideological function of thesis such as G. Lipovetsky's (the diffusion of serious fashion to fundament cause of the transformation of *Antigo Regime* into contemporary society) or A. Negri and M. Hardt's ("love through time will constitute itself" would be the main factor in the passing of modern society to the contemporary world) that substitutes history for "phantasies" and, from thence proposes that the contemporary crisis would not be the deepening of alienations, the overcoming of same.

Key words: ideology; immaterial work; work; capital crisis

* Professor do Departamento de Filosofia da Ufal e membro da editoria da revista *Crítica Marxista*. End: Chácaras da Lagoa, Q.E, It. 17, 57070-000, Maceió/AL, sl@fapeal.br.

INTRODUÇÃO

Desde os anos de 1970, muita água passou por baixo da ponte. Do apogeu da Guerra Fria passamos à cada vez mais instável hegemonia estadunidense. Do que parecia ser uma crise momentânea do Estado de Bem-estar no início de 1970, passamos à crise do Estado neo-liberal, seja lá exatamente o que isto signifique; da ilusão de que o pleno emprego estava à vista passamos à era do desemprego crescente e à precarização das relações trabalhistas. O desaparecimento da URSS e a crescente integração ao mercado capitalista de países como a China e o Vietnã foram um terremoto ainda mais impactante porque, em larga medida, imprevisto. O pós-modernismo que, com a queda do Muro de Berlim, conheceu seus dias mais fulgurantes, hoje vive seu ocaso. No nosso país, as alterações não foram menos intensas. Do “milagre brasileiro” à Constituinte “cidadã” de 1988; da eleição direta a Collor, logo sucedido pelo “despotismo ilustrado” de FHC e, numa ruptura aparente, ao aprofundamento lulista da tragédia neoliberal.

Da crise do fordismo passamos à ilusão de que o modelo japonês seria o futuro da humanidade. Em seguida convivemos com a fantasia de que os robôs substituiriam o trabalho (que estaria com seus dias contados) e, na sequência, passamos ao elogio da terceirização e da precarização como a forma contemporânea da liberdade.

Várias “verdades” foram afirmadas para serem logo depois desditas pelo desenvolvimento histórico. O texto *The Second Industrial Divide*, de Piore e Sabel (1984), apesar de sua rara qualidade, subestimou a capacidade de adaptação da indústria estadunidense aos novos tempos; Habermas (1983 e 1987) “demonstrou” tanto a falência do pressuposto marxiano de que os homens têm no trabalho sua categoria fundante quanto a superioridade da fenomenologia sobre o que ele imagina (incorretamente) ser o materialismo do autor de *O Capital*. Clauss Off (1982), com o texto “Trabalho: categoria sociológica central?”, parecia fornecer uma pista segura para a investigação da falência do sindicalismo operário: sem emprego a definir a identidade dos “atores sociais”, como seria possível a atuação das organizações tradicionais das classes trabalhadoras? Fukuyama (1992) anuncia o fim da história e Lyotard (1984), a falência das grandes narrativas. A avalanche rapidamente ganhou momento e se converteu nos “infundáveis fins”: fim do trabalho, fim da fábrica, fim das classes... fim da revolução, em suma.

Em meio ao pós-modernismo, ao desemprego persistente e crescente, ao fim da URSS, à crise dos EUA e à ascensão relativa da Comunidade Econômica Européia, a tese da Terceira Via encontrou as condições econômicas, sociais e ideológicas para vicejar. Lembremos de uma de suas pilastras centrais: o desemprego seria resultante da queda da eficiência econômica em razão dos programas sociais que diminuía a concorrência entre trabalhadores por emprego e, entre empresas, por lucro. Seria necessário, portanto, reavivar a concorrência retirando o Estado da economia e dos programas sociais: o reino de mercado deveria ser afirmado até as últimas consequências. Esse foi o momento em que Anthony Giddens foi festejado como o teórico da nova prosperidade que acompanharia os ajustes imprescindíveis.

Todas essas promessas e ilusões estão sendo desfeitas ao ritmo dos jornais diários: Tony Blair não vai além de um Bush de uma potência ainda mais decadente que os EUA; o Estado mínimo, se aumentou a rentabilidade do capital e possibilitou que grandes fortunas fossem amealhadas em períodos recordes de tempo, hoje não consegue mais ser nem a resposta aparente e momentânea para a crise mundial; as teses pós-modernas não foram capazes de constituir uma nova *Welstanschauung* e vão dissolvendo a si mesmas em meio a críticas intestinas que levam ao paradoxismo da radicalidade última de seus pressupostos; o desemprego dissolve a aparência de realidade das teses que apregoavam o fim do trabalho. E, em todo esse contexto, um pensador volta a se fazer notar: Marx. Surpreendentemente para alguns, o “velho barbudo” volta a ser considerado como autor de teses interessantes, quando não imprescindíveis, para que compreendamos o mundo em que vivemos.

Nesse vendaval que destrói tudo no caminho em que parece ter se convertido a história, se há uma corrente teórica cujas teses fundamentais foram *in totum* confirmadas nas últimas décadas: esta corrente é o marxismo. A tese do trabalho como categoria fundante do mundo dos homens e de que, portanto, qualquer que seja o desenvolvimento das forças produtivas, por mais que se robotize a produção, por mais que se automatizem os procedimentos etc., não pode haver qualquer sociedade sem trabalho; esta tese está sendo confirmada no geral e no particular de muitas de suas consequências. Uma delas, a de que o capital não pode prescindir do trabalho vivo para a sua reprodução. Que o desemprego contemporâneo não é a transição para o reino da liberdade, mas apenas e tão-somente o aprofundamento das alienações que brotam do capital, é algo que se evidencia a cada nova demissão. Que as classes sociais não podem desaparecer enquan-

to houver a exploração do homem pelo homem e que, portanto, nem a robotização, nem o toyotismo, nem a pretensa alteração do tempo e do espaço preconizada pelo pós-modernismo serão capazes de alterar um átomo sequer desta necessária conexão ontológica entre propriedade privada e classes sociais, é uma tese marxista confirmada a cada conflito. Que o problema não está no tamanho ou na forma do Estado, mas na própria necessidade histórica da existência do Estado, vai aos poucos deixando o índice das idéias proibidas. Uma vez mais, o próprio retorno de Marx à cena teórica parece confirmar uma das teses marxistas: a própria crise, mais cedo ou mais tarde, recolocaria o pensamento marxiano como uma referência teórica importante.

As palavras acima não pretendem sugerir qualquer visão exageradamente otimista ou ufanista. Ou eufórica. Queremos apenas chamar atenção para o caráter mutante e mutável da forma como nos relacionamos cotidianamente com a crise, bem como para a curta “meia vida” das teorias que não enxergam além dessas mutações mais fenomênicas. Razões para euforismo, não temos nenhuma! Pelo contrário, vivemos o momento mais contra-revolucionário desde que a monarquia soçobrou na Bastilha de 1789. Nunca vivemos tantos anos sem sequer uma revolução importante (qual foi a última verdadeiramente grande: a Chinesa? Já lá se vão mais de cinquenta anos!), nem a humanidade conheceu um período histórico em que o capital tivesse colhido vitórias tão significativas a ponto de se tornar uma força aparentemente inquestionável, um *Deus absconditus!* Mesmo no interior de sua classe historicamente antagônica, o operariado, o horizonte do capital parece ter sido aceito como o limite insuperável da existência humana. Como duvidar deste fato quando greves e lutas econômicas, para não falar de embates mais sérios, praticamente desapareceram da nossa vida cotidiana? Quando mesmo as centrais sindicais se “modernizam” para se tornarem agências do capital financeiro no repasse de empréstimos a seus “associados”? Com o refluxo da luta operária, a própria identidade ideológica das classes se esvaece, burguesia, pequena-burguesia e operários são agora tudo uma só e uma mesma coisa, consumidores quando vão ao shopping, cidadãos quando vão às urnas. Sem a presença política cotidiana das lutas, como não terem um certo pé na realidade as teses do fim das ideologias, das “grandes narrativas” e dos “paradigmas”? O consumismo vai se convertendo na ideologia acriticamente aceita em todas as classes sociais; o que diferencia é o que se consome, mas não a ilusória identificação entre

felicidade e consumo. Se parece não mais haver classes nem ideologias, claro que a história não mais pode ser a luta de classes. Duas alternativas, então, se apresentaram no debate teórico-político. A primeira, simplesmente, negar que algo como a história exista. A segunda, quando e onde esta tese pós-moderna não for palatável, afirmar que há “uma outra história” que não a da luta das classes sociais.

O período contra-revolucionário que vivemos tem sido um solo dos mais férteis para os empreendimentos que buscam recontar a história “para além de Marx”. Uma verdadeira “praga de fantasias”, para roubarmos o título de Slavoj Žižek (1997), assola o exaurido espírito do tempo de nossos dias. Quase sempre fantasia-se partindo de alguns indícios, mais ou menos pontuais, do desenvolvimento social em curso. Logo, contudo, a crise faz a realidade tomar outro rumo e a fantasia termina por não poder cumprir sequer o papel, que está na origem da maior parte delas, de velar as contradições sociais mais importantes. Então, o que era considerado como “a” verdade inquestionável, respaldada até mesmo por sinalizações “bastante fortes” do desenvolvimento socioeconômico, expõe a sua inconsistência teórica e não mais consegue generalizar os fatos dos quais pretende ser a explicação em tendências e leis históricas (mesmo quando, no caso dos pós-modernos, pretendem negar a existência de leis da história). Uma nova “verdade” será, em seguida, postulada e, tal como a anterior, será negada pelo próximo movimento do real. O *homo academicus* converterá esta dinâmica dos complexos ideológicos, fundada pelo solo histórico da contra-revolução, no culto teórico da novidade. Faz da necessidade virtude, e passa a perseguir freneticamente o último novo, como a fábula do burro e da cenoura. A forma e o conteúdo contra-revolucionários da luta de classe em nossos dias possibilita que esta já longa série de fantasias se repita *ad nauseum*; há uma capacidade quase infinita de o tecido social contemporâneo exsudar ilusões que atendam à necessidade do próximo “falso socialmente necessário”, na expressão de Lukács. A contra-revolução é, ao mesmo tempo, prática e teórica: ao impossibilitar o desenvolvimento pleno da humanidade, faz com que as ideologias adquiram um conteúdo retrógrado e irracional cada vez mais intenso.

Quando as determinações contra-revolucionárias não haviam ainda se explicitado plenamente, teses que hoje são consideradas “sérias” não passariam de meros absurdos. Hobsbawm, em um texto de 1961 (1998:1), condenava sumariamente um autor que se referia a uma “revolução moderada” nos seguintes termos: “Uma revolução moderada é uma

contradição em termos (...). Argumentava ele, então, que revolução era um ato necessariamente violento de embate de classes sociais – que uma revolução “moderada” era mero contra-senso. Hoje são considerados autores que falam em revolução cotidiana, como se a vida cotidiana pudesse, em qualquer formação social, ser revolucionária. O comunismo passa a ser compatível com o dinheiro e a liberdade humana, com o mercado. O que era, há alguns anos, mero contra-senso hoje requer muita tinta e papel para que seja suscitada no leitor ao menos a desconfiança de que algo, talvez, não esteja bem-parado na articulação entre revolução e vida cotidiana, entre mercado e liberdade e entre dinheiro e comunismo – para ficar apenas com alguns exemplos de uma longuíssima lista. É nesse contexto que verdadeiras fábulas pretendem substituir a história real. Depois da simplória – porque ideologicamente ineficaz – negação pós-moderna da história, há que falsificá-la para explicar que a crise não é crise, mas a abertura para um novo mundo em que finalmente a humanidade encontrará a felicidade. Para justificar a barbárie em que nos tornamos enquanto gênero humano é imprescindível recontar a história sem qualquer cerimônia para com os fatos. Tomaremos como exemplo desse fenômeno Gilles Lipovetsky e Antonio Negri.

“O AMOR PELO TEMPO POR SE CONSTITUIR”

Negri, Lazzarato e Hardt, cuja tese mais conhecida é a do trabalho imaterial,¹ propõem uma nova teoria da história. Segundo eles, as transformações em curso seriam a afirmação do modo de produção comunista nos “interstícios”

1 Há que se lembrar que, da perspectiva marxiana, a idéia de um trabalho “imaterial”, ou da imaterialidade do trabalho, é um absoluto contra-senso: um trabalho sem objetivação é um absurdo em termos. Trabalho, em Marx, é sempre a transformação teleologicamente posta da natureza, transformação essa que é a própria objetivação. Tanto quanto conseguimos localizar, mesmo nas *Teorias da Mais-valia*, Marx jamais empregou o conceito de “trabalho imaterial”. O que encontramos é o termo *geistiger Arbeit*, no sentido de trabalho intelectual ou espiritual que se contrapõe ao trabalho manual. É também nesse sentido que o encontramos na *Ideologia Alemã*: trabalho intelectual (ou espiritual) que se distingue do trabalho material (*materiellen und gestigen Arbeiten*) mantendo, todavia, a objetivação como o momento essencial da articulação entre teleologia e causalidade – ainda que seja aqui uma objetivação sobre uma causalidade que pode ser distinta da matéria natural. Sobre isso já nos debruçamos em alguns artigos (Lessa, 2002, 2003, 2001) que deverão ser publicados como parte de uma coletânea a sair pela editora Xamã.

do capitalismo. A crise não seria crise, mas sim transição para uma nova sociedade, a comunista. Permitam-me tentar ser mais claro: hoje, nas nossas vidas cotidianas, nós já viveríamos a construção do comunismo.

Em *El Poder Constituyente* (1994), Negri procura demonstrar que a categoria central desta nova concepção de mundo é o “amor do tempo”. Por “amor do tempo” Negri compreende “a alma do poder constituinte quando este faz do mundo da vista uma essência dinâmica, uma síntese sempre renovada de natureza e história” (idem: 406-407). Esta tal “síntese sempre renovada de natureza e história” efetivada pelo poder constituinte consubstancia o “político” compreendido “como área de transformação das inter-relações e da comunidade”. Libertado dos constrangimentos objetivistas² de Marx e definido como a construção de “subjetividades opostas” (Negri, 1991: 93-94), “O político é o horizonte da revolução, não terminada, mas contínua, sempre reaberta pelo amor do tempo. Toda motivação humana na busca do político consiste nisso: em viver uma ética da transformação através de uma ânsia de participação que se faz amor para o tempo por se constituir” (Negri, 1994:406).

O fundamento último da história humana desde o Renascimento até hoje seria esta “ânsia de participação”. Qual o fundamento ontológico desta “ânsia de participação” é algo que Negri sequer se pergunta. Basta, para ele, a afirmação de que a presença do poder constituinte na história é um fato inquestionável porque evidente (idem: 395) Precisamente o que deveria ser provado é, em Negri, um axioma: em cima deste pressuposto ergue-se o seu castelo de cartas.

Sempre seguindo as palavras de Negri, este “poder constituinte” “luta continuamente para emergir como potência” (idem: 407): a “multidão” “responde às necessidades de racionalizar o poder, depois do nascimento e desenvolvimento do capitalismo e de sua forma de organização da sociedade” (idem: 369). Esta resposta da multidão daria origem a uma racionalidade social crescentemente democrática, até se tornar, nos dias em que vivemos, a força que se explicita pela constituição do comunismo. Partindo do Renascimento, passando pelas Revoluções Inglesas do séc. XVII, Revoluções Francesa e Americana, por Maquiavel e Harrington, esta necessidade de

2 Sobre o conceito de “objetivismo” nesses autores, cf. Cleaver, H. *Translator's Introduction*, Parte I, in Negri, 1991: XIX-XX. E, ainda, Negri, 1991: 8-9, 18-19, 29, 31, 83, 61, 64 e 65.

“racionalizar o poder” chega aos bolcheviques, em um “processo de acumulação ontológica” pelo qual “o conceito e as práticas do poder constituinte se ampliam e transmitem ao desenvolvimento do conceito uma espécie de irreversível tendencialidade” (idem: 370) Com os “bolcheviques [que] cumprem enfim o salto mortal de exasperar o poder do Estado para afirmar a liberdade da sociedade” (idem: 370), o poder constituinte se projeta até que “a materialidade metafísica do poder constituinte se mostr[e] (...) em enormes incêndios que iluminam de multidão as praças dos impérios faustuosos. Entre 1968 e 1989, nossas gerações viram como o amor para o tempo se opõe a todas e cada uma das manifestações do ser para a morte. O movimento das multidões expressou em todos os lugares a sua potência, com aquela extraordinária e sólida força que não indica uma eventual excepcionalidade, mas uma necessidade ontológica”(idem: 408).

Qual o conteúdo histórico desse movimento histórico? “A democracia³ é o projeto da multidão, enquanto força criativa, enquanto deus vivente”; e “a história do poder constituinte é a sucessão progressiva da racionalização do sujeito coletivo” (idem: 373). No poder constituinte, o político torna-se social e o social, político (idem: 380), superando assim a oposição Estado/sociedade. O poder constituinte, por explicitar a “ânsia” por uma “vivência ética” que é o seu fundamento – e por fundar e definir a política, como vimos –, permite fundir a “política” e o “social”: o comunismo. Agora, “A potência da multidão torna-se constituição da potência dentro deste processo, ou seja, a tensão que não pode ser detida da multidão a fazer-se atualidade da potência” (idem: 392). E, nesta nova sociabilidade em que Estado e sociedade são uma só e mesma coisa, o trabalho abstrato se transmuta em trabalho imaterial em um processo intimamente relacionado com a “recusa ao trabalho”⁴ – recusa esta que, por sua vez, está na base da

3 “(...) esta forma política do poder constituinte (...) podemos chamá-la também ‘democracia’. Entendamos: porque aqui democracia significa expressão multilateral da multidão, radical imanência da potência, exclusão de todo signo de definição externa, seja transcendente ou transcendental, de todo o modo externo a este radical absoluto do terreno da imanência.”

4 Para que não reste dúvida acerca da posição que tal tese ocupa no debate acerca do trabalho, é útil citar as palavras de Maurizio Viano: “Não podemos encontrar qualquer conceito de trabalho em Marx que não seja aquele do trabalho assalariado, de trabalho que é socialmente necessário à reprodução do capital, portanto não há qualquer conceito de qualquer trabalho a ser restaurado, liberado, sublimado, apenas um conceito e uma realidade a ser suprimida” (in Negri, 1994: 10).

gênese e desenvolvimento das relações comunistas *no interior da sociedade capitalista*.

A “recusa ao trabalho” é uma tese das mais surpreendentes. Como o ontologicamente central neste novo mundo comunista em que viveríamos seria o “amor para o tempo” (idem: 406), o que encontramos entre os trabalhadores não seria a luta desesperada por um emprego, mas sim a “recusa ao trabalho”. Esta recusa ao trabalho teria uma dupla face, a acreditarmos em Michael Ryan (in Negri, 1991: XXVIII-XXIX). Por um lado, se apresentaria “empiricamente, enquanto absenteísmo e sabotagem”; por outro lado, se apresentaria como “a negação da lei do valor”. A luta dos trabalhadores por maiores salários teria elevado de tal forma estes últimos que ter-se-ia estabelecido uma “falsa equivalência entre horas trabalhadas e salário pago”, “ao mesmo tempo em que” teria realizado uma “não-equivalência real entre salários pagos e valores produzidos”. A lei do valor estaria, deste modo, rompida em seu elo decisivo, a força de trabalho e, com isso, a dominação capitalista teria deixado de ser econômica para ser diretamente política. “Todos os problemas da exploração são agora imediatamente políticos.” E tudo se transforma em política, definida, lembremos, como a constituição de “subjetividades opostas”(Negri, 1991:93-94). Neste preciso sentido, a luta contra a organização capitalista da vida é uma “escolha de estilo de vida. Ser comunista hoje significa *viver como um comunista*” (Ryan in Negri, 1991: XV-XVI) Trocando em miúdos: já que tudo é política, o comunismo se resume a uma questão de estilo de vida que, assim, pode ser vivenciado *dentro do capitalismo*. Como tudo é política, esta pode se antecipar à transformação material da base social, de tal modo que se pode *viver como comunista* numa sociedade capitalista. O comunismo deixa de ser um *para além do capital* para se tornar num processo de transformação interno e imanente à ordem do capital.

A dedução por Negri da falência da lei do valor sob a regência do capital é tão típica do seu procedimento metodológico que merece que nos detenhamos sobre ela, ainda que apenas por umas poucas linhas. O seu ponto de partida é uma série de “deves” (*must*): “O processo de valorização, quando alcança sua dimensão totalitária [isto é, quando se opera a identidade absoluta entre o capital e a sociedade], deve permitir que apareça a autovalorização proletária. Deve permitir que seu próprio antagonismo se desenvolva em todo o seu potencial” (Negri, 1991: 128). Como, para Negri, de tais “deves” segue-se que *a realidade é* (a conhecida

passagem do dever-ser ao ser), pôde ele “descobrir” a “*subjetividade da classe trabalhadora*” (idem: 128). A mediação pela qual isso ocorre teria seu fundamento no fato de que “Quanto mais o trabalho se torna abstrato e socializado (...) mais cresce a esfera da necessidade” (idem: 133). Isto significa que “O trabalho cria suas próprias necessidades e força o capital a satisfazê-las” (idem: 133). O sujeito trabalho explicita suas necessidades diante do sujeito capital, com o que o salário – “formado com base nestas necessidades” (idem: 133) – “deve” (novamente o dever-ser) crescentemente expressar a conexão entre as “necessidades e a individualidade material de sua composição”, o que apenas pode ocorrer se “esta individualidade tender a se tornar subjetividade” (idem: 133). Aqui a relação com “o capital rompe sua sujeição à necessidade econômica (...) [e vem à luz] da única forma que o pode fazer: como comportamento, como *poder*. Este poder é a subjetividade. É irredutível. (...) a luta de classe e a política estão, portanto, no centro da teoria econômica.” (idem: 133-134). Com isto poderemos “sublinhar a possibilidade teórica (tendencial) da independência proletária no interior do capital” (idem: 134).

Como isso é possível? “Independência proletária no interior do capital”?

Assim: nas novas condições, “*O dinheiro é subordinado à auto-valorização*” (idem: 138), já que “A troca de dinheiro entre proletários é valor de uso” (idem: 138). Com base nisto, pode Negri se propor a dar o próximo passo: “revisar e fundar as mais importantes categorias da teoria da luta de classe.” (idem: 139). Continua ele: “Neste estágio, a *apropriação capitalista da sociedade é total*. A subjetividade do capital foi violentamente ativada. Máquinas e ciência a constituíram e produziram. Mas a *separação no interior da categoria não foi suprimida*. O antagonismo deve (sic!) se reproduzir no estágio mais elevado de poder” (idem: 143). Como para Negri “dever ser” iguala-se a “ser”, então, este “deve” se transmuta em uma “clivagem” do real: “A clivagem aparece, reaparece e o processo avança. A *separação se dá no interior do processo*” (idem: 143). Então, “repentinamente” a “separação é deslocada para fora” do processo e “assume a forma de uma subjetividade independente” (idem: 143), a qual se expressa pela emergência de “*indivíduo social*” capaz não apenas de produzir, mas também de gozar a riqueza produzida”. A lógica é “ao trabalho excedente, o motor do desenvolvimento, o não-trabalho; ao capitalismo é oposto o comunismo” (idem: 145).

Trocando por uma linguagem dos mortais: o capital dominou totalitariamente a sociedade. Repentinamente, desta totalidade capitalista, a

subjetividade proletária se constitui “independentemente” da dominação totalitária do capital que a tudo subsume: milagres acontecem. E são “repentinos”! Constituída como repentina subjetividade comunista, ela é a possibilidade de a autonomia operária ser um estilo de vida desenvolvido no interior do próprio capital e que materializa, nos interstícios da sociedade burguesa, o comunismo.

Esta longa passagem de “deves” em ser – o mais puro idealismo – é o que possibilita a Negri afirmar que a dissolução de todas as relações sociais “no político”, como obra da presença totalitária do capital na reprodução social, tem como conseqüência o repentino surgimento da subjetividade comunista e da sua autonomia nos interstícios da sociedade capitalista. Para esta nova subjetividade, o dinheiro deixa de ser valor de troca e se converte em valor de uso: o Estado e a sociedade tornam-se um e o mesmo, e o comunismo, enquanto novo modo de produção, é identificado com um novo estilo de vida.

Temos que reconhecer a coerência de Negri em rever as teses marxianas. O seu comunismo é agora compatível com o capital e com o dinheiro. Nenhuma surpresa, portanto, que seja também compatível com o próprio empresariado.

No comunismo de Negri, “os controles” da produção (“controle”, não livre organização dos trabalhadores associados, note-se bem) não deixam de existir, apenas “são exercidos como momentos ativos do procedimento e não concebidos como momento de imputação externa” (Negri, 1994: 401). É isto que possibilita que um dos seguidores de Negri no Brasil, G. Cocco, em uma coletânea voltada aos empresários cariocas e financiada por empresas como Texaco, Estácio de Sá, Bozanno, Simonsen, Bradesco, O Dia, IBM⁵ etc., esclareça aos leitores que, uma vez realizado o poder constituinte, permanecerá como atribuição dos empresários (agora denominados “políticos”) conferir “sentido ordenado, coeso e completo” ao processo produtivo (Cocco, Urani e Galvão, 1999: 26). Na mesma coletânea, em um texto intitulado *O empresário político*, Negri acalma aos empresários afirmando que, no comunismo que ora adentramos, “O empresário político

5 Em uma nota divulgada pela Internet, fui acusado de caluniador e estalinista por apontar este fato. Se os autores da coletânea citada não vêem qualquer problema em ter o nome de tais empresas na página de crédito do seu livro, não deveriam se importar com a menção ao fato.

não se envolve diretamente na produção, na sua organização direta, mas determina suas condições” (idem :61). E, obviamente, se teremos um comunismo cujas “condições” e “sentido” da produção são determinados pelos empresários, isto significa que a igualdade não eliminará o “privilegio” – e de fato é assim. Em vez da “oposição” entre igualdade e privilégio que marca a “racionalidade moderna”, Negri afirma que seremos iguais porque co-participantes do poder constituinte, mas isto não seria oposto ao privilégio! (Negri, 1994: 402-403).

Bem pesadas as coisas, a artimanha lógica não é das mais brilhantes: separa-se economia de política, acusando-se Marx de “objetivista”. Em seguida, redescobre Negri na teoria econômica a presença da dominação política. Feita esta descoberta lapidar – como se Marx houvesse desconhecido a força material da política na reprodução das sociedades de classe –, Negri pôde, então, reduzir tudo à política. O próximo passo é definir política, sempre a partir da recusa do alegado “objetivismo” de Marx, como constituição de “subjektividades opostas” (Negri, 1991: 93-94) e a transição, como a passagem de uma subjektividade à outra. Neste terreno do mais puro idealismo, para não dizer da fantasia, pôde Negri redefinir o comunismo como um estilo de vida que se afirma nos “interstícios do capital” (idem: 152). Não é à toa que Cocco pôde afirmar que, nesta transição ao comunismo, “é possível” a “reconciliação” entre trabalho e capital” (Cocco, 2000: 160).

A tese de que o motor da história moderna seria “o amor pelo tempo por se constituir” termina, assim, revelando um dos seus aspectos mais interessantes para a luta ideológica em curso: o desemprego não é o resultado cotidiano e mais perverso da desumanidade do capital, mas uma afirmação da autonomia operária que “recusa o trabalho”. A luta pelo emprego, pela manutenção dos poucos direitos sociais que foram conquistados no passado, não passaria de um anacronismo histórico apenas compatível com uma “esquerda lúgubre, acabrunhada por remorsos, pelas derrotas e falta de imaginação” (Negri, 1992/3: 11). Os autênticos revolucionários devem lutar por esta “reconciliação entre o trabalho e capital” imanente ao comunismo nascente. A luta sindical deve dar lugar a uma outra relação – não de confrontação, certamente – com os patrões, agora denominados “empresários sociais”. O que nos parece ser um aprofundamento das alienações capitalistas, nada mais seria que o resultado do nosso olhar obtuso incapaz de perceber que, em vez da crescente desumanidade, vivemos a afirmação

do comunismo, a forma máxima da liberdade que, ao mesmo tempo, é compatível com o privilégio e a propriedade privada! Esta é uma das conseqüências do fantasioso “amor pelo tempo por se constituir”.

LIPOVETSKY: A EFEMERIDADE COMO ESSÊNCIA DA DEMOCRACIA

Tal como Negri e seus seguidores, Lipovetsky também procura um novo “modelo” para a história. Diferente do mundo regulado por “mecanismos disciplinadores” do passado, viveríamos hoje uma forma de regulamentação social em que a sedução seria o mecanismo decisivo. E esta passagem da disciplina à sedução, para sermos breves, teria na moda o seu vetor mais importante.

“Em menos de meio século” diz ele, “a atratividade e o evanescente se tornaram os princípios organizadores da moderna vida coletiva. Vivemos em sociedades nas quais o trivial predomina, sociedades que constituem o último elo da centenária cadeia do individualismo-capitalista-democrático” (Lipovetsky, 1994: 6). Esse desenvolvimento histórico teria sido possível, segundo o autor, pela profunda modificação da “matéria-prima humana” sob a ação da moda. A passagem do mundo “do *status* ao do contrato”, na feliz expressão de J. Laski (1973), na verdade teria sido a gênese e o desenvolvimento do “império da moda”. Ao “atribuir maior dignidade a fenômenos e funções inferiores, obscurecendo as fronteiras entre a arte nobre e a modesta, o reino da moda ajudou a promover a igualdade” (Lipovetsky, 1994: 72). Além disso, ao substituir a violência e a tradição pela sedução e pela novidade, moldou relações sociais e indivíduos sem os quais seriam inimagináveis as modernas sociedades democráticas capitalistas. A moda seria, deste modo, o principal vetor do processo que abriu a sociedade “à experimentação acelerada, à era voluntarista moderna de rupturas e revoluções” sem romper com a racionalidade social (idem: 76-77). Nesta nova racionalidade, a moda colocaria em ação “um processo previamente desconhecido de *sedução* que inaugura uma nova lógica de poder” inteiramente ausente nos mecanismos anteriores de “constrangimentos disciplinadores” (idem: 78). Ao invés de um único e obrigatório padrão homogêneo, a “diversificação de estilos enfatiza as personalidades individuais” contra a “padronização, contra a uniformidade da aparência, contra o mimetismo de massa; elevou e glorifi-

cou a expressão das diferenças individuais". Ela "ampliou o escopo da sedução através da aparência" (idem: 78), "inaugurou um novo tipo de poder maleável que funcionava sem emitir injunções rígidas e que incorporou ao seu processo o imprevisível e variado gosto do público" (idem: 80)

A regra que todos devem seguir admite agora infinitas variações individuais. O preço para ter acesso a esta liberdade é a aceitação, pelos indivíduos, da norma geral da qual cada variação individual não pode ser senão uma afirmação particular. Os indivíduos, assim, apenas são livres se acatarem previamente as regras do jogo que tornam aceitáveis e valorizam as infinitas formas de expressão das suas personalidades singulares. Ao possibilitar que "o conformismo aos padrões sociais se coaduna[sse] com o individualismo na expressão de si próprio", "(...) a grande originalidade da moda está em que aliou conformidade geral com liberdade pessoal nas pequenas escolhas e variações menores. Isto veio par e passo com o nacionalismo e o individualismo modernos" (idem: 32-33, 34).

Para Lipovetsky, portanto, o todo caótico que aparenta ser a moda seria, na verdade, a expressão condensada da lógica do poder dos nossos tempos. "Após a era da disciplina compulsória, entramos na era da personalização, escolha, liberdade combinatória... Isto não constitui uma abdicação do poder, mas a emergência de um aberto, flexível poder de sedução que prefigura o próprio poder que tornar-se-ia dominante na sociedade de escolhas excessivas." (idem: 80-81).

Com isso ter-se-ia consubstanciado uma "'matéria-prima' humana" muito "flexível" e que "chegou a um acordo com a legitimidade da mudança pacífica; ela desistiu de concepções de mundo revolucionárias e maniqueístas. Sob o reino da moda, a democracia goza um consenso universal sobre suas instituições políticas; extremos ideológicos estão em declínio e o pragmatismo em ascensão, o espírito do empreendedor e da eficiência substituíram os encantamentos proféticos [das propostas revolucionárias]. (...) Conflitos egoístas e de interesses permanecem, mas (...) nunca atingem o ponto de ameaçarem a continuidade da república. (...) [Desse modo] Temos aqui o primeiro dos paradoxos de nossas sociedades: quanto mais a sedução é usada como instrumento, mais as pessoas encaram a realidade; quanto mais o elemento lúdico se torna triunfante, melhor é reabilitado o ethos econômico; quanto mais progresso faz o efêmero, mais estável, profundamente unificada, e reconciliada com seus princípios pluralistas

se torna a democracia" (idem: 7). Para Lipovetsky, portanto, Marx, a Escola de Frankfurt, Heidegger, entre outros, falharam miseravelmente em compreender o amplo papel histórico exercido pela moda. Longe de ser expressão da alienação capitalista, ela é o "efetivo" "vetor" "da autonomia humana, ainda que opere via a heteronomia da cultura de massas" (idem: 9) e pela sua ação teria sido "instituído" "um espaço público aberto e mold[ado] uma humanidade mais obediente às leis, mais madura (...)", isto é, menos afetada por "fundamentalismos" de todos os matizes (idem: 12).

A essência do novo poder da sedução estaria em que, para o indivíduo ser livre, deve ele aceitar as regras do jogo da liberdade nas modernas sociedades democráticas. Ser livre teria como pressuposto acatar os ditames da sociedade de consumo, a única sociabilidade que reconhece as diferenças individuais como um direito e, portanto, que pode valorizar as expressões heterônimas de cada individualidade. Nesta expressão da particularidade do indivíduo, a moda seria a mediação decisiva: cada um se conforma, segundo sua diferença específica, à regra mais geral. A diferença torna-se, assim, não apenas condizente com a regra geral, mas muito mais do que isso: a diferença individual *apenas pode se expressar e ter substância social* na medida em que se apresentar como expressão particular da regra mais geral. Conformismo e expressão das diferenças estariam, agora, de tal modo articulados nas modernas sociedades democráticas, que os projetos revolucionários, "fundamentalistas", como denomina Lipovetsky, estariam definitivamente superados.

O texto de Lipovetsky possui diversos aspectos interessantes, principalmente nos momentos em que analisa os mecanismos sociais de absorção do indivíduo aos ditames da sociedade de consumo. Todavia, pelos seus próprios pressupostos e pelo seu próprio horizonte, não pode o autor considerar o aspecto decisivo desta "nova relação" entre o indivíduo e a sociedade capitalista. Se os indivíduos, para terem acesso à liberdade propiciada pela sedução da moda, devem aceitar as regras gerais da sociedade de consumo, isto implica, também, que todos devem aceitar que suas personalidades, por mais peculiares, serão sempre a expressão singular da norma mais geral: a liberdade é, assim, a expressão fenomênica, efêmera e superficial, pontual, de uma essência que se impõe a todos os indivíduos. Ou, o que dá no mesmo, enquanto essencialmente capitalistas, os indivíduos podem escolher entre infinitas formas fenomênicas, superficiais e efêmeras para expressarem suas personalidades coisificadas pelo capital.

Ao assimilarem como suas próprias essências individuais a essência do mundo regido pelo capital, a “forma elementar” da sociedade burguesa – a mercadoria – se converte na essência das relações sociais. E como a essência humana é o conjunto das relações sociais, a mercadoria se converte na essência dos próprios homens. Nas relações alienadas da moderna sociedade capitalista, são as mercadorias que passam a se encontrar diretamente; os seres humanos apenas se relacionam mediados por elas. As pessoas também são coisificadas na medida em que as mercadorias são os seus meios de expressão.

Há aqui uma possível e curiosa analogia. Sabemos, depois de Marx, que há uma relativa autonomia da mercadoria para com seu valor de uso – para com sua substância útil – na precisa medida em que cada proprietário pode introduzir as diferenças que julgar lucrativas naquilo que possui. O capitalismo termina produzindo uma variedade infundável, digamos, de colheres de sopa, em uma escala inimaginável no passado. Enquanto proprietário das colheres, pode-se fazer das colheres o que se quiser, desde que não se rompam os limites do mercado. Esta autonomia relativa da mercadoria para com seu valor de uso é muito semelhante à liberdade do indivíduo na sociedade das “escolhas excessivas” de Lipovetsky. O indivíduo é “plenamente livre” para manifestar a singularidade de sua personalidade desde que o faça reforçando a regência das leis mais gerais da reprodução do capital. A autonomia de cada mercadoria para com o seu valor de uso – para com a sua substância útil – se converte, em Lipovetsky, na forma típica da liberdade dos indivíduos. Ou, posto de outro modo, o autor reduz a liberdade humana à autonomia relativa de cada produto singular para com o caráter universal da mercadoria.

Não foi a mercadoria que libertou o homem, mas o homem que se aprisionou na mercadoria: Lipovetsky toma a causa pela consequência. Não foi a moda que configurou a “matéria-prima humana” democrática. Foi o desenvolvimento do capital que aprofundou os fenômenos reificantes de tal modo que o humano foi crescentemente reduzido à mercadoria – e a liberdade humana, restrita à autonomia relativa da mercadoria em relação ao seu “corpo material”. Ao reduzir as relações humanas à relação entre mercadorias, o capital não pode admitir outro padrão de relação social senão a concorrência, e a democracia é a organização política desta situação. Por isso as relações entre as pessoas devem ser, do ponto de vista afetivo, social, político e humano, crescentemente superficiais já que,

enquanto relações de concorrência, são cada vez menos portadoras da autêntica substância humana. A democracia, pela sua própria essência burguesa, apenas e tão-somente pode expressar a relação concorrencial entre as “mercadorias tornadas pessoas” ou, o que dá no mesmo, entre as pessoas tornadas mercadorias.

A inversão operada por Lipovetsky entre causas e conseqüências conduz, em seu texto, ao elogio da alienação pela via de sua identificação à liberdade. Ser alienado pelo capital e ter na mercadoria a principal mediação na expressão da personalidade não é, como quer o autor, a consubstanciação do ser humano liberto – pelo contrário, é a realização mais plena do fetichismo da mercadoria. Lipovetsky, todavia, não pode ignorar que nem tudo são flores. Todavia, ele não tem dúvida do sentido dos sofrimentos de nossos dias. Para ele, apesar do “crescente desemprego, mercado de trabalho precário, débeis taxas de crescimento, economia frouxa”, “Uma era [como a nossa] que opera em termos de informação, do poder sedutor da novidade, tolerância e mobilidade de opiniões, está nos preparando, se pudermos pelo menos aproveitar dos seus pontos fortes, para os desafios do futuro. Estamos em uma passagem difícil, mas não em um impasse. (...) Considerado de alguma distância, conduz a uma visão dual do nosso destino: pessimismo acerca do presente, otimismo sobre o futuro” (idem: 8).

Tal como com Negri, aqui também a fantasia cumpre a sua função: a de tornar a crise bem-vinda!

RETORNO À HISTÓRIA

Para nos contrapormos a essas duas fantasias, seja-nos permitida uma rápida menção à crise contemporânea.

O desenvolvimento capitalista no período entre as duas guerras mundiais evidenciou o caráter explosivo do desenvolvimento das forças produtivas (o surgimento do fordismo se dá nesse contexto) no capitalismo monopolista. A crise de 1929 e, de forma ainda mais grave, também a crise contemporânea, são expressões condensadas de como o pleno desenvolvimento das capacidades humanas tornou-se incompatível com a manutenção da ordem do capital. A produção muito maior do que a necessidade, a abundância, se converte, nos quadros do capital, em crise de superprodução. Há, então, a necessidade de ampliar o consumo em uma ordem social que concentra

a riqueza em um pólo e a miséria em outro e, portanto, é ontologicamente incapaz de colocar toda a riqueza produzida à disposição de toda a humanidade. Esta contradição entre produção social e apropriação privada, já apontada por Marx, se amplia, se intensifica e se aprofunda até atingir, em nossos dias, tal caráter destrutivo, que planejamos, nos mínimos detalhes, sem deixar nada ao acaso, a extinção da humanidade da face da Terra: no apogeu da Guerra Fria, o arsenal nuclear americano e soviético era suficiente para erradicar 99 vezes os seres humanos do planeta. Hoje esta capacidade se mantém em uma ordem de algumas dezenas de vezes!

A essência dos dias que vivemos é esta incapacidade ontológica de o capital converter a superprodução em abundância.

Após 1929, não apenas a intervenção estatal no estilo do New Deal, mas principalmente a Segunda Guerra Mundial retirou o capitalismo da crise. O preço em vidas humanas foi estarrecedor: 46 milhões de mortos, sem falar nos feridos, doentes mentais, órfãos e toda uma longa série de sofrimentos que acompanham tal número. E, apesar disso, o problema-chave sequer foi superficialmente tocado, retornando ainda mais agudo terminado o conflito: onde seria alocada toda a produção bélica? Se levarmos em consideração que a metade da produção industrial de todo o mundo se concentrava nos EUA, o único dos países desenvolvidos que não foi campo de batalha, a gravidade da situação fica ainda mais evidente. Os estadunidenses estavam à beira de um colapso provocado pela superprodução, a não ser que medidas urgentes fossem tomadas.

As medidas mais importantes foram, no curto prazo, o financiamento da reconstrução da Europa Ocidental e Japão e a estruturação de um cerco militar à URSS através da OTAN/OTASE. Crises passageiras e pontuais, como a de Berlim, tiveram também seu papel. A médio prazo, as outras duas medidas importantes foram o desenvolvimento do Estado de Bem-estar e do complexo industrial militar.

Ao Estado de Bem-estar coube a tripla tarefa de ampliar o mercado consumidor através de uma elevação dos níveis salariais em padrões compatíveis com a elevação da lucratividade de todo o sistema; de incorporar à reprodução do capital a exploração não apenas das matérias-primas, mas também da mão-de-obra de vários países do Terceiro Mundo pela implantação das multinacionais (e das ditaduras, muitas vezes militares, que as acompanharam), e, terceira tarefa, a de consolidar ideologicamente o capitalismo perante a ameaça soviética. Não é mero acaso que nos EUA

a estruturação dos grandes sindicatos que auxiliaram a ordenar a elevação dos salários é contemporânea do macarthismo e que, na França, o gaullismo dominasse o pós-guerra.

Nos poucos países que conheceram o Estado de Bem-estar (não mais do que nove, se incluirmos entre eles os EUA, o que é polêmico), ao longo da década de 1950 foi se estruturando um círculo vicioso que operava com velocidade crescente: o aumento da produção propiciado pelas estratégias típicas do fordismo possibilitava baratear o produto final que, então, era comprado por uma fatia maior do mercado. Este aumento do consumo possibilitava ampliar a produção, o que derrubava o preço do produto final e aumentava o consumo. Como a capacidade de aumentar a produção sempre foi maior do que a capacidade de o capitalismo aumentar o consumo, o equilíbrio deste círculo vicioso tornava-se a cada volta mais instável, e a principal saída foi intensificar o desperdício da produção e da força de trabalho pela válvula de escape do complexo industrial militar (Mészáros, 2002: 685 ss.). A crise no Oriente Médio, que se inicia com a invasão da Palestina pelos Exércitos ingleses para a implantação do Estado de Israel, é o primeiro conflito típico da nova situação. Coréia e Vietnã seriam os conflitos mais importantes na seqüência de centenas de "conflitos de baixa intensidade".

A década de 1960 assistiu ao agravamento da superprodução e gerou os pressupostos da crise que vivemos desde os anos de 1970. Entre eles, o esgotamento da capacidade da economia estadunidense em deslocar as contradições produzidas pela crescente superprodução pela válvula do complexo industrial-militar agravou a situação econômica não apenas no interior dos Estados Unidos, mas também internacionalmente. O "incoformismo social e político" ganhou corpo em manifestações de massa no final da década, ao lado de uma disposição generalizada pela busca de alternativas, como foi o movimento *hippie*. O ano de 1968 é emblemático, ainda que o ano de 1975 seja o economicamente mais significativo: a derrota no Vietnã e a perda do potencial ofensivo do Exército estadunidense abre a possibilidade de a OPEP elevar o petróleo a um preço significativamente acima do vigente: litro por litro, o petróleo era mais barato que a água mineral que o Oriente Médio importava dos EUA. Os aumentos do custo da matriz energética que se seguiram até o final da década foram os sinais mais evidentes do esgotamento do binômio fordismo/Estado de Bem-estar, mas estavam longe de ser os únicos.

Logo a seguir, uma nova instabilidade se introduziu no sistema do capital. As condições de reconstrução do Japão no pós-guerra fizeram com que esse país chegasse aos anos de 1970 com uma mão-de-obra mais disciplinada e barata que a dos países mais avançados. No contexto da crise, abriu-se uma possibilidade única para as empresas japonesas: a saturação e a contração dos mercados estadunidenses debilitavam a capacidade de investimento das empresas, tornando viável a entrada no ambicionado mercado estadunidense desde que se produzisse melhor e mais barato que as concorrentes da América do Norte. A saída para o aproveitamento dessa oportunidade foi o que genericamente denominamos toyotismo, um fenômeno tão ou mais multifacetado do que o fordismo que vinha a substituir.

Na gênese do toyotismo e da ascensão japonesa estava o esgotamento do padrão taylorista-fordista em ampliar as taxas de extração de mais-valia. As novas técnicas e as novas formas gerenciais possibilitaram às empresas japonesas uma lucratividade muito maior e um sucesso surpreendentemente grande, ainda que apenas por alguns anos. O sucesso prosseguiu até que o aprofundamento da crise nos EUA e o conseqüente desemprego forçaram um rebaixamento do preço da mão-de-obra e uma reestruturação das empresas estadunidenses que, aos poucos, foram recuperando sua competitividade *vis-à-vis* aos japoneses. Somem-se a este fator pelo menos dois outros: a crise estadunidense reduziu a sua capacidade de consumo dos produtos japoneses, o que terminou por ter um efeito negativo sobre as empresas nipônicas, que se voltaram prioritariamente ao mercado da América do Norte. E, em segundo lugar, os investimentos no complexo industrial-militar continuaram elevados, primeiro com o projeto "Guerra nas Estrelas" de Reagan e, depois, com as seguidas intervenções militares no Terceiro Mundo.

A desestruturação do padrão fordista/Estado de Bem-estar, principalmente em seus efeitos sobre o mercado mundial e sobre os juros internacionais (1979 foi um ano decisivo neste aspecto), terminaram tendo um forte impacto sobre a economia soviética. Atravessada por contradições estruturais insanáveis no marco de uma economia de mercado que não comportava o mercado da força de trabalho, a crise atinge a URSS de morte (Mészáros, 2002: 701 ss.). Sua derrocada, contudo, longe de possibilitar o reequilíbrio do sistema do capital, terminou gerando crises nos Bálcãs e na Ásia que estão longe de ter esgotado seu potencial desestabilizador. Afeganistão e Iraque, junto com as ex-repúblicas soviéticas compreendidas

entre eles e o Mar Negro, ainda não explicitaram os papéis que jogarão neste início do século XXI.

Depois da crise dos EUA e do apogeu japonês, por um momento o modelo Mercado Comum Europeu parecia ser a saída para a crise. Esta ilusão, todavia, não perdurou mais que uns poucos anos. Ao longo dos anos de 1990, a crise foi ganhando em momento e em intensidade. As crises nas bolsas, a crise imobiliária no Japão, o fim da bolha da NASDAQ, o acelerado empobrecimento da classe média na Europa e nos Estados Unidos (Ehrenreich, 1989) – preciosa reserva de mercado – somaram-se à quase total exclusão da África do circuito do capital internacional, com a conseqüente generalização da crise social e da AIDS. Nos países industrializados do Terceiro Mundo, a fuga de capitais se tornou um movimento especulativo "normal", parte das regras cotidianas, e suas já combalidas economias sofrem duros golpes. A Argentina foi destes casos o mais agudo, certamente; mas o Brasil, a Venezuela e o México não permaneceram imunes.

É nesse contexto que os verdadeiros objetivos da automatização e da robotização se tornam evidentes: com o desemprego crescente, a queda no preço da mão-de-obra tornou os trabalhadores terceirizados, precarizados, mais baratos – e flexíveis – que os próprios robôs. Inicia-se um surpreendente movimento inverso, de substituição dos robôs por trabalho vivo (a não ser em situações muito específicas como nas estufas de pintura das automontadoras). O grande argumento "empírico" das teses que anunciavam o fim do trabalho se dissolveu no ar! E uma nova massa de trabalhadores, agora metade do tempo precarizada e o resto do tempo desempregada, vai se somar à crescente camada da população simplesmente desempregada e sem qualquer perspectiva de retorno ao mercado de trabalho. Isto tanto nos países periféricos mais industrializados como nos países centrais, sem querer cancelar as fundamentais diferenças entre esses países.

Sem a possibilidade de abertura de novos mercados e com a saturação dos já existentes, a forma predominante de acumulação de capital passa a ser a fusão entre as empresas e não a aberturas de novos empreendimentos (Teixeira, 2000). A sobrevivência depende da capacidade de as empresas, cada uma por si própria, produzirem mercadorias mais baratas e de melhor qualidade – bem como operarem com mais eficiência a obsolescência planejada – do que suas concorrentes. O que significa, curto e grosso, extrair uma maior taxa de mais-valia de seus trabalhadores que as concorrentes. No contexto contemporâneo, isso implica a adoção de técnicas e estratégias

gerenciais que ampliam a produção e empregam cada vez menos. Com o fechamento de postos de trabalho, a conseqüente redução do mercado consumidor apenas agrava a superprodução estrutural, intensificando os efeitos negativos da crise e forçando fusões ainda mais significativas. Sem a possibilidade de investimentos produtivos, o capital acumulado escapa para o circuito financeiro internacional. O que, por sua vez, diminui ainda mais a eficiência geral do sistema do capital no que diz respeito à produção do “conteúdo material da riqueza social”, como diz Marx, e a sociedade em crise apenas pode se reproduzir agudizando cotidianamente cada uma das suas contradições fundamentais.

A existência sob o capital se transformou, assim, em uma contínua deterioração das condições de vida e trabalho da maior parte dos homens. Lembremos que a humanidade, desde o período primitivo, tem no avanço das forças produtivas a expressão mais concentrada do desenvolvimento de suas capacidades. Ser humano, em alguma fundamental dimensão, é desenvolver-nos enquanto seres que gozam de crescente capacidade de produzir não apenas o que necessitam, mas as suas próprias necessidades. A criação da primeira necessidade é o primeiro ato histórico da humanidade, já diziam Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*.

Como as tendências históricas mais gerais são sempre sínteses de atos concretos de indivíduos concretos – e como tais atos são teleologicamente postos –, todo desenvolvimento social atua sobre os indivíduos que são os portadores imediatos das consciências que põem teleologias. O desenvolvimento das capacidades humanas é, portanto, também o desenvolvimento das individualidades que compõem o gênero humano a cada momento histórico. E isto é verdadeiro mesmo em se tratando do período histórico caracterizado pelas sociedades de classe, nas quais a vida de uma parcela dos homens é sacrificada pela exploração do homem pelo homem. Isto é mais evidente no escravismo e no modo de produção asiático, mas com intensidade menor vale também para o feudalismo e o capitalismo. Em todos eles, a exploração do homem pelo homem foi a forma mais eficiente de acumulação do excedente para o desenvolvimento mais acelerado das forças produtivas.

Isso, todavia, deixou de ser verdade após a Revolução Industrial. A capacidade humana em produzir mais do que o necessário para a manutenção da vida dos homens sobre o planeta transformou-se não – como seria de se esperar – na solução para todos os problemas de

sobrevivência dos homens, mas na superprodução que impulsiona as seguidas crises do capital. Ao atingirmos a década de 1970, a crise deixa de ser uma disfunção temporária do sistema para se converter no modo de existência do próprio sistema – e o seu caráter destrutivo de seres humanos deixa de ter períodos mais atenuados para se converter numa tendência sempre crescente (Mészáros, 2002: 695 ss.).

Na esfera da produção, as novas formas de organização e de divisão do trabalho fazem com que, por vezes, um mesmo trabalhador seja obrigado, em um mesmo dia, na mesma planta industrial, a cumprir tarefas típicas do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo. Uma enorme massa de precarizados ocupa um espaço intermediário entre o trabalhador formal e o desempregado. O trabalho informal deixa de ser residual para se converter em parte importante da circulação do capital. Tanto a burguesia se altera, como resultado dos novos processos de fusão e das novas formas de concentração e acumulação do capital, como também as classes assalariadas adquirem novos contornos e novas relações. A ordem internacional vai se alterando para atender à necessidade de aumento da velocidade de circulação do capital em escala planetária. A globalização anunciada por Marx enfim conhece sua plenitude: a humanidade se tornou um único mercado.

É esta potencialização do caráter desumano do sistema do capital – da intensificação até o limite de suas alienações⁶ – que está na raiz de fenômenos como a Terceira Itália. Pressionados, os trabalhadores foram forçados a comprar com seus próprios recursos as máquinas e instalarem-nas em suas residências. Passam, então, a produzir domesticamente aquilo de que as grandes empresas precisam. Como essas peças que fabricam apenas servem para a produção de um determinado produto, tais trabalhadores agora domésticos não terão outro comprador senão, muitas vezes, a própria empresa que os demitiu. Passam, então, a trabalhar por peça, algo já analisado por Marx em *O Capital*. Com uma diferença significativa, contudo, em relação ao século XIX. Como eles são donos da máquina, serão eles seus próprios capatazes. Trabalharão até mesmo tuberculosos, pois agora são eles próprios os exploradores imediatos de suas forças de trabalho. Vigiarão cada um de seus atos buscando uma melhor produtividade, em um

6 No sentido de *Entfremdung*.

envolvimento do trabalhador com as metas da produção que jamais foi antecipado sequer pelo teórico burguês mais otimista. Por serem donos de seus instrumentos de trabalho, por assumirem como suas as necessidades de aumento da produção, por serem proprietários do produto final, aparentemente os trabalhadores da Terceira Itália representariam o fim do capitalismo, a superação da alienação e o início do comunismo. Esta foi a base empírica para o equívoco de Negri: tomou a aparência e deixou de lado a essência do processo real. Mas, para fazer isso, teve que se converter ao idealismo – e a função de sua crítica ao pretensu “objetivismo” de Marx foi a de legitimar essa transição.

Lipovetsky, por sua vez, também parte de uma constatação real: a relação dos indivíduos com a sociedade, principalmente, mas não apenas, nas classes mais abastadas, é crescentemente mediada pelo consumo; o shopping center se converteu em um templo mais comum sobre o planeta do que o de qualquer outra religião. “Esqueceu-se”, todavia, que isso só foi possível porque as relações sociais são cada vez mais mediadas pela mercadoria e os seres humanos, por isso, se encontram diretamente cada vez menos. Ou, dito de outro modo, as interações entre as pessoas é crescentemente coisificada; tentamos fazer com que as mercadorias expressem o que somos enquanto pessoas, ao mesmo tempo em que temos que coisificar o que temos de humano para que o possamos expressar pela mercadoria. A moda, neste contexto histórico de crise e superprodução, reúne condições para ser expressão muito fiel desta contradição que atravessa cada um dos nossos processos de individuação. Pretendemos que nossas roupas expressem o que somos enquanto individualidades – determinações de classe inclusas, mas não apenas –, ao mesmo tempo em que o que somos apenas poderia ser adequadamente expresso em relações sociais ricas e multifacéticas, omnilaterais, na expressão de Marx. Sem outra alternativa no aqui e agora, a compra termina se convertendo no momento de consolo para a crise existencial que inevitavelmente brota desta situação histórica: tentamos nos expressar pelas mercadorias mas, antes, são as mercadorias que se expressam por nós. Portanto, ao contrário do que propõe Lipovetsky, a moda não representa um patamar superior de liberdade dos indivíduos; é apenas a expressão da subsunção ainda maior dos indivíduos à mercadoria.

De fato, a liberdade de que fala Lipovetsky não é mais que a autonomia relativa de cada mercadoria no contexto da circulação do capital. Cada proprietário pode fazer o que quiser com sua mercadoria, desde que o que

ele faça aumente a lucratividade do que ele tem para vender. A mercadoria, assim, é portadora de uma curiosa forma de “liberdade”: pode assumir infinitas formas, desde que todas estas sejam apenas expressões de uma mesma essência, o caráter de mercadoria. Do mesmo modo a pretensa liberdade do indivíduo pela moda: ele pode vestir o que quiser, desde que o faça de modo aceitável ao mercado e à sociedade de consumo. E, tal como o operário da Terceira Itália incorporou à sua personalidade as exigências da produção, tornando-se seu próprio capataz, também os indivíduos apenas podem livremente escolher o que vestir se antes houverem incorporado os ditames do mercado como se tais ditames correspondessem às necessidades mais autênticas que brotam de suas próprias individualidades.

O que é o máximo da alienação se converte, em Lipovetsky, na esfera da liberdade e, em Negri, na gênese do comunismo nos “interstícios” do capitalismo. Apesar de suas evidentes diferenças, as fábulas de Lipovetsky e de Negri têm uma função social muito específica: vender a idéia de que nossos dias são já a consubstanciação da liberdade. As facetas mais destrutivas, desumanas, alienadas, enfim, do capitalismo de nossos dias são transmutadas em positivities, pois signos da liberdade. Para Lipovetsky, a era do “império da moda” ainda contém desafios, mas está muito próxima do sucesso completo. Para Negri, esta era de liberdade já está presente no nosso dia-a-dia e ele a denomina comunismo.

Nada mais falso, todavia. Vivemos um momento no qual possibilidades históricas revolucionárias e muito generosas talvez estejam no horizonte. Mas apenas potencialmente, não enquanto ato. Passamos por um período contra-revolucionário tão intenso que não é um contra-senso postular que sua prossecução redunde na própria destruição da humanidade. Entre as potencialidades revolucionárias e a construção da sociedade emancipada há uma longa luta, também política e ideológica, de convencimento e de despertar das consciências. E, para isso, nada mais danoso que a “praga de fantasias” que nos assola. Não apenas fantasias mais elaboradas como as de Negri e de Lipovetsky, mas também fantasias como as de Paulo Coelho, as crenças em duendes ou no poder mágico das pirâmides,⁷ cumprem hoje a função de amortecer a capacidade crítica de todos nós.

7 Carl Seagan escreveu o bem-humorado *O mundo assombrado por demônios* (Cia. das Letras), um maravilhoso compêndio das alucinações que se espalham cotidianamente.

É também por isso que não temos mais o direito histórico de alimentar ilusões. Nosso problema se concentra em uma única e decisiva contradição: o antagonismo entre a produção social e a apropriação individual da riqueza. O problema, portanto, tem nome e endereço: a propriedade privada e o sistema do capital. É a esta contradição, e a este problema, que devem estar voltados todos os nossos esforços críticos e de investigação.

Nosso desafio, hoje, não está em repensar um novo Estado de Bem-estar, ou uma economia solidária de base cooperativista, nem sequer novas fórmulas de políticas sociais, como as que envolvem o assim denominado Terceiro Setor (Montaño, 2002), pois não há medida parcial capaz de minorar significativamente a sorte dos milhões – sequer de milhares. O reformismo não foi eficaz para a construção de uma sociedade “mais justa” nem mesmo nos países capitalistas mais avançados e em um momento histórico em que o sistema do capital necessitava da ampliação dos seus mercados consumidores. Hoje em dia, e em um país como o Brasil, tais propostas não vão além de meras fantasias. Postular a possibilidade de serem germes do socialismo agrupamentos cooperativos de trabalhadores que, não apenas se relacionam com o restante da sociedade pela mediação do mercado, como ainda estruturam seus direitos e deveres tendo por referência última o tempo de trabalho socialmente necessário, é uma ilusão que apenas pode ter alguma aparência de realidade para aqueles que abastardam o comunismo a ponto de o tornar compatível com a propriedade privada. Pregar que seria possível uma distribuição de renda mais justa e igualitária se a “solidariedade” fosse despertada nas pessoas não vai além do absurdo de imaginar que elas são egoístas e mesquinhas por assim o desejarem – e que o egoísmo e a mesquinha são as causas da miséria dos milhões. O fato de os indivíduos, no capitalismo, não poderem ser nada mais que “guardiões” das mercadorias (Marx, 1983: 79) é uma determinação ontológica que essas ilusões sequer são capazes de imaginar que exista, quanto mais compreender.

Quem sabe as verdadeiras desilusões do governo Lula, ainda por vir (quem acha que o pior já passou, não perde por esperar!), criem um clima um pouco mais favorável para discutirmos o que verdadeiramente importa: como passar desta miséria em abundância para uma sociedade abundantemente comunista. E, então, seremos todos finalmente vacinados contra essa “praga de fantasias”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COCCO, G. *Trabalho e Cidadania – produção e direitos na era da globalização*. São Paulo, Cortez, 2000.
- COCCO, G., URANI, A. e GALVÃO, A. *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos*. Rio de Janeiro, DP&A Editora, e Consórcio do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, 1999.
- EHRENREICH, B. *The fear of falling – the inner life of middle class*. Nova Iorque, Pantheon, 1989.
- FUKUYAMA, F. *The End of History and the Last Man*. Londres, Nova Iorque, Penguin, 1992.
- HABERMAS, J. *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- HABERMAS, J. *Teoría de la Acción Comunicativa*. Madrid, Taurus, 1987.
- HOBBSBAWN, E. *Uncamum Peopple*. Nova Iorque, The New Press, 1998.
- LASKI, H. J. *O Liberalismo Europeu*. São Paulo, Mestre Jou, 1973.
- LESSA, S. “Trabalho imaterial, classe expandida e revolução passiva”. *Crítica Marxista* n. 15, São Paulo, Boitempo, 2002.
- LESSA, S. *Trabalho imaterial: Negri, Lazzarato e Hardt*. Estudos de Sociologia, Unesp-Araquara, 2001.
- LESSA, S. “A materialidade do trabalho e o trabalho imaterial”. *Outubro* n. 8, Instituto de Estudos Sociais, São Paulo, 2003.
- LIPOVETSKY, G. *The Empire of Fashion – dressing modern democracy*. Princeton University Press, 1994. Original francês *L'Empire de l'éphémère – La mode e son destin dans la sociétés modernes*- Gallimard, 1987. (Há uma edição brasileira, mas a tradução não é das melhores.)
- LYOTARD, J.-F. *The Post-Modern Condition: a report on Knowledge*. University of Minnesota Press, 1984. Originalmente publicado na França em 1979.
- MARX, K. *O Capital*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital*. São Paulo, Boitempo, 2002.
- MONTAÑO, C. *Terceiro Setor e Questão Social*. São Paulo, Cortez, 2002.
- NEGRI, A. *El Poder Constituyente*. Madrid, Libertarias/ Prodhufi, S.A., 1994.
- NEGRI, A. “La première crise du postfordism”. *Future Antérieur* n. 16, 1993.
- NEGRI, A. *Marx Beyond Marx: Lessons on the Grundrisse*. USA, Autonomedia / Pluto Press, 1991. Edição francesa e italiana em 1979.
- Offe, C. “Trabalho: a categoria central da sociologia?”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, junho, 1982.
- PIORE, M. J. e Sabel, C. F. *The Second Industrial Divide*. Nova Iorque, Basic Books, 1984.
- TEIXEIRA, F. “O capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política”. *Crítica Marxista* n. 10, São Paulo, Boitempo, 2000.
- ZIZEK, S. *The Plague of Phantasies*. Londres, Nova Iorque, Verso, 1997.

A "QUESTÃO SOCIAL" NO PERÍODO DA DECADÊNCIA CIENTÍFICA*

Alfredo Batista**

RESUMO

O presente artigo tem a preocupação de articular a emergência da "questão social" no interior da sociedade capitalista e sua relação direta com as respostas da classe burguesa no seu processo de consolidação enquanto classe dominante na esfera econômica e política. É no primeiro lustro do século XIX que a classe burguesa começa a conviver com a classe trabalhadora em si e para si. É nesse momento que o projeto societário burguês, para dar sustentabilidade às suas premissas, convida seus intelectuais para falsearem o movimento das relações estabelecidas e por meio de estruturas teóricas que expressam em seus conteúdos a pseudocientificidade conseguem apresentar a todos que a "questão social" é uma constatação concreta, porém passageira, pois suas estruturas são naturais. Respostas burocráticas, administrativas e psicologizantes são apresentadas à sociedade nas principais cidades da Inglaterra e França para sanar as metamorfoses da "questão social". É nesse universo que a classe trabalhadora responde a esse corpo teórico pautada na relação direta com o processo antagônico e contraditório entre capital-trabalho.al.

Palavras-chave: "questão social"; sociedade capitalista; pseudocientificidade; classe trabalhadora

ABSTRACT

The present article has the concern in articulating the emergency of the "social subject" inside the capitalist society and its direct relationship with the answers of the bourgeois class in consolidation process while dominant class in the economic and political sphere. In the first lustrum of the century XIX that the bourgeois class begins to live together with the working class in itself and for itself. At this time that the project bourgeois society, to give sustentation to its premises summons its intellectuals for they distort the movement of the established relationships and, by means of theoretical structures that express in its contents the pseudo-scientific they get to present the whole ones that the "social subject" is a concrete verification, even so passenger, because its structures are natural. Bureaucratic, administrative answers and psychologist are presented to the society in the main cities of England and France to heal the metamorphoses of the "social subject". In this universe that the working class answers to this body theoretical ruled in the direct relationship with the antagonistic and contradictory process among capital-work.

Key words: "social subject"; capitalist society; pseudo-scientific; working class

* O conteúdo presente neste texto incorpora estrato da Tese de Doutorado de minha autoria, "A Questão Social e as refrações do Serviço Social Brasileiro na década de 1990". PUC-SP, 2002.

** Alfredo Batista é Doutor em Serviço Social pela PUC - SP e Professor Adjunto na Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

INTRODUÇÃO

A convivência direta entre a emergência da "questão social" nas entranhas do modo de produção capitalista e a elaboração teórico-metodológica da classe burguesa expressa uma das manifestações concretas da relação contraditória e antagônica que acompanhara a trajetória diária entre as classes burguesa e trabalhadora.

Fundamentado na contribuição de Marx e na tradição marxista, este artigo propõe indicar uma chave de leitura para compreender o objeto questão social e sua relação direta com a profissão serviço social.

"A QUESTÃO SOCIAL" EM QUESTÃO

A "questão social", expressão concreta da relação contraditória entre capital-trabalho, no interior da sociedade capitalista em desenvolvimento, atingiu proporções alarmantes nas cidades da Inglaterra e da França. Imbricado às manifestações da "questão social", os trabalhadores expressam-se desde esse momento com consciência política. Nesse cenário, após 1830, em virtude dos interesses diferenciados em relação às demais classes sociais estruturadas, "o proletariado surge na história como classe autônoma, em-si e para-si, capaz de resolver em sentido progressista as novas contradições geradas pelo próprio capitalista triunfante" (Coutinho, 1972: 8).¹

Juntamente ao pôr-se da classe proletária em para-si a partir de 1830, sua posição de classe era alvo de uma determinação histórica impossível de ser ignorada. Nesse mesmo marco histórico, o pauperismo, maior expressão da "questão social", assolava violentamente a vida cotidiana dos trabalhadores e de seus familiares. Não conseguindo esconder as mazelas que o próprio projeto burguês criara, pois também já sofria as conseqüências das suas contradições, a classe burguesa em consolidação foi obrigada a reconhecer e responder no campo teórico-prático, por

meio da pseudocientificidade e pela repressão, ao espectro que a abalava e assustava e defender os princípios conquistados no decorrer das lutas travadas da Revolução Francesa. Assim, falseando a realidade, "(...) a filosofia da decadência torna-se cada vez mais um pensamento imediatista, centrado nas aparências fetichizadas da realidade (Coutinho, 1972: 22).

Os abalos sofridos pelo capitalismo em período de crise registram, particularmente, a trajetória da classe burguesa em processo de consolidação na Inglaterra. O modo de produção capitalista, durante a fase concorrencial, foi marcado por crises cíclicas de estagnação e de crescimento em períodos aproximados de cinco a dez anos. (Marx, 1975: 520-521). Esses períodos eram tratados com cinismo, frieza e, nos momentos de enfrentamento de classe, com muita violência.

Mas, o desenvolvimento tecnológico e científico não tardou, conseguindo aprimorar os mecanismos da maquinaria, bem como criar novas. Este fenômeno histórico trouxe conseqüências profundas para a classe proletária, reduzindo o espaço de trabalho e aumentando exponencialmente o desemprego, ampliando o domínio da máquina (trabalho vivo acumulado) sobre o trabalho vivo presente.

Dessa forma, a divisão do trabalho, conseqüência direta das transformações que ocorrem na esfera da produção, fragmentou as atividades em especificidades e em grau de simplicidade, dividindo os trabalhadores em peças vulneráveis para o capitalista, fáceis de trocar e de baixo custo. Este fator central na esfera da produção contribuiu para que os trabalhadores empregados vivessem em processo de incerteza todos os dias. Vulneráveis, o desemprego transformou-se num verdadeiro fantasma na vida dos proletários, inclusive dos que continuavam empregados.

Desempregados, as conseqüências atingiam dimensões negadoras para os proletários enquanto indivíduos e como classe. A maioria, desprovida de todas as necessidades básicas para continuar sobrevivendo, passou a conviver com a pobreza e a miséria. O pauperismo passou a ser conhecido como a nova "questão social" da sociedade assalariada em construção. Porém, como aponta Netto (2001), é necessário destacar que "pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas".

A situação tornou-se generalizada em resultado da contradição existente entre a relação capital-trabalho. Em vista disso, a classe burguesa, em pro-

¹ Ver também Hobsbawm (1977: 234-235).

cesso de consolidação, foi obrigada a reconhecer a existência dos novos atores – os operários –, sofrendo as conseqüências da realidade social, e obrigou-se a tomar medidas repressivas para atenuar a explosão social em movimento, conforme Engels (1985: 134). Assim, para garantir-lhes a segurança física, bem como para salvaguardar as suas propriedades, os Estados, por meio da representação dos seus governantes, foram convocados a criar ações que respondessem às mazelas que incomodavam e ameaçavam a vida cotidiana das pessoas, em especial, dos proprietários e familiares que se apropriavam dos meios de produção.

A saída foi criar mecanismos institucionais que garantissem a segurança nas esferas pública e privada, pois as ruas das cidades eram freqüentadas por crianças, jovens, adultos e idosos que perturbavam a segurança física e da propriedade privada, bem como colocavam em risco a saúde da classe burguesa (Engels, 1985: 43). A orientação seguia alguns procedimentos: reprimir, prender ou matar todos os infratores da ordem estabelecida; retirar os idosos, adultos, jovens e crianças que ficavam mendigando pelas principais ruas das cidades; impedir que a prostituição continuasse ferindo a moral das famílias cristãs capitalistas. Quando a ordem estava correndo perigo, o único diálogo era a repressão dirigida e praticada pelos representantes orgânicos da classe burguesa em processo final de consolidação, conforme Ashton (1971: 163-168).

Porém, no período pós-revolução Francesa havia situações em que era impossível calar-se diante das contradições presentes na materialidade cotidiana, e isso possibilitou que “novos e velhos atores” entrassem em cena.

Nesses momentos, a classe burguesa não tinha dúvidas, substituía os mecanismos diplomáticos pelos repressivos colocando em prática (...) em lugar da exploração velada por ilusões religiosas e políticas (...) uma exploração aberta, cínica, direta e brutal” (Marx, 1963), cuja única e verdadeira meta era a extração da mais-valia e sua transformação em capital. Esse Estado de classe, convocado para atuar por meio da força repressiva, fora cunhado como agente moralizador e garantidor da ordem social colocando, portanto, sua irracionalidade a favor da classe que representava, ignorando os valores liberais, resultantes da cultura e legitimados na carta dos direitos humanos como “(...) fruto da luta contra o acaso do nascimento, contra os privilégios que a história, até então, vinha transmitindo hereditariamente de geração em geração” (Marx, 1989: 54).

Na França e na Inglaterra, logo em seguida aos festejos da conquista histórica da carta dos direitos humanos, a classe burguesa não vacilou e explicitou, nos dois países, quais eram seus interesses de classe.² “(...) A lei de 1799 dispunha que qualquer pessoa que se reunisse a outra para obter um aumento de salário ou redução de horas de trabalho fosse levada a juízo e, sendo provada a culpa consciente, condenada a três meses de prisão” (Asthon, 1971: 161).³

A partir desse momento concreto já é possível saber com efetividade como a relação de classe se estabelece quando as contradições ganham materialidade e se efetivam. Assim, todos os que se rebelaram conheceram os atos bárbaros por meio dos instrumentos de repressão manejados por trabalhadores fardados, porém, a serviço da classe dominante. Muitos trabalhadores pagaram um preço alto, pois suas vidas foram ceifadas em nome da ordem e do progresso da sociedade moderna. Mas, a contradição presente, intrínseca em qualquer objeto, levou a própria ordem burguesa a ensinar aos trabalhadores como produzir as suas próprias armas, também ensinou-lhes como manuseá-las e com que propósito: aniquilar o opressor. (Marx, 1963: 29).

As crises de 1815, 1818 e 1819 atingiram as bases produtivas capitalistas em movimento. Ao mesmo tempo, na Inglaterra e na França a aristocracia latifundiária colocava-se novamente no cenário como força viva e, com a complacência de outras forças sociais, tinha a intenção de retornar ao poder. Quer dizer, a monarquia constitucional corria o risco de ser substituída pela monarquia absolutista. No entanto, em 1830, esse

2 “(...) Mais especificamente, as exigências do burguês foram delineadas na famosa Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. Este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária” (Hobsbawm, 1977: 77).

3 “Temerosos, com os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores por melhores salários, redução de carga horária ou condições melhores de trabalho, a única e exclusiva regra moral que era ensinada aos trabalhadores pautava-se no emprego do chicote. Esta prática era a mesma utilizada para os animais não humanos. Um homem que é tratado como animal, somente com a mesma ação instintiva pode reagir frente às questões que o oprimem em seu cotidiano” (Engels, 1985: 134-135). Ao mesmo tempo, para conter a mendicância que crescia, “(...) no dia 5 de julho de 1808, foi promulgada a lei que reprime a mendicância” (Marx, 1995: 78).

cenário ganhou outras configurações. A classe operária em-si e para-si, diferente da classe burguesa, apresentou um projeto com conteúdo progressista da história.

Ao ser colocado em prática na França no século XIX, em 1848 e em 1871, a classe burguesa não teve dúvida em reprimir e aniquilar os processos revolucionários em marcha,⁴ as revoluções de 1830, e ainda mais a de 1848:

(...) atestam que a burguesia perdeu seu lugar à frente do progresso social. Em 1830 começa o processo de decomposição da filosofia burguesa clássica, que termina com a revolução de 1848. Esta data forma, na evolução da filosofia, o limiar de um novo período que termina mais ou menos no início do período imperialista. O combate ofensivo da burguesia contra as sobrevivências do feudalismo está então acabado: sucede-lhe a defensiva contra o proletariado ascendente" (Lukács, 1979a: 32-33).

O colocar-se na história como opção de projeto societário em 1815 pela aristocracia latifundiária (restauração do projeto feudal com novas configurações), bem como pelo proletariado em 1830, põe o controle de domínio ideológico burguês em risco. A ideologia burguesa sentia suas primeiras fraturas após 1789. Novos tempos, porém os atores eram os mesmos da época da revolução de 1789, agora em posições e com capacidades de classe diferenciadas tanto na França como na Inglaterra e em outros países europeus. Dá-se início ao período em que a ciência se coloca na esfera de uma construção em decadência.

Chegou o momento em que as formas de enfrentamento dos problemas sociais, oriundos do processo contraditório entre capital-trabalho, passaram a ter contornos diferenciados, e a burguesia, detentora do projeto do progresso, abandona suas premissas básicas e, cinicamente, mostra quais eram suas intenções, seus propósitos. A racionalidade perde espaço e as

4 Quando os trabalhadores conseguiram colocar qual era o problema que sustentava a sua forma de ser e de pensar no interior do modo de produção capitalista, estes protagonistas da história traziam, em suas cabeças, as respostas concretas para enfrentá-lo e resolvê-lo, o que não significa que as condições objetivas, históricas, apresentem-se prontas e declinadas a propiciarem a finalidade projetiva e posta.

práticas irracionais defensivas entram em todas as fissuras do fazer e do pensar cotidiano. O proletariado, em processo de consolidação de classe-em-si e para-si, era o grande alvo.

Até esse momento, os representantes da burguesia não se intimidavam em tratar as manifestações materiais e espirituais sob o crivo científico. Os economistas clássicos, principalmente Ricardo e Smith, apesar dos limites de classe presentes em ambos, não faltavam com a verdade em suas construções teórico-metodológica. A busca constante de fazer ciência era o propósito principal que tomava conta desses homens. Agora, junto à manifestação incontrolável das conseqüências que o modo de produção capitalista apresentava – o pauperismo –, o proletariado enquanto classe em-si e para-si exigia que a classe burguesa respondesse à sociedade sobre o porquê desse novo fato social de dimensões incontroláveis, mas, ao mesmo tempo, era preciso garantir a continuidade da lógica e da forma de produzir capitalista, pois, para esses sacerdotes da burguesia, a história, com a consolidação do modo de produção capitalista, chegava ao seu final.¹

É nesse momento que a burguesia, para não deixar de continuar dominando politicamente e economicamente, cria novos mecanismos que ampliam o grau de manipulação da realidade⁵ e, através de dados estatísticos e de fórmulas, mostra que era possível resolver e eliminar o espectro que

i Optar pela razão ou pela desrazão põe-se sob a situação de vinculação de classe em que se encontram os atores sociais quando convocados a responderem a um problema (Lukács, 1968: 79-81). Os representantes da classe burguesa, em períodos de crise, fortalecem a dimensão irracional, porém, em períodos de estabilidade, suas bases sedimentam-se sob a lógica da racionalidade formal. Porém, é importante assinalar que a perspectiva de classe da burguesia teórica não falseia a realidade apenas pela questão ideológica de classe, mas também porque há uma confusão que norteia as suas mediações.

5 A manipulação da realidade é uma arma poderosa que os representantes ideológicos da classe burguesa utilizam todos os dias para continuar controlando e mantendo a existência do projeto burguês. No entanto, a manipulação não é um instrumento construído com os poderes onipotentes. Desta forma, temos o papel de mostrar no campo teórico-prático como que esta arma perigosa e destruidora de gerações de trabalhadores pode ser combatida e "destruída". É necessário "(...) mostrar teoricamente que não estamos diante de um curso inexorável do processo econômico ou tecnológico. Ao contrário, é preciso mostrar que o que está em desenvolvimento é um processo manipulatório por uma classe determinada, de um modo bastante preciso, e que a manipulação parte de certos pretensos axiomas que são incapazes de resistir a uma observação mais atenta" (Lukács, apud Koffer, 1969: 112).

assustava a Europa moderna. Nesse momento ocorre "(...) uma cisão entre a essência (práxis criadora) e a existência (a vida social) dos homens" (Coutinho, 1972: 24). O resultado foi imediato e contínuo:

(...) a práxis aparece agora como uma mera atividade técnica de manipulação; a objetividade fragmenta-se numa coleção de 'dados' a serem homogeneizados; e, finalmente, a razão reduz-se a um conjunto de regras formais subjetivas, desligadas do conteúdo objetivo daquilo a que se aplicam. Essa 'miséria da Razão' transforma em algo irracional todos os momentos significativos da vida humana" (Coutinho, 1972: 29).

Em vista disso, conforme Lukács (1977: 138), o universo da especulação tomou conta da vida real transformando o mundo em categorias lógicas, momento em que a razão pura engendrava os pensamentos. O movimento histórico das relações de produção perde sua posição ontológica, retirando de cena a ciência. Assim, a filosofia da decadência substitui o estatuto da ciência pela ideologia, ocupando todos os espaços da produção material, bem como da reprodução social. E, embora o humanismo, o historicismo e a razão dialética sejam elementos que dão base para a construção científica, estes deixam de ser preponderantes e abrem espaço para o imediatismo e o espontaneísmo.

Em vista disso, os indivíduos⁶ passaram a ser produtos da natureza e não da história. Assim, os indivíduos, para esses falsos teóricos, possuíam um destino eterno já traçado. Essa prática impossibilitava que a ética e a ontologia fossem fundadas sob a perspectiva científica. O que deveria ser apresentado como crítica foi realizado enquanto mera justificativa, apresentando um conteúdo centrado nas aparências, portanto, fetichizado.

"Obrigada a falsear a realidade, a burguesia, de forma covarde e episódica criou, através dos seus filisteus, explicações que reduziram cada vez mais a apreensão objetiva e de totalidade da realidade. Para estes homens

6 A burguesia, enquanto classe revolucionária, construiu, no momento dos embates travados contra as classes do Antigo Regime, uma nova compreensão da categoria da individualidade. No entanto, ao mesmo tempo durante o processo de seu desenvolvimento, "(...) suprime a individualidade através das condições econômicas deste individualismo, da reificação criada pela produção mercantil" (Lukács, 1989b: 76).

legitimadores da ordem, (...) já não se tratava agora se tal ou qual teorema era ou não verdadeiro, mas se era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo para o capital, de saber se estava ou não permitido pela polícia. No lugar da investigação desinteressada introduziu-se o matonismo pagado e, no lugar do exame científico sem prejuízos, a má (falsa) consciência e a má intenção da apologética" (Lukács, 1979:55).

Esse foi um momento propício para que a burocracia ganhasse novas expressões e servisse de elemento instrumental principal para conter a força revolucionária proletária em movimento e, ao mesmo tempo, justificava a "questão social" a céu aberto. O discurso do consolo ganhou justificativa para a sociedade moderna em processo de consolidação na primeira fase da industrialização capitalista. Todas as contradições presentes seriam resolvidas, era necessário ter paciência e espírito positivo, pois o momento era passageiro.ⁱⁱ Para os pessimistas, bastava lembrar como era o sofrimento das mulheres no momento do parto; a dor era intensa, porém, em seguida a felicidade tomava conta de todos. No período da decadência, a "questão social" posta e materializada seguia a mesma trajetória por meio das ações burocráticas, em que "(...) o conteúdo se sacrifica à forma, o real ao ideal, o

ii Para os economistas e filósofos burgueses, representantes no período da decadência, a sociedade era dividida em dois grandes mundos: o mundo artificial, representado pelo período da feudalidade, e o mundo natural, representado pela burguesia. Esta concepção transformou as leis em eternas, isto é, houve história, a partir desse momento não há mais. Se a sociedade burguesa é o último estágio da humanidade, cabe às pessoas dedicarem seus esforços físicos e espirituais para a recuperação e manutenção da sociedade que se encontra em crise e tem à sua frente o movimento operário enquanto classe em si e para si. Para resolver este problema, Proudhon explicitava que a sociedade possuía o lado bom e o lado mau. Retirando o lado mau que se instalou na sociedade, o problema seria resolvido. Exemplificando, a sociedade capitalista apresentava o seu lado bom (crescimento econômico) e o seu lado mal (crises de produção). Acabando com as crises que colocavam a sociedade em processo de estagnação, tudo voltaria ao normal e o paraíso tornava-se uma situação objetiva. Esse sacerdote não entendeu que era necessário destruir as barreiras temporais para acabar com o lado mau, e não reformá-las (Marx, 1985: 115 ss.). Para garantir a tese do fim da história, os pequenos-burgueses afirmavam que as desgraças que os proletários precisam enfrentar todos os dias, desde o amanhecer até o anoitecer e durante a noite toda, eram situações necessárias para que a burguesia conseguisse manter a sua situação de bem-estar econômico e social, pois só esta classe tinha os poderes e a missão de garantir a continuidade do progresso.

particular ao universal abstrato” (Coutinho, 1972: 27). A racionalidade, portanto, foi sucumbida e a irracionalidade espraiou-se em todas as dimensões da sociedade.

Os ideólogos da ciência nesse período de decadência, manipuladores da ciência da história, de acordo com Marx (1995: 12-13), apontavam as causas dos problemas emergentes – a “questão social”, a qual estava presente nos *problemas de gerenciamento administrativo, na prática assistencial, nas práticas descuidadas na esfera da política, ou ainda na ausência de praticar os princípios que fundamentavam a solidariedade individual entre as pessoas nas diferentes esferas da sociedade*. Essas fontes explicativas eram as respostas que os sacerdotes a serviço do projeto burguês davam para tentar justificar a “questão social” que se manifestava em suas diferentes faces e diferentes lugares.

Essa realidade social tornou-se insustentável, mas “(...) só depois de 1848, quando as novas epidemias nascidas nos cortiços começaram a matar também os ricos e as massas desesperadas que aí cresciam tinham assustado os poderosos com a revolução social, foram tomadas providências para um aperfeiçoamento e uma construção urbana sistemática” (Hobsbawn, 1977: 225).⁷ Porém, convencidos de que o problema – a nova configuração da “questão social” – bem como sua resolução não seriam compreendidos e muito menos resolvidos por meio das ações teóricas e práticas fundamentadas na perspectiva ontológica, coube a esses sacerdotes da burguesia apelar aos corações humanitários e à repressão.

O rei da Prússia ao tratar da reforma social, indagou e respondeu: “(...) miséria e crime são duas grandes calamidades: quem poderá repará-las? O Estado e as autoridades? Não, mas, ao contrário, a união de todos os corações cristãos, pois, (...) a Inglaterra acha que a miséria tem o seu fundamento na lei da natureza, segundo a qual a população supera necessariamente os meios de subsistência” (Marx, 1995: 69 e 80).⁸

7 Ver também Engels, 1985a: 78; Marx, 1995: 69-75.

8 A discussão não era tratada na esfera da produção. Neste sentido, a única saída encontrada pelos burgueses filisteus, legitimadores do projeto burguês, só poderia encontrar sustentação estreita e falseada na esfera da circulação. Porém, por mais capazes que sejamos, é impossível e enganoso acreditar que é possível resolver a problemática da miserabilidade na esfera da valorização.

E a burguesia, em processo de consolidação, abandonou e destruiu as premissas das conquistas liberais escritas com muito “sangue” e colocou em seu lugar o chicote, o espírito moral cristão da solidariedade e os princípios administrativos da reforma enquanto dimensão restauradora. Buscou nas ações individualistas a resposta para a “questão social”; no entanto, suas ações, na esfera econômica e política, eram de classe.

Esse movimento teórico-prático, instaurado no primeiro momento de consolidação do projeto societário burguês – primeira metade do século XIX – atingiu proporções diferenciadas até os dias atuais.

No entanto, no século XX, especificamente a partir do findar da década de 1960 (Mandel, 1985), esse cenário é reavivado, ganhando proporções macrosociais diferenciadas do século XIX. A partir da década de 1970, o processo ideológico atinge conteúdos com maior propriedade e controle da classe burguesa e a ciência, a serviço do projeto burguês, é instrumentalizada, efetivando ações concretas manipulatórias.

É nesse cenário que os novos filisteus – teóricos ou não –, a serviço do projeto societário em vigência, tratam a crise estrutural do modelo produtivo capitalista, bem como a “questão social”, como expressões resultantes de uma relação natural entre indivíduos que expressam suas intencionalidades na esfera do mercado. Instância definidora das relações estabelecidas entre os indivíduos. Em nenhum momento é colocado nesse palco que a problemática em sua raiz está centrada nas relações estabelecidas entre o capital e o trabalho, que se expressam de forma antagônica e contraditória. Qualquer projeto societário em construção que não eleja a centralidade do projeto vinculado à classe trabalhadora continuará dando vazão aos propósitos estabelecidos pela ciência da decadência em resposta à “questão social”.

Neste sentido, quando compreendemos e afirmamos que a “questão social e o serviço social” constituem um dos eixos fundantes do novo currículo revisado pelas diretrizes de 1996 e da concepção do exercício profissional que ela expressa “(...) bem como que a ‘questão social’ é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho” (Iamamoto, 2001), compreendemos que é necessário tomar o movimento do objeto pela raiz. É necessário que “(...) a teoria seja capaz de se apossar das massas ao demonstrar-se *ad hominem*, e demonstrar-se *ad hominem* logo que se torna radical. Ser radical é agarrar as coisas pela raiz” (Marx, 1989: 86). Fora deste campo, a apropriação do movimento do objeto em resposta ao mesmo é pura especulação.

Combater, no campo teórico-prático, qualquer manifestação que se vincule à esfera da pseudocientificidade é um desafio constante "cívico e intelectual" e nesta quadra encontram-se todos aqueles que estão comprometidos com projeto ético-político que matiza a vinculação com as classes trabalhadoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASHTON, T. S. *A revolução industrial: 1760-1830*. 2. ed. Trad. Jorge de Macedo. Rio de Janeiro: Europa-América, 1971. Coleção Saber.
- COUTINHO, C. N. *A miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.
- HOBSBAWM, E. J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 8. ed. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- IAMAMOTO, Marilda. "A questão social no capitalismo". *Temporalis* – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, v. II, n. 3, p. 9-32, jan./jun. 2001.
- LUKÁCS, G. *Existencialismo ou marxismo*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979a.
- LUKÁCS, G. *El asalto a la razon*. 2. ed. Trad. Wenceslau Roges. Barcelona-México: Ediciones Grijalbo, 1977. Obras Completas, v. 8.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudo de dialética marxista*. 2. ed. Porto: Publicações Escorpão, 1989a.
- LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais em Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979b.
- LUKÁCS, G. *Ontologia do Ser Social: complexos problemáticos mais importantes*. Não publicado. 1989b.
- LUKÁCS, G. *Materiales sobre el realismo*. México: Ediciones Grijalbo, 1968.
- LUKÁCS, G. "Conversando com Lukács". In: KOFLER, L. et al. Trad. Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. Série Rumos da Cultura Moderna, v. 32.
- MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São paulo: Cultura, 1985.
- MARX, Karl. "A questão judáica". In: *Manuscritos Económico - Filosóficos*. Coleção Textos Filosóficos. Lisboa, Edições 70, 1989.
- MARX, Karl. "Contribuição à Crítica Filosófica do Direito de Hegel". In: *Manuscritos Económicos- Filosóficos*. Coleção Textos Filosóficos. Lisboa, Edições 70, 1989.
- MARX, Karl. "Glosas críticas marginais ao artigo 'O rei da Prússia e a reforma social de um Prussiano'". *Práxis*, Campinas, n. 5, p. 68-91, out. 1995.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. L. 1, v. 1-2.
- MARX, Karl; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Rio de Janeiro: Vitória, 1963.
- NETTO, José Paulo. "Cinco notas a propósito da 'questão social'". *Temporalis*: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, v. 2, n. 3, p. 41-49, jan./jun. 2001.
- ROSANVALLON, Pierre. *A nova questão social: repensando o Estado Providência*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

RELIGIÃO NA PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL

Pedro Simões

RESUMO

O artigo visa identificar como a prática do serviço social é influenciada por valores, crenças e conceitos religiosos. Para isto, foi realizada uma pesquisa comparada com 17 assistentes sociais brasileiros e 25 ingleses, nos anos de 2001 e 2003. Esperava-se que diferenças significativas seriam observadas entre os profissionais dos dois países, em razão da base sócio-cultural protestante e católica própria de países como Inglaterra e Brasil. No entanto, foram encontradas mais similaridades que diferenças na comparação realizada. Toda a atividade dos assistentes sociais é permeada por valores, crenças e valores religiosos, começando nas motivações para a escolha da profissão, passando pelo próprio desempenho da atividade profissional, até a satisfação que assistentes sociais brasileiros e ingleses encontram em seus trabalhos. O artigo busca sumarizar os principais achados da pesquisa, assim como discutir implicações para a profissão.

Palavras-chave: religião; serviço social; valores religiosos

ABSTRACT

The article aims at identifying how social work practice is influenced by religious values, beliefs and concepts. For this purpose, a compared research was conducted, with 17 Brazilian social workers and 25 English social workers, in the years of 2001 and 2003. Significant differences were expected to be observed between the professionals of the two countries, due to the social and cultural Protestant and Catholic bases, characteristic of countries such as England and Brazil. Nevertheless, more similarities than differences were found in the comparison held. All social workers' activity is influenced by values, religious values and beliefs, which influence from motivations regarding the professional option and the performance of the professional activity itself, up to the satisfaction that Brazilian and English social workers derive from their jobs. The article tries to summarize the main findings of the research, as well as discuss their implications for the profession.

Key words: religion; social work; religious values

* Professor da Escola de Serviço Social / UFRJ, Doutor em Sociologia / IUPERJ.
Rua General Severiano, 40 / 905 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ – Brasil – 22290-040.
E-mail: jpsimoes@ess.ufrj.br / josepeneto@hotmail.com

RELIGIÃO NA PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL¹

O tema da relação entre religião e serviço social, ausente no debate brasileiro, vem sendo abordado na literatura internacional desde os anos 50. Pesquisas mostram que essa não é apenas uma relação de sentido, mas que se expressa na própria prática assistencial. Desse modo, os estudos revelam que, mesmo em ambientes secularizados, profissionais da assistência e das profissões de ajuda e socorro sociais imputam um sentido religioso às suas práticas e nelas buscam afinar suas crenças e valores às atividades executadas.

As pesquisas realizadas sobre o tema, em geral, detêm um caráter nacional, dificultando comparações internacionais. Geralmente, ainda que sobre os mesmos temas, tanto a forma quanto o enfoque dado por cada pesquisador não colaboram para que sejam estabelecidas análises comparativas. Desta forma, há dados sobre o Brasil (Simões, 2000 e 2002 e Vasconcelos, 1999), sobre a América Latina (Castro, 1987 e Midgley, 1981), sobre a Rússia pós-comunista (Iarskaia e Romanov, 2002), sobre a Índia (Bhaduri, 1992 e Ejaz, 1991), apenas para citar alguns exemplos. Uma exceção é o trabalho realizado por Leola Furman (1999, 2000 e 2002) que, em colaboração com outros pesquisadores, realizou o mesmo questionário tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra.

Seguindo, então, o mesmo caminho comparativo entre países, buscou-se verificar se assistentes sociais brasileiros e ingleses relacionavam suas práticas assistenciais aos seus valores e crenças religiosas. O fato de serem países tão diversos, não só em termos de desenvolvimento econômico, mas também contendo bases religiosas diferentes, poderia colaborar para clarificar o significado das relações entre religião e assistência social.

A hipótese de que se partiu para esta investigação era de que, a despeito das diferenças culturais, Brasil e Inglaterra iriam manifestar relações similares entre “religião e serviço social”. Esta possibilidade de similaridade decorre do fato de que há uma predominância dos valores de mercado sobre os demais em estruturas institucionais como as profissões, independentemente de quais sejam os valores considerados. Assim, a lógica utilitária, a instrumentalização e a racionalização subordinam todos os demais aspectos da prática assistencial.

Como decorrência, há duas formas possíveis de intermediação dos valores religiosos na prática assistencial: ou eles são apenas uma manifestação de fé dos profissionais, mantendo-se como uma justificativa pessoal para a ação profissional, ou são instrumentalizados na própria prática, ou seja, são mobilizados como instrumentos e técnicas de intervenção.

No entanto, mesmo no primeiro caso, as crenças e os valores pessoais só terão significação para a prática assistencial se, primeiro, houver um nexo de sentido entre os valores religiosos dos profissionais e a prática assistencial. Quanto a isso, as religiões, apesar de suas inúmeras diferenças, mobilizam sentimentos semelhantes – o amor, a caridade, a benevolência, o suporte e a ajuda mútua – tornando possível que os membros de cada uma delas encontrem algum nexo de sentido com a prática assistencial.

Uma vez reconhecidas e estabelecidas essas semelhanças, então, os valores religiosos terminarão sendo também mobilizados como recursos técnico-metodológicos para a ação. Valores não são descartáveis e mutáveis conforme o “papel social” que se assuma. Assim, eles acompanharão os profissionais em todas as suas atividades, sendo sempre mobilizados quando houver sentido para isto.

A presença dos valores religiosos na prática assistencial é resultado, também, da fraca estruturação profissional da prática assistencial. Com isso, torna-se difícil definir o que é, propriamente, o *expertise* profissional, como também as fronteiras entre o profissional e o voluntário tornam-se tênues. Em escala mundial, assistentes sociais profissionais e agentes voluntários podem ser mobilizados para executar as mesmas ações, conforme a diretriz política que se tenha. É isto que mostram os trabalhos de Brauns e Kramer (1986), quando tratam da dificuldade de se identificar o que há de comum entre as diversas experiências do serviço social na Europa; de Kornbeck (1998), Giarchi e Lankshear (1998) e Lorenz (1994), ao tratarem “das dificuldades de se identificar o que é o Serviço Social como profissão ou como uma ocupação” (Giarchi e Lankshear, 1998: 34); ou de Bowpitt (2000) ao mostrar que, na Inglaterra, com a privatização dos “serviços sociais” (“*social care services*”), as instituições privadas, incluindo aí as igrejas e as organizações cristãs, passaram a fazer parte dessas atividades atuando conjuntamente com outras não religiosas.

Dessa forma, mesmo com as diferenças culturais existentes entre os dois países, esperava-se encontrar mais semelhanças que diferenças nas relações entre “religião e assistência social” em ambos os países.

¹ A realização desta pesquisa contou com o financiamento da Capes (Bolsa Sanduíche).

METODOLOGIA

Para poder realizar uma comparação entre os dois países, foram feitas 17 entrevistas no Brasil – especificamente no Rio de Janeiro (2001) - e 25 na Inglaterra – em Londres (2002-2003). No Brasil, utilizou-se como base de informações uma listagem fornecida pelo Conselho Regional de Serviço Social (Cress-7^a. Região). Na Inglaterra, a base de informações foi fornecida pela Coordenação de Estágios da Middlesex University. Essa listagem abarcou, quase em sua totalidade assistentes sociais com a responsabilidade de orientação acadêmico-prática dos alunos em estágio (*Practice Teachers*) naquela instituição. Desta forma, esses profissionais ainda mantinham algum vínculo com instituições de ensino (diferentemente dos assistentes sociais entrevistados no Brasil).

Teve-se a preocupação de que os profissionais fossem de diferentes tipos de instituição. No Brasil, a distribuição segundo o tipo de instituição a que estavam vinculados foi: Estatal: 10; Empresa de Economia Mista: 1; Organização Não-governamental: 2; Instituição Religiosa: 2; Fundação Privada: 1; Instituição Privada de Saúde: 1. Na Inglaterra: respeitou-se a divisão entre agências do Estado (*Statutory*) – 68% – e da sociedade civil (*Voluntary Organizations and Charities*) – 32%.

Buscaram-se também profissionais que estivessem em diferentes campos de trabalho (Crianças e Adolescentes, Idosos, Doentes Terminais, Refugiados, etc.) e tendo sido formados desde o final dos anos 60 até os dias atuais. No Brasil, os assistentes sociais foram assim distribuídos, segundo o ano de formação: anos 70: 4 entrevistas; anos 80: 11; anos noventa: 2. A distribuição dos assistentes sociais ingleses foi: 2 se formaram nos anos 60; 6 nos 70; 3 nos 80, 12 nos 90, 1 em 2000 e 1 sem informação do ano de término.

Nas entrevistas, buscou-se saber: 1. se a escolha profissional estava ligada ao passado religioso do profissional; 2. se ele relacionava suas crenças e valores em sua prática assistencial; 3. se a satisfação que ele tinha no trabalho estava também relacionada à sua crença e a seus valores religiosos.

Os profissionais ficaram livres para definir o que entendiam como sendo “religião”, assim como para expressar, ou não, o seu pertencimento a uma religião. A pesquisa, no entanto, partiu de uma concepção de religião vinculada ao entendimento de que o “religioso” é aquele que pertence a uma instituição religiosa (católica, protestante ou outra), incorporando suas crenças, doutrinas e ritos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Um primeiro ponto a destacar e que já é parte da comparação é que, para cada um dos entrevistados, a relação que eles estabelecem com a religião parece ser algo particular. O que parecia pessoal tinha fundamentos sociais que não estão explícitos para cada um dos assistentes sociais entrevistados. Por isso, é possível encontrar quem afirme: ser religioso “não é imprescindível” para ser assistente social, no entanto, “é uma opção pessoal e que tudo (religião e profissão) se encaixa com meu jeito de ser” (BR 1977),² ou então: “Eu posso falar por mim mesmo, mas não posso falar pelos outros” (GB 1976).

No conjunto de respostas dos profissionais brasileiros e ingleses houve uma complementaridade de vínculos religiosos atribuídos à prática profissional. Algumas formas de relações estabelecidas afetam de maneira mais imediata a prática profissional. Outras mostram, apenas, que os assistentes sociais, brasileiros e ingleses, realmente vivenciam os princípios religiosos por eles abraçados.

Vejamos, então, em que pontos assistentes sociais brasileiros e ingleses relacionaram suas crenças e valores religiosos com a prática assistencial. O primeiro ponto a considerar é que os profissionais da assistência buscaram a profissão a partir de uma motivação que estava associada a valores religiosos.

1. MOTIVAÇÕES

A motivação principal de ingleses e brasileiros para a prática assistencial foi a possibilidade de *ajuda*. No primeiro caso, a ajuda foi percebida como resultado de uma ação vertical e tutelar entre o profissional e o assistido. No segundo, ela foi tida como uma ação horizontal e que visava à autonomia, onde os assistentes sociais buscavam “ajudar os assistidos a se ajudarem”. Em ambos os casos, a concepção de ajuda, com suas respectivas

² Quando são realizadas citações das entrevistas, o que há entre parêntesis é: primeiro, a identificação de nacionalidade (BR: Brasil; GB: Grã-Bretanha); segundo, o ano de conclusão do curso de Serviço Social.

conotações, esteve ligada a práticas e ensinamentos religiosos que os profissionais tiveram em seu passado.

Em ambos os países, porém, o foco da ajuda não se concentrava em nenhum grupo social específico, sejam eles definidos por classe, grupo de pertencimento ou *status*. A ajuda era voltada para todo *ser humano* que dela necessitasse. Desta forma, os assistentes sociais queriam mobilizar todo e qualquer recurso para poder satisfazer as necessidades apresentadas pela população atendida. Assim também não tinham como pretensão realizar qualquer tipo de discriminação no ato da ajuda. A concepção de *ser humano* abarca a todos ou qualquer um, indistintamente.

A maior parte dos assistentes sociais brasileiros e ingleses teve um contato prévio com assistentes sociais antes de ingressar na profissão, participou de instituições de formação e base religiosa (colégios religiosos, participação em escolas dominicais ou catecismo etc.), participou também de trabalhos voluntários/assistenciais religiosos e não religiosos e teve em suas casas exemplos de pais que eram também religiosos. Este conjunto de experiências, com suas múltiplas combinações, é que contribuiu para a escolha da profissão.

No caso brasileiro, o exemplo familiar, o contato prévio com assistentes sociais e a participação em instituições de formação e base religiosas foram os elementos preponderantes para a escolha; no caso inglês, a participação em instituições de formação e base religiosas e a participação em trabalhos voluntários foram os elementos que mais determinaram a escolha da profissão. Desta forma, a partir dessas experiências, os profissionais da assistência buscavam, na profissão, uma possibilidade de ajuda, conforme o aprendizado prévio que tiveram.

Após essa identificação, é preciso apurar o sentido religioso atribuído pelos assistentes sociais às suas próprias práticas assistenciais.

2. RELIGIÃO NA PRÁTICA ASSISTENCIAL

Em sete pontos pode-se identificar relações possíveis entre “religião e assistência social”. Em seis destes houve concordância entre brasileiros e ingleses e apenas um tipo foi exclusivamente citado por assistentes sociais ingleses. Começamos, então, por ele.

2.1. Identidade cultural

Uma das assistentes sociais entrevistadas afirmou que a identidade religiosa entre as suas crenças e as da clientela favorecia o atendimento (GB 1992). A profissional provinha da Índia e trabalhava com a integração e adaptação de mulheres indianas à cultura inglesa. Por pertencer ao mesmo grupo cultural, com a mesma religião e os mesmos hábitos, a profissional tinha maior possibilidade de tornar compreensível para os demais profissionais da instituição as razões das demandas colocadas pelas mulheres atendidas, como, por exemplo, a necessidade de tomar banho antes da oração matinal. Menosprezar tal exigência poderia ser entendido como uma atitude antiética.

O mesmo argumento é utilizado quando há uma clara diferença cultural – étnica/religiosa – entre o assistente social e o usuário. Isto ocorre tanto quando se trabalha em um país em que tais traços são claros, como quando a clientela é composta por migrantes e exilados. É exatamente porque budismo, confucionismo, hinduísmo, islamismo e as seitas fundamentalistas têm visões de mundo e valores tão distintos da ética protestante, dos preceitos liberais ou do caritativismo católico, que se torna possível perceber como a prática profissional está impregnada de referenciais valóricos tipicamente ocidentais. Configura-se, então, uma clara tensão na prática assistencial que pode chegar a ser interpretada como intolerante e etnocêntrica.

2.2. A fé

O segundo ponto de relação entre “religião e assistência social”, e o primeiro em que há coincidência entre brasileiros e ingleses, foi a utilização da *fé* dos profissionais para lidar com os problemas da prática. A fé tem sido um elemento central nas atividades assistenciais desenvolvidas, uma vez que ela, para os assistentes sociais brasileiros, é a base para o compromisso profissional com o “outro”, com o “ser humano”, com o “cidadão” (BR 1979); base e requisito para um bom atendimento (BR 1982); além de colaborar para o resultado do tratamento empregado (BR 1980). Para os assistentes sociais ingleses, além da *fé*, a *crença em Deus* e *crenças*

espiritualistas são importantes para dar suporte ao trabalho profissional (GB 1960, GB 1971 e GB 2002) e para fazer as pessoas atingirem seu potencial.

Este ponto é ainda importante uma vez que evidencia que a prática profissional não é imune à fé de seus profissionais. Além disso, sua presença qualifica o conteúdo da intervenção que é desenvolvida, tanto por meio do empenho que se demonstre para exercê-la quanto das expectativas que se tenha de seus resultados.

2.3. Valores religiosos e assistenciais

Alguns *valores religiosos* são igualmente relevantes para a sustentação da prática assistencial. Apesar de todo o esforço realizado pela categoria ao estabelecer Códigos de Ética com valores não-sectários e laicos, os valores religiosos são relevantes na medida em que eles parametram a forma de se estabelecer uma atitude ética com o cliente ou usuário dos serviços sociais. Eles ainda são entendidos, pelos entrevistados, como relevantes para que o assistente social se torne uma pessoa solidária (BR 1980, BR 1982, BR 1985, BR 2000, GB 1975, GB 1976, GB 1984, GB 1992, GB 1994 e GB s.d.).

Os valores parecem ser o centro das vinculações entre o serviço social e a religião. Associado à reflexão de como esses valores influenciam a prática profissional está o discurso da imparcialidade e da não-imposição das crenças do profissional ao usuário dos serviços sociais. Então, embora estes dois aspectos estejam conectados, eles serão aqui tratados separadamente, apenas para fins expositivos.

Assim, quando os entrevistados tratavam de *ajuda ao próximo, compaixão, justiça social, cuidado social, respeito, não-julgamento*, entre outros, eles afirmavam que tais valores eram relevantes para a intervenção assistencial e, ao mesmo tempo, referiam-se à fundamentação religiosa dos mesmos. Esta identidade é que autoriza e fundamenta a relação estabelecida.

A identificação dos valores religiosos e a prática assistencial revelam que esta última se peculiariza menos pela afirmação de técnicas e arranjos burocráticos eficientes, ou seja, pela racionalização de sua ação e mais pela afirmação de seus valores. Desta forma, como o assistente social não atua em profundidade nas ações “psi”, pois estas são tarefas em que psicólogos, psiquiatras e psicanalistas têm maior qualificação, e como o profissional não é capaz também de resolver as questões macrossociais, sua atuação

termina por se situar em um “meio-termo”, em que não é sua eficiência que está em questão, mas sua capacidade de tornar mais humanitária parte do sistema de proteção social. Isto é realizado através da afirmação de valores. Em lugar de uma ética da responsabilidade, o que se encontra é uma ética da convicção.

A identificação privada de tais valores com a profissão não é, em nenhuma instância, um problema. O importante é saber como lidar com estes valores sem tornar as práticas profissionais proselitistas, embora fugindo do mito das intervenções axiologicamente neutras. É isto que se verá no próximo item.

2.4. Busca da imparcialidade

Há, no entanto, um receio expresso de que as crenças individuais não interfiram na prática, além de se evitar a prática de proselitismo religioso. A prática assistencial é, então, permeada por uma tensão: a importância da fé e dos valores religiosos dos profissionais para o próprio desenvolvimento da atividade assistencial, de um lado, e a busca de imparcialidade, de outro. Esta preocupação mostra um senso de profissionalismo, embora o significado do “ser profissional” esteja baseado na concepção de uma prática axiologicamente neutra. Busca-se separar o “assistente social” do indivíduo que tem suas crenças, seus valores e sua fé. Em alguns casos, os profissionais reconheceram que esta separação era difícil de ser estabelecida. No entanto, a *imparcialidade* da ação interventiva é a meta dos profissionais (BR 2000, BR 1995, BR 1985, GB 1960, GB 1971, GB 1984, GB 1993, GB 1979, GB 1994, GB 1995 e GB 2002).

Como é que um trabalhador social se portaria diante de uma jovem de 14 anos desejosa de praticar um aborto? Deve-se respeitar a opinião e o desejo dela, seguindo o princípio da autodeterminação? Deve-se considerar que ela não é suficientemente madura para tomar tal decisão, levando-se em consideração a obrigação ética de proteger o interesse da jovem e de seu filho?

Em um outro caso, a mulher não consegue conciliar sua vida profissional, seu *status* na sociedade com sua vida privada, em razão da posição de subordinação que as mulheres têm em certas religiões. Quais os valores a defender? Como atender a essa mulher sem impor a ela valores igualitários e considerando suas crenças?

2.5. Abordagem holística

Os assistentes sociais buscam, nas religiões, noções que colaborem para que se possa entender melhor a prática por eles desenvolvida. Desta maneira, profissionais ingleses e brasileiros recorrem a *conceitos religiosos* para ampliar seu entendimento de *temas de trabalho* e dos *usuários*, a partir de uma *metodologia própria de intervenção*.

Entre os brasileiros, lidar com a morte, assim como a percepção do que é o mundo (ele não é só material) foram os dois elementos motivadores da busca de uma interpretação religiosa. A clientela foi entendida não só como um "ser humano", mas também como um "espírito", no sentido kardecista do termo (BR 1975, BR 1982 e BR 1987).

Entre os ingleses, concepções religiosas e espiritualistas foram também integradas à prática. A abordagem holística do ser humano baseou-se em uma interpretação espiritualista (GB 1977), assim como o conceito de *empower* foi entendido como uma derivação do desejo de fazer o bem (GB 1995). As noções de caridade (GB 1994) e do "bom samaritano" (GB s.d.) foram também utilizadas como referência para a prática profissional. Em relação à clientela, o passado religioso forneceu uma outra visão de quem são os usuários (GB 1994 e GB 1995).

A abordagem holística significa o reconhecimento de que o tratamento dado às questões sociais não pode ser fragmentado e abordar apenas alguns de seus pontos mais evidentes. Desta forma, problemas ditos sociais também têm outras repercussões e determinações. Por muito tempo, ter uma abordagem mais abrangente significava incorporar questões psicológicas às sociais, formando as abordagens psicossociais. Com o tempo outras dimensões foram agregadas, como a biológica e a ecológica. Então, corpo, mente, natureza e sociedade estariam todos integrados autodeterminando-se e por isso uma abordagem que enfrentasse todos esses pontos, conjuntamente, poderia ter uma eficácia maior que as demais.

2.6. Prática da oração e de rituais religiosos

Na mesma linha de pensamento, os assistentes sociais brasileiros e ingleses afirmaram que costumavam *orar antes de realizar uma atividade assistencial*. Esta expressão de fé dos profissionais não necessariamente interfere de for-

ma imediata na prática desenvolvida. Ela é uma ação puramente privada e aqueles que dela se utilizam podem, em seguida, utilizar de conceitos e técnicas que se baseiam ou em teorias sociais, ou em processos racionalizadores absolutamente secularizados. Assim também a crença em que a "ajuda de Deus" pode favorecer o trabalho desempenhado não elimina, para os profissionais, a responsabilidade das ações por eles estabelecidas.

Por outro lado, insere-se um elemento transcendente na prática assistencial que, em alguma medida, exerce uma influência sobre a mesma. Principalmente no relato do assistente social inglês percebe-se que existe uma interpretação antropomórfica de Deus. Neste caso, mais do que apenas fortalecer o profissional, a oração é utilizada para que se obtenham respostas às demandas postas pela prática e que pareceram insolúveis com os recursos teóricos e metodológicos incorporados pelos profissionais (BR 1979 e GB 2002).

O uso da oração poderia revelar apenas a fé que os profissionais detêm. No entanto, ela revela mais: para os profissionais que assim procedem, existem questões da prática profissional (e certamente de sua vida privada) que não encontram solução nas teorias sociais, nas técnicas interventivas, na experiência profissional própria e de colegas, mas apenas através do recurso a um poder superior que lhes mostrará o que fazer.

Esta é uma possibilidade de utilização da oração e de recursos próprios das religiões. A literatura analisada, porém, enfatiza que rituais religiosos podem ser instrumentos da ação profissional. Em ambos os casos, contudo, supõe-se que o profissional acredite naquilo que está sendo realizado. Mesmo que não faça parte das suas crenças acreditar em seres transcendentes, é necessário que ele acredite que rituais religiosos realizados junto com seu cliente/usuário serão efetivos para o resultado que busca.

2.7. Trabalho útil e valorizado como um ato de amor

Por último, ao tratarem desta relação "religião" x "profissão", assistentes sociais brasileiros e ingleses ressaltaram novamente o caráter de utilidade (BR 1980) e de amor (GB 1995) da profissão que se sobrepujariam ao sentido propriamente mercantil da ação assistencial.

O trabalho profissional é valorizado por ser aquele que aglutina bons sentimentos e boas ações em detrimento de uma maior remuneração possível em outras áreas. A religião é parte constitutiva desta forma de pensar a profissão, já que ela fornece os fundamentos morais para tal concepção. Ao dar uma conotação religiosa à profissão, esta última passa a ser, em si mesma, um ato de virtuosismo e não somente uma ação contratual e de prestação de um serviço.

Há, portanto, uma utilização de recursos como afeto, fé e valores na ação assistencial. Ao tornar-se uma profissão, eles não apenas passam a estar subordinados ao assalariamento, mas também passam a estar inseridos em um sistema social que visa, como fim último, à obtenção privada de maiores lucros nas atividades econômicas.

3. RELIGIÃO E SATISFAÇÃO NO TRABALHO

Após verificar em que pontos os assistentes sociais relacionam suas crenças e seus valores religiosos na prática assistencial, resta ainda identificar se, nas resultantes do seu trabalho, ou seja, na satisfação que os profissionais identificam com a realização da sua atividade, eles também as relacionam às suas crenças e aos seus valores religiosos.

Em verdade, mesmo após a conclusão do curso de Serviço Social e após alguns anos de trabalho na atividade assistencial, os pontos centrais de satisfação para o trabalho expressos por assistentes sociais, ingleses e brasileiros, foram os mesmos pontos que os motivaram ao ingresso nesta carreira. Desta forma, as concepções de *ajuda ao ser humano* foram recuperadas, assim como foram relacionadas aos valores e crenças religiosos dos profissionais.

Isso não quer dizer que outras formas de satisfação não foram também identificadas. Para os assistentes sociais brasileiros, era também positivo poder ocupar algum cargo que os possibilitasse influir e modificar a vida de quem é atendido. Assim, seria possível unir o retorno financeiro com uma intervenção no social que não precisa ser depois do trabalho. Entre os ingleses, foram também citadas a flexibilidade e a autonomia para fazerem as suas próprias agendas e não ficarem restritos a trabalhos realizados em escritórios, bem como ter um cotidiano profissional desafiador, em que os casos são sempre diferentes e demandam alternativas inovadoras, como

pontos positivos para formarem seu trabalho distante de práticas rotineiras e monótonas.

No entanto, a questão central enfocada foi, novamente, a possibilidade de poder fazer a diferença na vida das pessoas, ou ter um impacto direto na vida de alguém e poder ser parte do processo de mudança. Estas possibilidades dão aos assistentes sociais, ingleses e brasileiros, a certeza de estarem fazendo um trabalho de real valor, sem importar a intensidade e o tamanho da mudança que acarretam na vida dos seus atendidos. Para os assistentes sociais, qualquer alteração, por menor que seja, já possui um valor imensurável.

4. CRÍTICAS À APROXIMAÇÃO DE RELIGIÃO E ASSISTÊNCIA

Embora os resultados acima expostos tenham sido os mais frequentes e, portanto, os que melhor sumarizam o resultado das entrevistas, houve ainda entre os 42 assistentes sociais entrevistados seis que não estabeleceram relação entre religião e profissão. Destes, os cinco que apresentaram justificativas para tal eram ingleses. Suas respostas serão analisadas na seqüência.

Entre os principais argumentos estão: primeiro, que a relação entre religião e assistência social é irrelevante (GB 1994); segundo, estabelecer esta relação não é um requisito para aqueles que fazem o curso de Serviço Social (GB 1988); terceiro, a concepção de ajuda não se vincula exclusivamente aos valores religiosos (GB 1994); quarto, respeita-se a religião, sem necessariamente gostar dela (GB 1994); quinto, a religião baseia-se em valores e julgamentos, enquanto o serviço social é imparcial e não excludente (GB 1995).

Os pontos acima relacionados pelos profissionais são a base para que se estabeleçam críticas teóricas a esta aproximação. Estas não são poucas e tampouco inconseqüentes. Ao contrário, elas tocam em pontos que necessariamente devem ser aprofundados. Os trabalhos de Spencer (1957), Siporin (1986), Lowenberg (1988), Sanzenbach (1989), Midgley e Sazenbach (1989), Clark (1994) e Cornett (1992) resumem os pontos principais apontados pela bibliografia. No entanto, uma vez que religião e assistência social encontram-se tão fortemente articulados, se a crítica não apontar para formas de encaminhamento da questão, ela pode se tornar infrutífera. Desta forma, ela deve ser propositiva, sem ser normativa.

A diversidade de conexões e sua extensão, perpassando toda a prática profissional, mostram não apenas o forte vínculo que os assistentes sociais encontram entre a religião e a prática profissional, mas que os ideários religiosos e suas crenças permanecem e se inter cruzam com os conhecimentos e técnicas profissionais todas as vezes que, para o profissional, houver uma conexão de sentido entre um e outro. Desta forma, a concepção de ajuda social, expressa tanto nas motivações para a prática quanto na "satisfação" do trabalho, está referida, em grande parte, à formação religiosa dos profissionais e à identidade entre trabalho assistencial religioso e profissional.

O que as entrevistas mostram é que a formação profissional soma-se a um conjunto de valores e conhecimentos já trazidos pelos alunos. Estes não são "páginas brancas" onde se tratarão, pela primeira vez, dos temas relativos à assistência. Noções e concepções, expressas nos cursos, irão ser apreendidas e utilizadas conforme estejam em algum grau de acordo com os valores e concepções já trazidos pelos futuros profissionais.

Isso não significa, no entanto, que se esteja diante de agentes religiosos que desempenham uma prática catequética. No entanto, o sentido religioso da assistência dá-se por dentro da burocracia e das racionalidades que dirigem a construção dos serviços sociais, pois ele é inerente à forma de conduta dos assistentes sociais.

Estes dados reforçam a constatação de que a religião não apenas é (e tem sido) um elemento relevante para a prática assistencial, como vem sendo incorporada na prática assistencial. Qual exatamente o significado desta incorporação para a profissão? Para poder ter a dimensão das repercussões, é preciso ter clareza dos pontos centrais de conexão entre religião e assistência e seus significados.

5. IMPLICAÇÕES E CONSEQÜÊNCIAS

O primeiro ponto a destacar é que a análise do conjunto de vínculos de sentido entre a religião e o serviço social, estabelecidos pelos profissionais, é mais importante do que a discussão de cada um em particular. Não importa se existe maior ou menor discordância quanto a um ou outro tipo de vinculação, já que o importante é entender que é a resultante dessas atribuições de sentido que dá à profissão uma expressão religiosa. Se um assistente

social tem uma concepção sociológica do usuário dos serviços, mas ora antes de atendê-lo; se outro acredita que a espiritualidade do usuário é importante para o tratamento, embora seus procedimentos técnicos, para a intervenção, aparentemente não contemplem tal aspecto; se, adiante, um assistente social desempenha sua atividade por "amor e dedicação", mesmo buscando conscientizar seus usuários acerca dos direitos sociais... enfim, o que resulta desta conjugação?

A depender de quantos percebam a semelhança de sentidos entre religião e a prática profissional por eles desenvolvida, e de quantos instrumentalizem o seu fazer assistencial com a marca de seus valores e de suas concepções religiosas, maior será a conotação religiosa na resultante do trabalho profissional. Este tem sido um resultado não esperado das ações individuais (nem sempre deliberadas e conscientes), quando analisadas no agregado.

Mesmo em ambientes acadêmicos e profissionais tão diferentes, como Brasil e Inglaterra, houve um núcleo de convergência entre princípios e valores religiosos e a prática assistencial profissional, evidenciando que valores religiosos são instrumentalizados na prática profissional dos assistentes sociais, a despeito das diferenças culturais existentes entre ambos os países. Mesmo assim, as diferenças culturais mostraram-se presentes desde os sentidos para a concepção de ajuda, a forma de conhecimento da profissão por parte dos alunos, as características pessoais dos próprios assistentes sociais, entre outras.

Desta forma, estudos que enfoquem as grandes diferenças culturais existentes entre Brasil e Inglaterra, ou entre a tradição ibérica e a anglo-saxã, na forma de diferentes projetos de modernidade e suas repercussões para a profissão, terão, certamente, campo fértil de investigações. Este trabalho, durante todo o seu percurso, indicou a existência dessas distinções, embora sem maiores aprofundamentos da análise.

O segundo ponto, então, é analisar o que unifica a ação assistencial e garante a convergência tratada acima. Um dos pontos a serem assinalados é que a atuação do serviço social centra-se nos efeitos sociais negativos da modernidade e da industrialização. Estes surgiram também na Rússia pós-comunista e lá foi criado o serviço social em 1991; no Japão, na Índia, nos países fundamentalistas, em todo o mundo, ficou convencionalizado que os serviços assistenciais – como salvaguardas à extrema vulnerabilidade social e aos processos acentuados de pobreza e miséria, entre outros decorrentes

dos processos de modernização lá instaurados – seriam tarefa dos assistentes sociais (*social workers*). As influências inglesa e norte-americana contribuíram decisivamente para esta homogeneização.

Em cada um dos países citados, além de outros tantos, reconhece-se que, em alguma medida, a religião continua não apenas presente na prática profissional, mas que o aprofundamento do debate sobre a temática pode acarretar uma melhor intervenção do assistente social. Qual o elo comum, presente em todas as experiências analisadas, que faz com que a profissão se identifique com a concepção de ajuda e com os valores e concepções religiosos?

Por identificar-se como um “serviço”, a prática assistencial, seja ela exercida em âmbito público ou privado, inicia-se com um atendimento, em que o usuário/cliente irá apresentar sua demanda através da narração de seus dramas cotidianamente vivenciados. É nesse espaço, por exemplo, que os usuários poderão afirmar sua extrema pobreza ou situações críticas de vida que, depois, serão checadas (em geral, através de análise documental ou de visitas domiciliares), para que, de fato, possam ser viabilizados os benefícios sociais, em acordo com os critérios de elegibilidade institucionais.

No entanto, o momento do atendimento e o serviço prestado envolvem a criação de um espaço de diálogo e de sensibilização em que, por princípio, quanto maior forem a empatia, a confiança, o respeito e a proximidade existentes entre profissional e usuário, melhor as atividades serão desenvolvidas.

Não é só o assistente social que, dentro da instituição, terá a tarefa de escutar as demandas da população. Em geral, o médico, o enfermeiro, o educador social, o professor (dos níveis de ensino mais fundamentais) são também responsáveis por essas tarefas. Não é por acaso que essas profissões têm a imagem do sacerdócio e agregam profissionais, que imputam valores religiosos ao fazer profissional de forma mais explícita que os de outras carreiras.

O contato direto com as histórias de vida da população acarreta, não apenas a necessidade de uma postura profissional ética, mas o próprio envolvimento pessoal do trabalhador social com a questão a ser trabalhada. Isto significa, em certo sentido, que cabem ao profissional, em grande parte, o cuidado e o tratamento da situação exposta já que foi a ele que o problema do usuário foi apresentado. Desta forma, o profissional torna-se parceiro da situação, tendo que dar algum tipo de encaminhamento a ela.

Nesta perspectiva, não parece estranho que os profissionais tenham afirmado que sentimentos como compaixão, empatia, confiança, entre

outros, sejam elementos próprios da ação profissional. Assim também, não parece estranho que os assistentes sociais brasileiros tenham afirmado o desejo de “ajudar” os usuários e que os ingleses tenham dito que queriam “ajudar” os usuários a se ajudarem.

Diferentemente de outros profissionais, os assistentes sociais, em geral, não detêm nenhum serviço que eles possam oferecer diretamente à população, uma vez que suas atividades são mediadas pelos recursos institucionais. São eles que acompanham o tratamento realizado, disponibilizam informações, dão conselhos, fazem encaminhamentos verificam a condição do usuário e sua família, disputam, em alguns casos, espaço na instituição para o usuário, enfim, lutam para que o usuário tenha seus direitos atendidos.

Ao realizar tais procedimentos, partindo do atendimento, como tarefa primeira da ação assistencial, o profissional estabelece uma relação personalizada com os usuários e seus familiares, em que os ganhos simbólicos, para o profissional, são superiores aos materiais, já que se envolveu pessoalmente com a questão.³

Quando o assistente social torna disponível para a população a sua atenção, o seu cuidado, o seu compromisso, a sua dedicação, o seu carisma, ele disponibiliza atributos “pessoais”, que são instrumentalizados como recursos profissionais.⁴ Desta forma, a idéia de que o assistente social “humaniza” os serviços oferecidos pela instituição é o contraponto da sua inserção subalternizada na hierarquia das profissões. É ela que fundamenta a auto-satisfação e a auto-estima dos assistentes sociais e que atrai boa parte dos assistentes sociais para a tarefa *de ajudar o usuário e sua família no interior das instituições*.

A passagem, por exemplo, dos assistentes sociais para as instâncias de planejamento tem sido, historicamente, uma tarefa demandada por eles mesmos e, em alguns momentos, por eles auto-atribuída. No entanto, ela requer uma outra qualificação, inerente a esta forma de atuação, que retira da ação profissional seus ganhos simbólicos mais relevantes. Por isso, essa reivindicação ocorre menos pela identificação com processos burocráticos

³ As conquistas do usuário, a amizade estabelecida entre ambos, o agradecimento e o reconhecimento da ajuda prestada, tudo isso pode ter muito mais valor do que o salário, no final do mês.

⁴ Agregado a esses “dotes pessoais” está também um conjunto de informações úteis e necessárias ao campo de atuação do profissional, que possibilitam uma ajuda efetiva ao usuário.

e mais pela capacidade que os profissionais se atribuem de conhecer a realidade social da população, como uma decorrência do lugar ocupacional que exercem.

Assim, podem identificar-se, de forma privilegiada, com os “interesses dos usuários” e por eles lutar, percebendo outras dimensões dos problemas trazidos pela clientela, dando novos sentidos e significados às demandas, argumentando pela priorização de determinadas questões, etc. Elementos caros aos próprios assistentes sociais não ficam de fora deste conjunto de prioridades, incluindo-se nele as necessidades psicológicas e espirituais apresentadas pela população.

Deste ponto de vista, o próprio local de atividade se estabelece como propício para que o profissional exercite seus valores. Além disso, confere a ele a prerrogativa de afirmar quais as “reais” demandas da população. Como a tarefa do atendimento configura-se como um local de “pessoalização”, então, os referenciais valóricos e existenciais do próprio profissional, assim como a sua experiência prática de escuta, tornam-se elementos relevantes para a ação exercida. O atendimento torna-se assim um campo fértil para que os profissionais estabeleçam vínculos entre suas crenças e seus valores religiosos e a atividade assistencial.

Na medida em que a religião é um dos aspectos relevantes para os profissionais, o reconhecimento de identidade entre a atividade profissional e os valores religiosos torna-se não apenas uma possibilidade, mas um fato, como foi mostrado. Esta constatação, no entanto, faz com que os assistentes sociais afirmem o desejo de separar ambas as esferas e não impor aos usuários as suas crenças nem contaminar a prática profissional com as mesmas.

Um aspecto que não se modifica, então, em todas as experiências do serviço social é a identidade de sentido entre a atividade assistencial e os valores religiosos dos profissionais, assim como, ao abordar temas que são tratados tanto pelas teologias quanto pelas ciências sociais (como o valor e o sentido da vida, o que são os indivíduos e suas relações, a razão das desigualdades sociais, a luta por justiça social e por igualdade, a razão do sofrimento etc.), cria-se uma dificuldade de os profissionais abdicarem ao conhecimento adquirido nas fileiras religiosas. O que as entrevistas mostram é que há uma filtragem dos conhecimentos advindos às ciências sociais pelo crivo da religião, ou então uma busca de fundamentações que estejam afinadas com as crenças religiosas.

O qualificativo técnico não é o central na discussão da mediação religiosa. Em si, recursos técnicos podem ser utilizados, com enfoques e diretrizes as mais diversas. Desta forma, o recurso da entrevista ou do estudo de caso, ou mesmo a utilização de trabalhos comunitários serão implementados conforme o enfoque teórico que se dê, tendo, tacitamente, valores de origens diversas (de gênero, de classe, religiosos, políticos etc.) a eles agregados. Portanto, os valores estão presentes nos instrumentais interventivos, independentemente de quais eles sejam e da coerência teórica na utilização dos mesmos.

O terceiro ponto importante a ser abordado, então, é como lidar, profissionalmente, com a marcante intermediação de valores na prática assistencial. Assim também, dado o reconhecimento da relevância dos valores religiosos na sua execução, como qualificar os alunos para atuarem assistencialmente.

Para avançar neste debate, é importante considerar, no entanto, que a atividade assistencial, em si, é agregadora de valor. Os valores agregados são exclusivamente oriundos da religião. No entanto, quaisquer que eles sejam, precisam estar em concordância com as crenças individuais de cada profissional. Ao que foi visto, dados os vínculos ideais existentes entre as práticas assistenciais religiosas e as profissionais, as primeiras servem de parâmetro – através dos valores, conceituações, princípios etc. – para as segundas.

Esta argumentação é um dado explicativo para a grande maioria dos assistentes sociais – entre 70% e 80% – que foram socializados em ambientes religiosos. Estes percebem a atividade do atendimento como um processo de “ajuda”, no qual o caritativismo, o amor ao próximo, os bons sentimentos são partes inerentes à tarefa executada.

Uma outra parcela, também socializada em famílias religiosas agrega não só valores religiosos, mas também políticos e cívicos à profissão. Para estes, valores como justiça social, igualdade social, solidariedade etc. são parte da tarefa de “ajuda”, tendo conotações políticas ou religiosas, conforme a situação apresentada. Por vezes, o caráter político pode ter preponderância em outras situações, são os valores religiosos que falam mais alto.

Uma minoria agrega ao serviço social exclusivamente valores políticos e cívicos. O atendimento na forma de “ajuda” visa atender a princípios políticos de ampliação da democracia, luta em favor de determinados grupos

sociais, afirmação de direitos e da cidadania etc. Ambas, no entanto – religião e política – identificam-se como éticas da convicção e não como éticas da responsabilidade.

Na medida em que esses valores passam a ser parte constitutiva do fazer profissional, esta prática assume uma estrutura que exprime os valores que lhe são implícitos. Há, então, uma retroalimentação: práticas com valores religiosos atraem para a profissão aqueles mais afinados com o ideário religioso. Estes, por sua vez, imputam a elementos da prática assistencial uma conotação religiosa. O conjunto e a resultante desses elementos agregados fornece à assistência social, uma identidade religiosa que permanece atraindo aqueles mais afinados com a religião. Ao que foi identificado através dos dados apresentados neste estudo, é este o mecanismo que tem operado na afirmação da imagem profissional.

Os dados de pesquisas com alunos mostram (Simões, 2000), inclusive, que o serviço social continua sendo capaz de atrair um contingente de alunos com características de participação e de auto-identificação com o ideário religioso superior ao da média de outras carreiras. Esta não foi uma característica percebida exclusivamente entre os que mais recentemente entraram na profissão, mas como um dado de continuidade que peculiariza a opção pela profissão.

A competência profissional do serviço social, neste sentido, refere-se à racionalização da “ajuda social”, ou seja, o desenvolvimento de técnicas, recursos e saberes que possibilitem o seu aprendizado. Podem parecer estranhas tais afirmações, uma vez que parece ser um contra-senso o “ensino da ajuda”. No entanto, como espaço de pessoalização, ou seja, ao instrumentalizar afetos e valores, a atividade assistencial permite, ao fim e ao cabo, que mesmo que o assistente social tenha tido pouco preparo para o exercício de uma ação técnica, ainda assim, ele termine por desempenhar sua atividade.

O quarto e último ponto refere-se à busca, por parte da literatura profissional, de reconhecer o campo dos valores e das crenças como próprio da ação assistencial. A literatura internacional iniciou um processo neste sentido. Como pode ser notado, no entanto, as fronteiras entre o “científico” e o “teológico”, em muitos casos, esteve muito pouco demarcada. Há de se avançar muito ainda para que sejam evitados, de um lado, o mito da neutralidade e, de outro, a afirmação exclusivista de uns valores sobre outros.

O debate sobre o reconhecimento cultural faz-se, então, absolutamente necessário para o encaminhamento desta questão. Para a prática assistencial, este debate não tem interesse apenas teórico, mas prático. Afinal, como proceder diante da diversidade cultural com que os trabalhadores sociais se deparam? Partir sempre do pressuposto que são os valores profissionais que precisam ser afirmados? Reconhecer a diferença partindo do entendimento do usuário, sem juízos de valor preconcebidos? Aceitar que uma ou outra alternativa podem ser viáveis e igualmente profissionais? Como foi visto, há urgência em se enfrentarem tais questões, quando se discute a intermediação dos valores na prática profissional.

Vale notar que, se aqui a religião foi o ponto central da argumentação, outros temas são carentes do mesmo tratamento que se reivindica para a religião. Dado que não é só a religião que agrega valor à prática profissional, torna-se necessário também que o debate seja ampliado, para a inclusão da origem social dos profissionais (classe média baixa), sua identidade racial/étnica (predominância de negros e pardos no Brasil), sua preponderância sexista (maioria de mulheres no Brasil, mas não em países como a Holanda) e a diversidade/pluralidade política inerente à formação profissional.

Todos estes temas podem ser trabalhados e aprofundados, com vistas à instrumentalização da prática profissional, a partir da discussão do reconhecimento cultural. Como lidar com a diferença, assegurando uma identidade profissional e parâmetros profissionais de atuação?

Ao negligenciar, nos estudos teóricos, a presença dos valores religiosos na prática assistencial como um dado objetivo, tem-se como resultado que cada trabalhador, a seu modo, faça suas intermediações e expresse seus valores e preconceitos por não ter sido preparado para lidar com a questão. O caminho da profissionalização parece não apontar para a eliminação dos valores religiosos da assistência, mas para dar a eles um tratamento menos espontaneísta, encontrando os mecanismos para que não se tornem sinais de preconceito ou proselitismo.

A presença da religião nos serviços assistenciais pode, ou não, se tornar um problema. Tudo irá depender da forma como esta relação seja tratada. Uma ação reflexiva sobre a sua presença na prática assistencial, uma maior regulamentação da prática e o início de formas de treinamento para lidar com “questões religiosas” que surgem no universo assistencial favorecerão que as respostas a estas questões não ocorram “ao gosto do profissional”.

Dada a forma implícita que as relações entre religião e assistência são capazes de assumir, já que dependem, em grande parte, da fé do profissional e de sua capacidade de atribuir um sentido religioso ao seu proceder, parece ser mais proveitoso para os que são contra, assim como para aqueles que são a favor, torná-la explícita, tornando-a pública e objeto de uma reflexão conjunta da categoria profissional, seja no Brasil ou em qualquer outro país.

Reconhecer que a prática assistencial possibilita, largamente, a mediação religiosa, seja pelo fato de esta ter características personalizadas, seja pelo fato de tratar diretamente com uma população composta por usuários, que detém um entendimento religioso do mundo, seja ainda por envolver temas fronteiriços entre "teoria" e "teologia", parece ser um avanço nesta direção.

O entendimento de que a presença dos princípios e valores religiosos no serviço social fez e faz parte de seus elementos mais intrínsecos era o ponto central deste estudo. Dada a enorme ausência de estudos nesta área, o desafio agora parece ser o de ampliar o conjunto de dados e perspectivas de análise sobre este objeto, além de se buscar a construção de novas metodologias e técnicas de trabalho.

O que se quer defender é o argumento de que os vínculos existentes entre a religião e o serviço social se estabeleceram desde suas origens, não só no Brasil, mas no mundo, e que eles têm acompanhado o fazer profissional ao longo de todos os anos de sua existência. As modificações curriculares, a presença de teorias com supostos materialistas, como o marxismo e o positivismo, a presença de técnicas interventivas ou sua ausência não afetaram substantivamente os vínculos existentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BHADURI, Reba (1992) 'Self-Determination: lesson to be learnt from social work practice in India', *British Journal of Social Work*, 22, p. 187-191.
- BOWPITT, G. (2000) 'Working with Creative Creatures: towards a Christian paradigm for social work theory, with some practical implications', *British Journal of Social Work*, 30, p. 349-364.
- BRAUNS, Hans-Jochen e KRAMER, D. (1986) *Social Work Education in Europe: a comprehensive description of social work education in 21 European countries*. Mainz: Eigenverlag des Deutschen Vereins für Öffentliche und Private Fürsorge.
- CASTRO, Manuel M. (1987) *História do Serviço Social na América Latina*. 2ª. ed., São Paulo, Cortez, Celats.
- CLARK, J. (1994) 'Should Social Work Education address religious issues? No!', *Journal of Social Work Education*, 30 (1), p. 12-15.
- CORNETT, C. (1992) 'Toward a more comprehensive personology: integrating a spiritual perspective into social work practice', *Social Work*, 37 (2), p. 1-3.
- EJAZ, Frida K. (1991) 'Self-determination: lesson to be learned from social practice in India', *British Journal of Social Work*, 21, p. 127-143.
- FURMAN, L. (2000) *An Integration of Religion and Spirituality into social work practice: an emerging trend for the new century*. USA, Unpublished.
- FURMAN, L. D. e CANDA, E. R. (1999) *Spiritual Diversity in Social Work Practice: the heart of helping*. Nova York, Free Press.
- FURMAN, L., BENSON, P. W., GRIMWOOD, C. e CANDA, E. (2002) *Religion and Spirituality in Social Work Education and direct practice at the Millennium: a survey of UK Social Workers*. Unpublished.
- GIARCHI, G. G. e LANKSHEAR, G. (1998) 'The Eclipse of Social Work in Europe', *Social Work in Europe*, 5 (3), p. 25-36.
- IARSKAIA-SMIRNOVA, Elena e ROMANOV, Pavel. (2002) 'A Salary is not important here: the professionalization of social work in contemporary Russia', *Social Policy & Administration*, 36 (2), p. 35-48.
- KORNBECK, J. (1998) 'Researching Social Work Professionalism in the Context of European Integration', *Social Work in Europe*, 5 (3), p. 37-46.
- LOEWENBERG, Frank M. (1988) *Religion and social work practice in contemporary American society*. Columbia University Press.
- LORENZ, W. (1994) *Social Work in changing Europe*. Nova York, Routledge.
- MIDGLEY, J. (1981) *Professional Imperialism: social work in the third world*. Londres, Heinemann. [Studies in Social Policy and Welfare XVI]
- MIDGLEY, J. e SANZENBACH, P. (1989) 'Social Work, religion and the global challenge of fundamentalism', *International Social Work*, 32 (4), p. 273-287.
- SANZENBACH, P. (1989) 'Religion and social work: it's not simple', *Social Casework*, 70 (9), p. 571-575.
- SIMÕES, P. (2000) *Perfil dos Alunos de Serviço Social - 1999*. Rio de Janeiro, Faperj, ESS/UFRJ. Não publicado.
- SIMÕES, Pedro. (2002) *Serviço Social em Dados: X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Rio de Janeiro, ESS/UFRJ. Não publicado.
- SIPORIN, M. (1986) 'Contribution of Religious Values to social work and the law', *Social Thought*, 12, p. 40-41.
- SPENCER, S. (1957) 'Religion and Spiritual values in Social Work Practice', *Social Casework*, 38, p. 519-526.
- VASCONCELOS, Ana Maria de. (1999) *Tendências da Prática Profissional dos Assistentes Sociais na Atenção à Saúde no Município do Rio de Janeiro*. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro, ESS/UFRJ. Tese de Doutorado.

MULHER E ASSISTÊNCIA: AS AFINIDADES ELETIVAS*

Yara Maria Frizzera Santos **

"(...) há sempre coisa melhor a fazer com uma herança do que jogá-la no lixo."
Clifford Ceertz

RESUMO

Neste artigo, proponho-me a refletir sobre o impacto, sobre as subjetividades das(os) assistentes sociais, da co-existência, nas esferas do imaginário, das teorias e das práticas profissionais, de dois mapas de sociabilidade – a *sociabilidade primária* e a *sociabilidade secundária* –, ambos matrizes do desenho profissional. O primeiro, identificado com as relações pessoais, a gratuidade e o dom, configura-se como um *modelo cultural feminino*; o segundo alicerça-se na impessoalidade, na racionalidade e no interesse, atributos historicamente associados ao *masculino*. Embora coexistam, travam entre si uma relação de descontinuidade, compondo um cenário de paradoxos no ambiente da profissão. Minha hipótese é que o *modelo da ajuda* que nos deu origem permanece na nossa memória, simbologias, práticas e representações, ora em harmonia, ora em disputa com as formulações *modernas* de matriz liberal, tecnicista ou marxista. A par dos esforços de ruptura e modernização, a assistência social benevolente, prática feminina por excelência, sobrevive e permeia o serviço social contemporâneo, num silêncio ruidoso e incômodo, sobre o qual preferimos nos calar.

Palavras-chave: contemporaneidade; serviço social; gênero.

ABSTRACT

It is my goal in this paper to propose reflections about the impact and the subjectivity of the social assistants, concerning the coexistence of two different maps of sociability in the domains of their imagery, theories and professional practices they live. I am thinking about the *primary sociability and secondary sociability* – both of them blueprints of professional frame. The first of them – the gratuity, the bequest – identified with personal relations can be seen as a *feminine cultural model*. The other is embedded in rationality, impersonality and self-interest – features historically associated to *masculinity*. Even if in coexistence, the two different maps of sociability live a relation of discontinuity which creates hence a paradoxical setting in the professional panorama. My hypothesis is the following: *the giving and helping* pattern, very present in our origin, is still in our memory, imagery, practices and representations; once in harmony, once in disagreement with *modern* models characterized as monetarist, plenty of technicality or Marxist. Besides the efforts toward ruptures and modernization, the benevolent Social Services model, a *feminine* practice by excellence, survives and surrounds the modern Social Services through a very noisy and disturbing silence – about which we prefer to keep our mouths closed.

Key words: modern; social services; gender

* Este artigo é parte da pesquisa que deu suporte à minha tese de doutorado, defendida na UFRJ, com o título "Nós, as assistentes sociais – estudo antropológico das subjetividades e ambivalências da profissão".

** Professora Titular da Escola de Serviço Social da PUC-MG. Doutora em Serviço Social pela UFRJ.

INTRODUÇÃO

Ainda nos anos 60, quando estudante de Serviço Social, já (pres)sentia um certo sentimento de mal-estar para com a profissão que havia escolhido. Frequentemente perguntava-me se o serviço social me daria o que esperava da vida profissional: independência econômica, trabalho socialmente útil, reconhecimento social, desenvolvimento profissional e intelectual. Durante o período de estágio, em contato diário com assistentes sociais, os sentimentos de insegurança quanto às atribuições, aos objetivos, significados, *status* e autonomia da profissão tornaram-se mais agudos. Nas décadas que se seguiram, na dupla condição de assistente social e professora, registrei que o que estou chamando de mal-estar profissional aparece freqüente e espontaneamente nas conversas entre colegas e alunas, na forma de lamentos, brincadeiras e chistes, o que me levou a percebê-lo como um sentimento coletivo que permeia as subjetividades de muitas(os) colegas. Assim é que a experiência refletida de minha vida profissional permitiu-me formular questões que me serviram de referência para a investigação teórica e empírica e para a análise das informações coletadas.

Neste artigo, proponho-me a fazer um recorte das questões, dados e análises que compõem o relatório final da pesquisa, enfocando o impacto sobre as subjetividades das(os) assistentes sociais da co-existência, nas esferas do imaginário, das teorias e das práticas, de dois mapas de sociabilidade – a *sociabilidade primária* e a *sociabilidade secundária* –, ambos matrizes do desenho profissional: o primeiro, identificado com as relações pessoais, a gratuidade e o dom, configura-se como um *modelo cultural feminino*; o segundo alicerça-se na impessoalidade, na racionalidade e no interesse, atributos historicamente associados ao *masculino*. Minha hipótese é que o *modelo da ajuda* que nos deu origem permanece na nossa memória, simbologias, práticas e representações, ora em harmonia, ora em disputa com as formulações *modernas* de matriz liberal, tecnicista ou marxista. A par dos esforços de ruptura e modernização, a assistência social benevolente, prática feminina por excelência, sobrevive e permeia o serviço social contemporâneo, num silêncio ruidoso e incômodo, sobre o qual preferimos nos calar.

1. SERIA A ASSISTÊNCIA UMA QUESTÃO DE GÊNERO?

O conceito de *gênero*, tal como elaborado nos estudos acadêmicos tributários dos movimentos feministas dos anos 70, ancora-se na radical construção cultural da diferenciação e classificação do masculino/feminino. Seu ponto de apoio é a cultura, marcando uma oposição às hipóteses explicativas dessa diferenciação/hierarquização dos sexos pela via do determinismo biológico, *naturais e perenes*. J. Scott (1995: 85), a partir de um núcleo genérico em torno da idéia de que o termo *gênero* designa um *elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos*, acrescenta-lhe um elemento político, definindo-o como uma *forma primária de dar significação às relações de poder*.

Mais de 90% dos profissionais de serviço social são mulheres, assim como são mulheres, em sua maioria, os usuários dos programas assistenciais e também o são as(os) agentes operadoras(es) da assistência social não profissional, voluntária, no âmbito familiar ou externo a ele. A par deste dado, os depoimentos por nós coletados mostram que, de tal maneira estamos habituados a lidar com conceitos como cidadania, exclusão, direito, assistência, como se fossem categorias universais e de aplicação idêntica para homens e mulheres, que nos esquecemos de pensar o quanto estamos submetidos às interferências da construção social de gênero no âmbito da profissão. Pouco tematizamos a *natureza feminina* das necessidades e demandas assistenciais que nos chegam, assim como não nos detemos para pensar sobre as expectativas que recaem *naturalmente* sobre as mulheres nas prestações assistenciais de pessoas dependentes tanto no âmbito das relações próximas como das mediadas pelos programas sociais.

Relacionada com os processos de *construção social da identidade feminina* mantém-se a ideologia da separação da produção nas esferas material e econômica, e a reprodução nas esferas simbólica e não material. Nesta polarização, o trabalho da mulher institui-se como não produtivo, desqualificado e não remunerado. Incluem-se aí os cuidados com as crianças, os enfermos e idosos, um trabalho *invisível e indisível*. Saraceno (1995) chama atenção para a disponibilidade da mulher para o trabalho gratuito de assistência, na sua visão um dos três pilares dos sistemas de *welfare*, ao lado do acesso ao mercado de trabalho e do acesso à Previdência Social. Com

maior ênfase num elemento ou noutro, na dependência do grau de desenvolvimento, das opções políticas e das conquistas sociais de cada sociedade, persiste, ainda que de forma residual, o trabalho assistencial gratuito realizado pela mulher dentro das fronteiras de casa.

Nos últimos anos, ganha densidade teórica e força política a tendência de crítica em relação aos sistemas institucionais de assistência social pública, denunciando-os como instâncias geradoras de dependência e outras tantas perversidades para seus usuários e assistidos. À consciência da importância de se humanizar a assistência soma-se a preocupação dos planejadores das políticas públicas com os altos custos financeiros do atendimento requerido pelo crescimento da população dependente em razão de fatores como o envelhecimento populacional, a degradação das pensões e aposentadorias, o aumento do contingente de pessoas com alto grau de vulnerabilidade social, como crianças sem lar, desempregados de longa duração, mulheres e crianças vítimas de violência, jovens dependentes químicos etc. O passo seguinte à crítica ao atendimento institucional é o apelo à solidariedade e a restituição dos serviços às famílias, que são chamadas a participar ativamente na execução de tarefas assistenciais no espaço doméstico. Entretanto, no nosso país, são raras (ou ausentes) as propostas que levam em conta os ônus de tais repasses para as famílias concernidas. A rigor, os ônus recaem sobre a mulher, dado que, embora o discurso nomeie a *família*, na maior parte das vezes as ações assistenciais são efetiva e cotidianamente confiadas às mulheres, e, como *coisas de mulher*, invisíveis e depreciadas no seu valor social e econômico.

Assim é que a retração do papel do Estado na provisão do bem-estar social atinge duplamente a mulher que, além de suportar as restrições comuns aos homens, ainda é convocada a prestar serviços gratuitos assistenciais. As conseqüências de tais serviços para suas vidas são desconhecidas, já que não entram na pauta das reflexões teóricas, das proposições políticas, nem dos indicadores estatísticos ou das preocupações da sociedade. Não se tem como avaliar os danos pessoais de uma mulher que abandona seus estudos por falta de dinheiro e tempo, que abdica de se lançar no mundo do trabalho durante anos a fio para se dedicar aos cuidados de um (ou vários) membro dependente de sua família. Como são pensados seus direitos sociais e suas possibilidades de ingresso na cidadania política? De que cidadania está-se falando? Possivelmente de uma *cidadania incompleta*, como define Saraceno:

“(...) essa disponibilidade de fornecer assistência não parece sequer constituir o modelo em que se inspiram os teóricos contemporâneos, de uma cidadania que incorpore também deveres de solidariedade ativa, não mediada exclusivamente pelo pagamento de taxas” (Saraceno, 1995: 227).

Se o trabalho voluntário, a participação em trabalhos de utilidade social e outras formas de engajamento solidário são valorizados e reconhecidos, o mesmo não acontece com relação às atividades assistenciais desenvolvidas pelas mulheres dentro da família, junto a parentes ou vizinhos. Estas não são tematizadas nem como modelos, nem como passíveis de algum tipo de redistribuição; são atribuições que só se tornam visíveis na medida de sua ausência: *na falta de assistência, nas necessidades insatisfeitas*:

“A temida indisponibilidade das mulheres para efetuar o trabalho de assistência parece de fato surgir como uma nova questão social, seja sob a forma de insuficiente disponibilidade para a reprodução, seja sob a forma de pedidos de serviços de assistência: para crianças e também idosos dependentes. Cidadãs incompletas, do ponto de vista dos direitos sociais e da própria possibilidade de acesso e ação na cidadania política, as mulheres correm o risco de aparecer também como cidadãs inadequadas e más, quando, por motivos objetivos e subjetivos, não têm condições de cobrir as necessidades que lhes são confiadas, não porque são cidadãs, mas porque são mulheres dentro da família e da comunidade” (Saraceno, 1995: 227).

A análise de Saraceno, voltada para o âmbito da vida privada, nos ajuda a entender as contradições impressas no trabalho assistencial profissional, campo de co-existência de dois mapas conceituais e práticos distintos, comportando, cada um deles, um conjunto de experiências, simbologias, exigências e expectativas. Um primeiro mapa localiza o serviço social em continuidade às chamadas *artes antigas*, associadas às multisseculares práticas de cuidado caritativas e benevolentes no âmbito das relações de proximidade. O registro desse serviço social é a *sociabilidade primária*, definida por Caillé como a *esfera da existência social na qual as relações entre as pessoas têm mais importância do que as relações entre as funções* (1996: 233). Predominante nos domínios das solidariedades intergeracionais e familiares, das relações de vizinhança, de amizade e de

camaradagem, a *sociabilidade primária* identifica-se com a ação desinteressada, gratuita, desdobrando-se em relacionamentos pessoais, procedimentos e condutas de oferta e doação de bens e serviços, sem a certeza de retribuição. O outro campo caracteriza-se pela prevalência da *sociabilidade secundária*, definida pelo mesmo autor como o *locus de articulação do conjunto das práticas que tendem a submeter o sujeito individual ou as coletividades primárias a um código universalista e afetivamente neutro ao código societal* (Caillé, 1996: 235). Trata-se do serviço social institucionalizado, cuja identidade ancora-se nos princípios gerais do profissionalismo, em consonância com o modelo da impessoalidade própria da racionalidade moderna, marcando uma ruptura com os seus mitos fundadores: a caridade, a piedade e a benevolência.

A sociabilidade primária faz parte de uma família de sentidos que nos remetem ao passado do qual nos queremos dissociar; a sociabilidade secundária, por outro lado, nos é mais cara, e conta com a concordância de liberais, marxistas e estruturalistas. Freud, Marx, Lévi-Strauss, Bourdieu e tantos outros nos fizeram perder a inocência e ver que, por trás dos aparentes atos de doação, de generosidade e de altruísmo, escondem-se interesses egoístas, quer sejam materiais, simbólicos, sexuais ou de dominação. No moderno mundo desencantado, o homem é *realista e sabe o que se oculta por trás do dom* (Godbout, 1992), e nós, assistentes sociais, quase que por razões de ofício, suspeitamos do ato desinteressado supostamente inscrito na filantropia, na caridade, na benevolência. Construimos nossa profissão a partir do desvelamento das representações e dos valores associados ao ato desinteressado e aprendemos que essas noções (e ações) são também dispositivos de controle social, de reprodução das relações de exploração, de amortecimento dos conflitos sociais, de domesticação das condutas marginais e desviantes. E é a crítica radical ao serviço social como instância de controle – cultural, social e político – que funda nossa identidade profissional moderna. No entanto, no imaginário do serviço social – interno e externo ao grupo profissional – permanece o acoplamento *mulher-assistência social*, fonte de disputas, ambigüidades e tensões nas subjetividades das(os) assistentes sociais, o que ficou evidente nos depoimentos de colegas e alunas.

Na reunião com as alunas, provocamos a discussão sobre o tema a partir da pergunta: *Por que vocês acham que há uma maioria tão expressiva de mulheres na profissão?* A reação é imediata e acalorada; todas têm muito o

que falar. Algumas falam da *vocação feminina*; outras ressaltam as *vantagens* de tal aproximação para a profissão e outras ainda tentam apenas entendê-la ou relativizá-la. Para fortalecer seu argumento, uma aluna remete o serviço social ao recanto mais interior do corpo humano:

“É quase que visceral; (...) a mulher é menos seca do que o homem; talvez tenha mais trato para mexer com as coisas do social. Não quero dizer que os homens não tenham, mas eu acho que em média as mulheres têm mais, o que não significa que devem mexer só com isto.”

Outra aluna avança ainda mais na defesa de uma difusa *tendência feminina*:

“Vejo o serviço social mais voltado para o humano, a pessoa, o sentimento. O homem acaba assumindo o papel de provedor da família, tem de ganhar mais, buscar status. A mulher não está preocupada com valores econômicos e materiais. É aquela velha tendência do homem ser muito mais da parte da razão; (...) eles têm mesmo dificuldades de se relacionar com o humano.” Mas completa com uma concessão: *“(...) o homem pode fazer serviço social.”*

Vários registros coletados na mesma reunião apontam para uma direção similar: a percepção das *vantagens e da positividade* inerentes nas afinidades entre serviço social e mulher:

“A mulher tem um interesse voltado para questões sociais, uma preocupação com os problemas sociais, do outro. Ela se preocupa menos com questões econômicas.”

“Eu acho que há uma diferença entre os sexos no que diz respeito a desempenhar bem a profissão. Talvez a diferença fosse só neste curso; nos outros eu acho que não existe.”

Transpostas para o paradigma da *construção social dos gêneros*, tais formulações são facetas da *teoria dos dois mundos*: o homem se ocupa do mundo externo, racional, abstrato, regido por leis universais, duro e competitivo, e a mulher cuida das *coisas do coração*, do particular, das pessoas, do que não envolve dinheiro, poder ou prestígio. Nesta perspectiva, as formações representacionais que expressam e modelam a profissão nos reservariam a custódia das emoções, em contraposição à razão, seguindo a mesma lógica cultural de atribuição de lugares sociais diferenciados na separação entre a vida doméstica e o mundo do trabalho. Mesmo profissionalizado, o serviço social continuaria habitando um espaço híbrido entre a *casa e a rua*, o *feminino e o masculino*, a *sociabilidade primária e a secundária*.

2. A MULHER E O SERVIÇO SOCIAL: AS AFINIDADES ELETIVAS

O destino transformado em vocação. Assim pode ser sintetizado o resultado da pesquisa de Bourdieu e Passeron realizada junto a estudantes universitários franceses. Concluem os autores que, entre as alunas de Letras, as manifestações de aptidões para o manejo de línguas em maior medida do que os rapazes são o reflexo dos *mecanismos objetivos* que as orientaram preferencialmente para as faculdades de Letras e, no interior delas, para determinadas especialidades (como línguas vivas e História da Arte). Acrescentam que se trata de um fenômeno cuja eficácia deve-se, pelo menos em parte, à interiorização da *"definição social das qualidades femininas (...) que impõem a definição dos campos próprios dos estudos femininos"*:

"(...) para que o destino, que é produto objetivo das relações sociais que definem a condição feminina em um momento dado do tempo, se transforme em vocação, é necessário e suficiente que as meninas (e todo o entorno, a começar pela família) se guiem inconscientemente pelo prejulgamento (...) de que existe uma afinidade eletiva entre as qualidades chamadas femininas e as qualidades literárias tais como a sensibilidade para os matizes imponderáveis do sentimento e o gosto pelos virtuosismos imprecisos do estilo. Desta forma, as eleições em aparência mais deliberadas ou mais inspiradas têm em conta (ainda que indiretamente) o sistema de possibilidades objetivas que condena as mulheres a profissões que reclamam uma disposição feminina (por exemplo, os ofícios sociais)" (Bourdieu & Passeron, 1991: 81-82).

Elza, formanda do curso de Serviço Social, socializada num ambiente familiar no qual os *atributos femininos* são fortemente marcados, assim como o era a expectativa sobre o futuro das filhas – a *doação e a docência* –, julga candidamente que a *sensibilidade maior da mulher* poderia ter influenciado a definição de sua vontade:

"Quando era pequena, meus pais diziam que as meninas tinham de ser professoras. Eu acho que isto influenciou, sim. Ainda mais que fomos criadas para a doação. (...) Acho que temos (as mulheres) uma sensibilidade maior e isto favorece a escolha feminina."

Fátima, também aluna do último período, embora tente, não consegue esconder a força do ambiente *generificado* dentro do qual se deu sua opção.

Começa por falar dos diferentes investimentos familiares nos filhos e nas filhas: *"Meu pai era daquela época em que as mulheres não tinham que estudar, e os homens tinham de trabalhar"*. Mas quando lembra de sua escolha por um curso superior, nega qualquer influência ligada ao fato de ser mulher:

"Escolhi o Serviço Social porque gosto. Fui criada numa casa muito aberta para as pessoas. Minha mãe nos ensinou a estar disponível para as pessoas, ajudar. Eu sempre tive vontade de fazer veterinária(...) Não, o fato de ser mulher em nada influenciou minha escolha. Passei muito tempo sem estudar. Muitas coisas ajudaram. Cada pessoa tem um motivo diferente. Ou porque é mais fácil de passar no vestibular... ou porque gosta... eu gosto."

Em outros tempos, nos anos 60, quando Carla prestou seu vestibular, a imposição familiar pôde se dar sem disfarces: declara que *optou pelo curso que a família decidiu*, pois havia a certeza de que nem tudo é *próprio* ou *fica bem* para uma mulher, a certeza de que existem profissões *para mulheres* e profissões *para homens* que se diferenciam também pelo prestígio social:

"Eu não queria fazer Serviço Social; nunca havia pensado nisso. Entrei para a Escola despreparada, sem saber o que estava fazendo."

Portador de ambigüidades e tensões, o acoplamento *mulher-serviço social* comporta múltiplas faces e interpretações. Alguns depoimentos ressaltam sua *positividade*, na medida em que é entendido como suporte de demarcação da especificidade da profissão. Signo de identificação do campo profissional, o *feminino* funcionaria como base das representações e da legitimidade do assistente social, enquanto que sua diluição num espaço não *generificado* poderia colocar em risco a própria identidade do profissional.

Perguntamos ainda a nossas entrevistadas suas opiniões sobre quais seriam as *capacidades* e as *qualidades* de um bom profissional: *escuta, paciência, respeito, abertura de espírito, criação de afinidades com o outro*. Enfatizam a *capacidade de enfrentar frustrações e o sentido humanitário*. Uma aluna acrescenta que o *brilantismo intelectual não ajuda a ser um bom assistente social*, e o pensamento é completado por uma colega: *"o serviço social é mais delicado para a mulher; para o homem é mais difícil; a mulher é mais sensível."*

Entre as assistentes sociais formadas há mais de duas décadas, vamos encontrar Carla, que escolhe cautelosamente as palavras quando lhe dirigimos a mesma questão. O teor de sua resposta, no entanto, permanece similar ao das jovens futuras profissionais: *"Tenho medo de dar uma resposta preconceituosa, mas eu acho que a mulher tem mais sensibilidade para lidar com a questão da carência."*

Estamos diante de um conjunto de idéias que, ainda presente nos dias de hoje, nos remete aos tempos em que todas nós éramos mulheres, porque “a vocação maternal nos faz calmas, doces, compreensivas e protetoras”, como nos diz Isabel, reproduzindo o argumento do pai para que se tornasse assistente social.

O entendimento da dimensão *vocacional feminina* na profissão, tomado no contexto da história da profissão no Canadá, é o tema do artigo de L. Groulx: “Histoire du Service Social au Québec: de la vocation féminine à l’approche féministe”. A análise distingue os momentos de maior ou menor *profissionalização*, cada um deles correspondendo a uma maior ou menor *valorização social* do serviço social. O autor conclui que a *feminilização* do serviço social, entendida como o crescimento do número de mulheres e da influência da *ideologia vocacional feminina*, é mais forte nos períodos em que as atividades profissionais são mais *fragilmente reconhecidas*, registrando-se um aumento de *desprofissionalização* e uma maior aproximação com movimentos conservadores inspirados no ideário do catolicismo social. Esse processo se adensa na mesma medida em que se ampliam as bases sociais de recrutamento das estudantes, levando o autor à hipótese de que o *vocacional feminino* funcionaria como um *capital de legitimidade necessário ao exercício da profissão*.

O estudo, mesmo realizado num contexto geográfico e social distante do nosso, mostra um importante aspecto na cultura do serviço social: a valorização da *vocação feminina*, descrita como a capacidade de *compreensão e a inteligência afetiva em relação ao outro*, numa conjugação de *tato, sensibilidade e amor*. Sem a pretensão de generalização, nossa pesquisa evidenciou que a crença de que a *vocação social é natural* da mulher, portadora das virtudes de *acolhimento, de generosidade, de sacrifício, de devotamento, de sociabilidade calorosa e compreensão afetiva* (Groulx, 1995: 81-82), ainda esta arraigada entre profissionais e jovens estudantes.

Voltamos assim à reafirmação, no âmbito do universo pesquisado, da *teoria dos dois mundos*: o homem se ocupa do mundo externo, racional, abstrato, regido por leis universais, duro e competitivo, e a mulher cuida das coisas do coração, do particular, das pessoas, daquilo que não envolve dinheiro, poder ou prestígio. As formações representacionais que expressam e modelam a profissão funcionam como que avalistas das emoções, em contraposição à razão, seguindo a mesma lógica cultural das assimetrias e da separação entre a vida doméstica e o mundo do trabalho.

Bondade, afeto espontâneo e o que Stuart Mill chamava de cultura dos sentimentos (Lasch, 1999: 114) sustentam-se na aceitação acrítica do pressuposto de que a divisão sexual do trabalho estaria em consonância com *as diferenças naturais dos traços femininos e masculinos*, e assim fica justificada a associação *mulher-assistência-subordinação-desprestígio-baixos salários*, numa cadeia que pode ser traduzida como *mulher-abnegação-desinteresse-desprofissionalização*. Estamos diante de um típico acordo entre gêneros, entre dominantes e dominados, que, ao se reproduzir no interior do grupo profissional, dispensa o emprego de qualquer forma de violência que não a simbólica. A ideologia encarrega-se de tudo.

Amarrada a uma estrutura fixa, a dicotomia *feminilidade-submissão versus masculinidade-dominação* permanece engessada pelos discursos culturais dominantes das narrativas fundadoras; a oposição torna-se *natural*, tendendo a reproduzir-se e a retextualizar-se.

“O roteiro é mais ou menos o seguinte: os homens se preocupam com dinheiro, carreira, idéias e progresso; mostram que se preocupam com o trabalho que realizam, os valores que têm e o sustento de suas famílias. As mulheres cuidam de suas famílias, vizinhos e amigos; e o fazem ao realizar o trabalho direto de cuidar. O percurso prossegue assim: os homens se preocupam com coisas mais importantes enquanto as mulheres se preocupam com aquelas de menor importância” (Tronto, 1997: 186).

Dessa maneira, não é surpreendente que o caráter *genericado* da profissão, como algo que *está lá desde sempre* (Lauretis, 1994: 207), não faça parte das preocupações de nossas entrevistadas, que não deram mostras nem de indagação, nem de indignação acerca dos processos culturais subjacentes à definição do lugar social do serviço social no mapa social do trabalho. Quando por nós problematizadas, as marcas *femininas* inscritas no serviço social foram atribuídas ao *preconceito dos homens*, ao *desconhecimento da sociedade*, à *criação da família* ou, particularmente entre as assistentes sociais já formadas, à *história da profissão, que tem sua origem nas mulheres boazinhas e caridosas*. Tudo se passa como se a presença maciça de mulheres fosse um dado *natural* e que de *per se* acarretasse a associação da profissão com práticas, valores e sentidos *femininos* e subalternos. A *esperança* é que a entrada de homens no curso possa vir a sanar os *déficits* de reconhecimento, salário e prestígio; ou, vice-versa, que os homens venham a se interessar pela

profissão na medida em que ela fosse subindo na escala do prestígio social. Por aí passou a fala de Lourdes, aluna do último período do curso:

“Os homens têm uma visão errada do serviço social, acham que é fazer caridade e, em função disto, é coisa de mulher. Mas eu acho que está mudando. Claro que é uma mudança lenta, mas na medida em que o curso vai se valorizando, vai conquistando espaço, o homem vai perceber que tem lugar para ele também. Acho que com a entrada de homens a diferença tende a diminuir.”

Uma aluna reforça a distinção social dos espaços masculino e feminino atribuindo a cada um o que lhe é próprio: *“Penso que se o curso fosse mais voltado para as questões dos direitos, os homens entrariam mais.”*

Se apenas esparsamente nos perguntamos pelos significados de pertencermos a uma profissão *feminina*, menos ainda nos inquietam os motivos pelos quais não aderimos aos debates e lutas dos movimentos feministas, num claro contraste com o engajamento das(os) assistentes sociais em movimentos sociais e políticos de luta por outras bandeiras igualitárias. Depois de mais de quatro décadas de intensos debates e militâncias feministas, só recentemente nós, membros de um agrupamento profissional feminino, despertamos nossa atenção para as denúncias contra a *opressão masculina* e as reivindicações de *igualdade de direitos* que marcaram o tempo de gestação e maturação do movimento de mulheres.

A dissertação de mestrado de Sonia Heckert, intitulada *Identidade e mulher no Serviço Social*, constitui um importante contributo para a reflexão sobre as interconexões entre gênero e profissão. No final dos anos 80, Heckert registra a fragilidade do debate no seio da profissão:

“(...) pronunciamentos dos eventos da categoria podem comprovar o que se afirma, ou uma consulta à literatura especializada, uma observação sistemática, seja, que a presença da mulher sempre foi maciçamente dominante na profissão, mas que as iniciativas de debate ou abordagem da questão são muito incipientes” (Heckert, 1989: 160).

Dez anos depois do trabalho de Heckert, Veloso retoma o tema em sua dissertação de mestrado – *Gênero e Serviço Social: um balanço crítico bibliográfico* – e aponta mudanças no interesse da categoria sobre o assunto; ressalta, no entanto, que nos estudos realizados ainda existem *problemas a serem debatidos e lacunas a serem preenchidas*. O autor vai se reportar ao processo de

institucionalização do serviço social como fator de compreensão da predominância de mulheres nas ações sociais de ontem e de hoje. Em seus primórdios, o serviço social é constituído por jovens formadas em estabelecimentos religiosos, que desta forma cumprem as expectativas correntes de realizar sua *vocação natural para as tarefas educativas e caridosas*. O objetivo de interferir na vida do proletariado para provocar seu afastamento de *influências subversivas* seria garantido pelo fato de as mulheres serem – pelo menos, é o que se acreditava (ou se acredita?) – portadoras dos valores morais da sociedade.

O registro vale tanto para o serviço social europeu como para o brasileiro. No primeiro caso, Verdès-Leroux registra o objetivo de afastar a ameaça socialista como *tarefa* de mulher, quer se trate de esposas de aristocratas, quer de delegadas junto ao povo, em busca de uma alternativa para a vida familiar das populações pobres marcadas por *comportamentos socialmente indesejados*. A submissão da mulher as conduziria a *reproduzirem naturalmente essa relação e a transmitirem valores éticos mais tradicionalistas*. O caso brasileiro não é diferente, e o serviço social aparece como um *affair* de mulheres de famílias abastadas reunidas a partir da militância no meio católico.

O que certamente não se contava era que, com toda essa carga tradicionalista, ainda assim a assistência pudesse servir de mote para a *saída* da mulher do espaço de casa, mesmo que em atividades de extensão das tarefas domésticas. M. Perrot, na *História das mulheres*, cita a filantropia como um dos poucos pretextos para a mulher *sair* de casa e descobrir a vida da rua na segunda metade do século XIX. Motivada pela exortação à *maternidade social* e à assistência aos pobres, a ação filantrópica transforma-se em oportunidade de conhecer e experimentar o ambiente extra-casa. Como um tiro no pé, a intenção conservadora é traída pela prática, e o contato com prostitutas, operárias, crianças famintas, famílias miseráveis, a proximidade com a exploração de trabalhadoras e a discriminação da mulher possibilitam a formação de uma consciência social, política e de gênero, que está nas origens de movimentos sociais tanto de mulheres como sindicais.

Uma segunda dimensão ainda ausente nas nossas agendas diz respeito à predominância de mulheres no público da assistência e a *pregnância* do gênero nas demandas que nos são dirigidas. Observa-se a *olho nu* que as mulheres constituem a maioria da população que recorre aos programas sociais e que, mais do que seus próprios problemas, trazem-nos problemas de seus familiares, particularmente das crianças e dos membros dependentes

e idosos: demandas por ajudas alimentares, habitação, creches, vagas hospitalares etc. São elas como que porta-vozes dos problemas e das dificuldades de outros e estão na linha de frente do enfrentamento da pobreza, do desemprego, da doença, da violência e de tantas mazelas que afligem e atingem os membros de sua família.

3. O SUCESSO NO SOCIAL

Um lado complementar da *vocação feminina* para determinadas profissões, entre elas o serviço social, é a hipótese da rejeição das mulheres pelo interesse calculista e pelo sucesso no espaço público. De fato, o amálgama da caridade cristã e do *feminino* são idéias basilares na nossa constituição original: a primeira recomenda que *a mão esquerda não saiba o que a direita faz* e a segunda apregoa a invisibilidade que, nas regras de uma boa educação, define o trabalho da mulher como “*trabalho de amor*” (pelo qual) *as mulheres não devem esperar qualquer retribuição; cuidar da cidade é tão gratuito como cuidar da casa*” (M. Perrot, 1991: 504).

O árduo processo de ruptura do serviço social com suas origens mal dissimula a permanência desse vínculo, que se desvela através de um sem-número de maneiras, entre elas a *síndrome do receio de sucesso*, expressão polêmica, mas já incorporada no vocabulário dos estudos de gênero. Princípio de explicação da suposta inibição das mulheres a se aventurarem em empreendimentos arrojados e promissores, o *receio do sucesso* tem como substrato a hipótese do *consenso ideológico* em torno da opressão e dominação, pelo qual se postula a *adesão e a cooperação voluntárias* das mulheres à sua condição. Diversas análises procuram dar conta dessa conformidade semiconscente das mulheres para com as ideologias, expectativas e funções que lhes são impostas socialmente: submissão em relação aos homens, passividade, desejo de maternidade e relutância em entrar em competição quando fora do ambiente doméstico comporiam o resultado de uma *socialização bem-sucedida*. Para Lasch, o fenômeno se torna compreensível a partir do fato de que

“(…) as mulheres se preocupam tanto com questões de egoísmo e abnegação porque historicamente tiveram poucas oportunidades de exercer uma atividade motivadora de caráter impessoal. Por não terem tido

oportunidade, é natural que muitas delas careçam da confiança necessária para se lançar em desafios árduos e arriscados cujo domínio é a melhor receita, talvez a única para o amor-próprio” (Lasch, 1999:144).

A realização financeira numa área específica e o reconhecimento no espaço público constituem os dois pilares do núcleo central das definições do que é o *sucesso*, um patamar que dificilmente as mulheres alcançam, ou então alcançam apenas às bordas e em pequeno número, malgrado as conquistas feministas e as mudanças culturais contemporâneas. As estatísticas estão aí para nos mostrar que raramente as mulheres são *bem-sucedidas* no espaço público do trabalho e da política: ganham menores salários pelas mesmas funções, ocupam postos de trabalho menos prestigiosos, são minoria nos órgãos de representação política, nos comandos dos partidos, das organizações públicas e das empresas, um registro que se dá paralelamente ao crescente nível de escolaridade entre as mulheres. Poder e controle nos planos econômico, político e ideológico estão no núcleo da grade de explicação das múltiplas e persistentes desigualdades que nos atingem. Por outro lado, se se levar em conta o tanto que o sistema *família-casa* nos absorve, exigindo-nos tempo e investimento de inteligência e afeto no desempenho de papéis e funções domésticos, na dedicação e nos cuidados com as crianças, junto aos doentes e idosos da família, fica claro por que permanece a crença de que é a casa que demarca as fronteiras dentro das quais a mulher pode e deve conquistar respeitabilidade social. O espaço privado é também o espaço de privação, e privação é privação de acesso aos recursos públicos, à influência nas decisões políticas, à participação, ao reconhecimento social e à aprovação pública. Estar restrita à esfera doméstica é o mesmo que estar “*privada de ver e ouvir os outros e privada de ser vista e ouvida por eles*” (Arendt, 1983: 67).

Tomando a hipótese do *receio do sucesso* como chave de acesso à compreensão do caráter *generificado* do ideário da profissão, instigui minhas entrevistadas alunas a falar sobre seus anseios e expectativas para o futuro profissional e pessoal. Elas estão no final do curso, com os olhos voltados para uma nova etapa da vida: o que esperam? Quais são suas aspirações? Que valores estão subjacentes a suas expectativas? As colegas profissionais foram provocadas a fazer um balanço de suas vidas, a avaliar seus sucessos, fracassos, esperanças não realizadas, conquistas e ganhos financeiros, intelectuais e de reconhecimento.

Entre as futuras assistentes sociais, a satisfação e a alegria de ter conseguido chegar ao termo da graduação coexistem com a preocupação com a perspectiva pouco animadora de poucos ganhos materiais. Seguras com relação à escolha que fizeram, mostram-se otimistas quanto ao sonho de realização pessoal que, esperam, a profissão lhes proporcionará, mas, ao mesmo tempo, demonstram inquietação quanto às possibilidades de ingresso no mercado de trabalho, aos salários e às dificuldades para a realização de uma carreira progressiva. Para muitas delas, o serviço social, profissão de nível universitário, lhes confere um lugar social diferenciado em relação às suas origens. Alcançado com grande esforço pessoal e familiar, o curso é motivo de orgulho e distinção na família, na vizinhança e entre os amigos; julgam-se, por isso, pessoas bem-sucedidas:

"Eu achava que eu não ia ser capaz de seguir o curso. Depois de 16 anos sem estudar, não esperava alcançar o grau de conhecimento que eu tenho agora. Não imaginava que meu crescimento seria tão grande."

"Meu pai está muito orgulhoso com minha formatura; ele que nem queria saber o que eu estudava. Sou a única filha a estudar no meio de meus irmãos homens."

Ainda assim, as estudantes estão muito preocupadas com seu futuro. Várias dentre elas já alcançaram uma relativa autonomia financeira como trabalhadoras no setor de serviços (comércio, hospitais) e não esperam nem alimentam grandes esperanças de que o serviço social possa vir a ser a ponte para maiores ganhos materiais e sociais. Poucas acreditam que através do serviço social poderão alcançar o *sucesso* nos termos correntes do dinheiro e do reconhecimento. Todas, no entanto, gostariam de *trabalhar na área*, desde que isso não implique a perda da condição econômica que já conquistaram. De resto, valorizam o *auto-respeito*, o *prazer no trabalho*, o *serviço à sociedade* e o *crescimento pessoal*, considerados elementos da *realização pessoal*. São estas as medidas de seu sucesso. Assim é que, quando lhes perguntamos ao que aspiram e em que condições poderão se considerar como *uma profissional de sucesso*, reagem como se a palavra não fizesse parte de seu léxico:

"Sucesso? Não sei... O crescimento na universidade é mais para a gente mesmo. É o meu sucesso. Para mim, pelo menos, foi um crescimento mais pessoal. Hoje eu vejo que não tenho como parar. Era como se estivesse dormindo e de repente acordei."

Assim é que a dinâmica das entrevistas fez emergir conteúdos ideológicos que compõem o universo simbólico de nossos futuros profissionais em relação ao *sucesso para uso próprio*: não nos falam das *formas de sucesso*

socialmente prescritas e normativamente fixadas; o seu sucesso não é visível na via pública onde se dá o reconhecimento social; tampouco se baliza em recompensas econômicas, em prestígio e poder: *sucesso é você acreditar em você mesma*, disse-nos uma aluna. Os depoimentos que se seguem expressam o pensamento do grupo, para o qual as palavras-chave são *gostar* e *serviço*:

"Sucesso? Deixe-me pensar. Serei uma pessoa de sucesso quando for respeitada por profissionais como eu, quando puder prestar serviço de maneira competente e segura. Vou me sentir realizada quando sentir que estou fazendo aquilo que gosto."

"Para mim, o sucesso é você alcançar seus objetivos; nunca o total, mas é se sentir um profissional realizado, fazendo o que gosta, naquilo em que você se formou, e estar sempre buscando mais. O salário vem com o tempo."

"Se eu conseguir trabalhar como assistente social numa prefeitura – não numa empresa, que não é 'minha praia' – e puder desenvolver um projeto legal, e perceber que minha presença está fazendo alguma diferença (...) eu acho que vou me considerar como uma pessoa de sucesso."

Avaliando a vida profissional, as assistentes sociais formadas nos anos 60 parecem ter construído um parâmetro *realista* quanto ao significado do sucesso no âmbito do serviço social; o dinheiro e o prestígio ocupam o seu *devido lugar*, o lugar do possível dentro das fronteiras de uma *profissão social*.

Irene entende o sucesso associado ao ganho financeiro e ao reconhecimento social; neste paradigma, não se considera uma profissional de sucesso:

"Criei minhas filhas, trabalhei e me virei. Mas não posso falar em sucesso profissional. Gosto do que faço, mas dinheiro? (...) Na hierarquia das profissões, o Serviço Social fica sumido. Não é uma profissão que aparece. Fica no ponto mais baixo da escala. Depois de Medicina, Odonto, Direito, Computação, Jornalismo, Engenharia, (...) mesmo Letras e Psicologia. Um curso escondido."

Alda não acredita que sucesso rime com serviço social:

"Sempre fui pintor de roda-pé. Aprendi a medir o tamanho do passo pelo tamanho da perna. Meu sucesso foi do tamanho do serviço social. Mas acho que nunca aspirei a mais do que isso. (...) Numa sociedade mais evoluída e sensata, acho que o serviço social teria uma posição melhor, estaríamos ao lado dos engenheiros, dos médicos, dos dentistas. Mas não é isso."

Sucesso no feminino ou o que pensam as mulheres sobre o próprio sucesso. Esta questão norteou um estudo empírico que tomou como universo de pesquisa um grupo de engenheiras húngaras *bem-sucedidas*. A autora

do estudo partiu da *acepção moderna de sucesso* como um processo de “uniformização (...) lançado na esfera econômica, concedendo proeminência e destaque para a esfera pública social” (Markus, 1987: 114). A superposição dos pares dicotômicos masculino-feminino e público-privado, fundamento da diferenciação hierarquizada entre homens e mulheres – o *sistema de sexo-gênero* –, deu suporte à sua busca da compreensão do significado do *sucesso* entre as mulheres. Inicialmente a investigação centrou-se num grupo de engenheiras húngaras que, pela opção profissional não tradicionalmente feminina, estariam, por hipótese, *orientadas para a carreira* no trabalho, por definição localizada na esfera pública; essas mulheres estariam (por hipótese) expostas e atraídas pelo sucesso. No entanto, as indicações empíricas apontaram para um outro sentido: a autora detectou um relativo desinteresse pelo *sucesso público*, o que foi também constatado quando ampliou seu estudo para um conjunto feminino mais heterogêneo, abrangendo mulheres de formação e profissão diversificadas:

“(...) mesmo quando integravam a esfera pública da economia como, em princípio, iguais aos trabalhadores masculinos, para a maioria delas o sucesso permanecia definido não por critérios externos, de carreira cumprida, mas em termos de experiência pessoal interpretada como satisfação” (Markus, 1987: 112).

Tal reflexão, no entanto, não pode deixar de considerar a crescente complexificação das dicotomias tradicionais entre os universos simbólicos feminino e masculino. Há muito que a ideologia que constrói e sustenta a separação dos gêneros apresenta duas faces dolorosamente contraditórias: a convivência de expectativas de comportamentos adequados e tradicionalmente femininos – a maternagem, o cuidado da casa, do marido, a submissão e a não-competitividade com os homens – com as expectativas de emancipação econômica, crescimento pessoal, reconhecimento e/ou as necessidades imperiosas de um trabalho remunerado para dar conta de sua própria sobrevivência, da sobrevivência dos filhos e de toda a família. A invisibilidade do espaço privado e o sucesso na esfera pública constituem os dois pólos de uma tensão que foi expressa por uma colega de trabalho, referindo-se à difícil conciliação do trabalho profissional com a maternidade: “Fazer sucesso e parar nove meses a cada dois anos são coisas incompatíveis.”

Às exigências contraditórias de feminilidade e de sucesso, as respostas das mulheres mostram uma enorme capacidade de amalgamar *acomodação* e *resistência*; vivenciamos ao mesmo tempo a aceitação e a rejeição à ideologia que nos cobra e nos impõe limites e interdições à participação efetiva no espaço público. Descrita originalmente a partir da reação cotidiana dos escravos americanos negros, a dialética *acomodação na resistência e resistência na acomodação* foi amplamente utilizada na análise de respostas de *mulheres e meninas às ideologias dos papéis sexuais*. Trata-se de um mecanismo pelo qual os escravos, as mulheres, assim como todos os grupos humanos expostos à situação de opressão e contradição não se comportam de modo a submeter-se totalmente, nem a opor-se abertamente ao sistema através de revoltas: *nem a total passividade diante da ideologia da submissão, nem a rejeição e revolta*. Essa dialética pode ser detectada na dinâmica ambígua da mulher diante das demandas da casa e dos apelos da rua, ou dos apelos da casa e das demandas da rua.

Assim é que a tensão *casa-rua* para a mulher urbana contemporânea manifesta-se na impossibilidade de se manter restrita à casa, movida pela necessidade e pelo desejo de ganhos econômicos e de reconhecimento social, de um lado, e, de outro, pela impossibilidade de uma completa imersão no espaço da rua, onde não lhe são abertas as portas para uma efetiva participação na dinâmica competitiva, nem lhe são disponibilizados equipamentos sociais e suportes culturais que atendam às necessidades da vida doméstica e da maternagem. Instala-se um conflito cuja resolução muitas vezes se dá pela incursão num campo profissional *feminino*, pouco competitivo e impregnado dos mesmos quesitos e valores da *feminilidade*. As *ditas* profissões femininas seriam uma das formas de resposta ao equacionamento do dilema *casa-rua*, representando uma extensão, na praça pública, das práticas, dos valores e experiências da vida doméstica.

O serviço social, nesse contexto, representa, para muitas de nós, mulheres, a possibilidade de resolução de um conflito entre os papéis tradicionais a nós atribuídos e a busca/necessidade de realização profissional. A profissão torna-se um terreno propício ao desenvolvimento de um estilo de vida ao mesmo tempo passivo e ativo, de acomodação e resistência, de aceitação e negação. O depoimento de uma aluna ilustra-o bem: “Eu acho que o ideal para a feminilidade da mulher é ser assistente social, não é? Mas eu acho que hoje a mulher também pensa em ganhar dinheiro.”

Também a vida cotidiana das alunas expressa essa (im)possível

conciliação: entre estágio e emprego, a jornada de trabalho do grupo varia de 40 a 50 horas semanais; além desse encargo diário, das 14 entrevistadas, 11 dedicam-se a tarefas domésticas, entendendo-se por isso não apenas cuidados com a casa, mas também compras, cuidados com crianças (quatro delas são mães) e com os pais. Mulheres mães, trabalhadoras, portadoras de diploma de nível superior lutam por um lugar ao sol, mesmo que este não seja tão claro e luminoso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Trata-se de dar voz ao silêncio, de dar vida à História.”

José de Souza Martins

A presença feminina no serviço social – marcador das simbologias, representações e práticas passadas e atuais – associa o serviço social com o cuidado pessoal, espontâneo e gratuito, ancorando-o no espaço onde domina a *cultura dos sentimentos*, como chama J. S. Mill. Trata-se de um caráter *generificado* que, de forma *quase invisível*, não apenas habita o espaço externo que nos circunda, mas que compõe e participa da constituição de nosso ambiente interno e de nossa identidade: o gênero passa como algo que *está lá desde sempre* (Lauretis, 1994).

Pouco problematizada, lidamos *naturalmente* com a vinculação da profissão com práticas e sentidos *femininos* e subalternos, como se, na divisão social dos sentimentos, coubesse a nós, mulheres assistentes sociais, sermos portadoras da piedade, da solidariedade e do altruísmo. Aceitamos a missão de contrabalançar o individualismo, o egoísmo e o utilitarismo dominantes, com a muda intenção de evitar seu deslizamento para sentimentos e atitudes raivosas para com a pobreza, considerada degradante, indigna e violenta.

A par do enorme esforço dos setores organizados da categoria, da academia às entidades que nos representam, de conquistar nosso assento no espaço público do conhecimento científico, universal e impessoal, continuamos a conviver com os registros *tradicionais* que deram origem à profissão: o caráter pessoal e benevolente da assistência. As ambigüidades e contradições que atravessam sentimentos e atitudes, mas também políticas e programas assistenciais – entre a *piedade* e a *força* (Geremek), a compaixão e a repulsa, a proteção e a punição, o controle e a emancipação, o assisten-

cialismo benemérito e a assistência como direito –, repercutem nas subjetividades das(os) assistentes sociais, misturando sofrimento e alegria, disposição para a luta e conformismo. A vida cotidiana de um(a) assistente social *comum* a(o) coloca frente a frente com contendas e negociações entre a assistência como controle e as intenções de conquista da autonomia; entre práticas emergenciais de resposta às urgências e a construção da cidadania plena; entre a ajuda focal e o direito universal.

Compreender as contradições, disputas e descontinuidades teóricas e práticas que atravessam nossa profissão é, a nosso ver, uma condição para a construção de uma identidade consistente, capaz de definir nosso lugar no mapa da divisão social do trabalho. É também a condição de superarmos o embaraço que freqüentemente sentimos ao sermos perguntadas(os): *O que é serviço social?* Uma experiência de *não-se-saber-dizer* que nos afeta e nos incomoda, porque nos fala da fluidez do nosso desenho profissional e dos paradoxos inscritos nas finalidades de nossas práticas. Trata-se, assim, de uma tarefa acadêmica e política e grande porte; de tomar o cotidiano da(o) assistente social como alvo de reflexão teórica, promovendo o encontro das interpretações fenomenológicas da vida cotidiana com as análises dialéticas, especialmente as que se voltam para o estudo da alienação (K. Kosik e outros), sem nos esquecermos de A. Heller, que nos fala das *necessidades radicais* que emergem na aparente banalidade da vida cotidiana. Entre nós, José de Souza Martins defende a de se fazer uma aliança de diferentes paradigmas analíticos, demonstrando que só ela nos possibilita chegar até os recantos mais escondidos da vida do homem comum.

O estudo sobre a dimensão *generificada* da profissão aponta para um horizonte de pesquisas empíricas e reflexões teóricas, de escuta atenta e solidária, com vistas a se chegar até o cotidiano pouco conhecido das(os) *assistentes sociais de campo*, reduto da reprodução e das rupturas, da continuidade e da descontinuidade, como na fala de J. S. Martins:

“É no fragmento de tempo do processo repetitivo produzido pelo desenvolvimento capitalista, o tempo da rotina, da repetição e do cotidiano, que essas contradições fazem saltar fora o momento da criação e de anúncio da História – o tempo do possível. E que, justamente por se manifestar na própria vida cotidiana, parece impossível. Esse anúncio revela ao homem comum, na vida cotidiana, que é na prática que se instalam as condições de transformação do impossível em possível” (2000: 63).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDE, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.
- ARENDE, H. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARRISCADO NUNES, J. "Com mal ou com bem, aos teus te atém: as solidariedades primárias e os limites da sociedade providência". In: _____. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 42, Coimbra, 1995.
- AUTÈS, M. *Les paradoxes du travail social*. Paris: Dunod, 1999.
- BAILLEAU, F. et al. *Lectures sociologiques du travail social*. Paris: Ouvrières, 1985.
- BAREL, Y. "O que está em jogo no trabalho social". In: _____. *Intervenção social*. Lisboa: ISSSL, 1985.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *La reproducción: elementos para una teoría del sistema de enseñanza*. Barcelona: Laia, 1981.
- CAILLE, A. "Ni holisme ni individualisme méthodologiques: Marcel Mauss et le paradigme du don: l'obligation de donner: la découverte sociologique capitale de Marcel Mauss". *La Revue de M.A.U.S.S.*, Paris, n. 8, p. 12-58, 2º semestre 1996.
- CASTEL, R. *La gestion des risques*. Paris: Minuit, 1992.
- DOSSE, F. *L'empire du sens: l'humanisation des sciences humaines*. Paris: La Découverte, 1997.
- DUBAR, C. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto, 1997.
- DUBAR, C.; TRIPIER, P. *Sociologie des professions*. Paris: Armand Colin, 1998.
- FREIDSON, E. *Renascimento do profissionalismo*. São Paulo: Edusp, 1998.
- GEREMEK, B. *A piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, 1986.
- GODBOUT, J. *O espírito da dádiva*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.
- GRASSI, S. *La mujer y la profesión de asistente social: el control de la vida cotidiana*. [s.l.] Buenos Aires: Hvmánitas, 1989.
- GROULX, L. "Histoire de service social ao Québec: de la vocation féminine à l'approche féministe: le service social ao Québec (1939-90)". In: MARTINS, A.; HENRIQUEZ, A. (Org.) *Serviço social no feminino*. Lisboa: Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, 1995. p. 79-107.
- HELLER, A. *La théorie des besoins chez Marx*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978.
- HECKERT, S. *Identidade e mulher no serviço social*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.
- ION, J. e TRICART, J. P., *Les Travailleurs sociaux*. Paris: La Découverte, 1998.
- JAMUR, M. *Imaginaire du changement et idéologie de la permanence: la formation des assistants sociaux au Brésil*. Tese (Doutorado) – École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1990.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LASCH, C. *A mulher e a vida cotidiana: amor, casamento e feminismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- LAURETIS, T. "A tecnologia do gênero". In: HOLLANDA, H. (Org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- MARKUS, M. "Mulheres, êxito e sociedade civil: submissão a ou subversão do princípio de realização". In: BENHABIB, S. CORNELL, D. (Org.) *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.
- MARTINS, J. de Souza. *A sociabilidade do homem simples – cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- PAUGAM, S. *La désqualification sociale: essai sur la nouvelle pauvreté*. Paris: PUF, 1991.
- PERROT, M. "Sair". In: FRAISSE, G.; PERROT, M. *História das mulheres: o século XIX*. São Paulo: Afrontamento, 1991, p. 503-539.
- SANTOS, Y. M. "Serviço Social: afinal do que se trata?". In: *Praia Vermelha Estudos de Política e Teoria Social*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 164-189, 2º semestre 2001.
- SARACENO, C. "A dependência construída e a interdependência negada: estrutura de gênero da cidadania". In: BONACCHI, G.; GROPPI, A. *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. São Paulo: Ed. Unesp, 1995, p. 205-234.
- SCOTT, J. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica." *Educação e Sociedade*, Porto Alegre, v.16, n. 2, jul./ago. 1995.
- TRONTO, J. "Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso?" In: _____. *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- VELOSO, R. *No caminho de uma reflexão sobre Serviço Social e gênero* (mimeo), 2001.
- VERDÉS-LEROUX, J. *Trabalhador social*. São Paulo: Cortez, 1986.

RESENHA

METAMORFOSES SOCIAIS E POLÍTICAS URBANAS

MARIA HELENA RAUTA RAMOS (org.)

Rio de Janeiro, DP&A, 2002

*Eliane Bryon**

O livro *Metamorfozes sociais e políticas urbanas*, que tem sua base em pesquisas acadêmicas, apresenta resultados da investigação sobre os novos contornos da questão urbana a partir dos novos processos de produção marcados pela mundialização da economia. Discute as novas configurações das políticas urbanas, referentes à produção e uso de equipamentos e serviços coletivos no espaço urbano municipal, bem como novos parâmetros para sua avaliação a partir da noção de eficácia societal.

O trabalho tem como um de seus méritos o fato de colocar em discussão muitas das questões que precisam ser aprofundadas com relação às "metamorfozes" pelas quais passa a sociedade contemporânea e seus reflexos no espaço urbano que constituem desafios às administrações

municipais. Oferece, portanto, elementos que ajudam a ultrapassar o limitado horizonte da gestão da crise nas cidades. O tratamento dado às metamorfozes contemporâneas revela a importância do lugar, mesmo sob a dominação da era da globalização e da revolução informacional, com seu fluxo intenso, sua grande dinâmica e sucessividade de informações. Põe em relevância a importância da articulação da realidade local, regional e global no debate sobre as escalas de ação política. Resgata do início da década de 1990 o interesse pelas discussões sobre o local nas ciências sociais, mas atualiza-o ao trazer ao debate faces (desse local) que se mantinham obscuras e não relacionadas à totalidade. Dessa forma, parte de uma concepção de poder local que inclui as dife-

rentes forças presentes no espaço urbano que devem estar articuladas às diferentes escalas de poder, inclusive no nível global, nos tempos atuais. Preocupa-se com as margens de ação de um governo municipal para liderar mudanças capazes de alterar as correlações de forças entre os diferentes segmentos sociais e empreender mudanças nas condições materiais de vida dos segmentos subalternos.

De modo que, numa composição de 12 artigos, o referido livro apresenta amplitude analítica articulando textos que têm uma linha condutória de cunho teórico crítico ao tratar dos reflexos da dinâmica contemporânea do capitalismo sobre o espaço urbano nos mais distintos aspectos. Com diferentes temas abordados por diversos autores, o livro ainda focaliza, sistematiza, analisa, relaciona e sugere soluções ao tratar de aspectos que marcam e implicam instituições municipais. Essa composição de artigos apresenta um novo universo cujo rebatimento incide diretamente sobre as formas urbanas, transformadas pela estrutura social e, ao mesmo tempo, transformadoras dessa mesma estrutura, requerendo, assim, que idéias e conceitos sejam repensados e reavaliados diante da atualidade e num contexto mais amplo.

A linha que articula teoricamen-

te a grande maioria desses textos está centrada em Lojkin, em sua análise do Estado capitalista, na perspectiva da relação capital-trabalho, atualizando uma antiga discussão que se refere ao estudo do universal e do singular, procurando dar conta do que se desenvolve no espaço urbano. Para o entendimento das transformações contemporâneas, esse autor parte da revolução informacional. Para ele, a era informacional tem a mesma importância que a Revolução Industrial, visto que apresenta potencialidades revolucionárias iguais ou maiores àquelas, colocando possibilidades de novas relações sociais de natureza não só mercantil.

Dizendo de um outro modo, a pretensão aqui não é sintetizar todos os 12 artigos que compõem o referido livro, mas destacar apenas alguns aspectos de cada argumentação, na medida em que introduzem elementos que, ao serem explorados, podem servir para provocar o debate sobre esses temas. Assim, através dos estudos que esses artigos apresentam, verifica-se que as cidades ressurtem como lugares estratégicos para a identificação, avaliação e compreensão dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais, fundamentais à inclusão e oferta de serviços e equipamentos sociais, e ainda para a utilização do espaço municipal. Ao destacar esses proces-

* Doutoranda, UFPE – UFRJ (Doutorado Sanduíche).

sos, o livro caracteriza esses espaços como espaços de intervenção social decorrente de múltiplas determinações que devem ser visualizadas para o estabelecimento de estratégias profissionais fortalecedoras das classes populares no espaço público, discutindo o caso específico do serviço social.

Assim, pode-se dizer que, ao contrário do que é apresentado e comentado no mencionado livro, esses textos procuram seguir um único eixo principal. Esse eixo, que perpassa a totalidade dos artigos, vem a ser o eixo das metamorfoses sociais, ou seja, o eixo das transformações pelas quais passa a sociedade no mundo contemporâneo e seus reflexos no espaço urbano. Seguindo esse eixo principal vão sendo delineados, entrecruzados e avaliados os efeitos da economia globalizada e da tecnologia no sistema de produção/reprodução e na sociedade, revelando-se os mecanismos de ação do poder público no governo da ordem social e da organização da cidade. Cidade esta que é tida como lugar central por excelência do suporte social, veículo e espaço para os modelos de gestão e para as políticas urbanas. Dessa forma, os textos, de um modo geral, salientam uma nova configuração espacial, em face das novas tecnologias utilizadas no sistema de produção/reprodução e dos desafios

que se constituem para e na elaboração de políticas, ou ainda no processo de gestão a ser utilizado.

O foco nas cidades, portanto, permitiu particularizar as transformações (ou metamorfoses) pelas quais passam esses espaços e a complexidade das políticas, principalmente considerando o dinamismo atual da realidade social. Ao focalizar o espaço urbano enquanto materialização da economia e dos mais diversos processos sociais, possibilitou-se demarcar o ressurgimento da força das cidades como rebatimento espacial da aglomeração das atividades e mudança na direção até então seguida pelos serviços, com ascendência financeira e nova especialização no mercado de trabalho.

Finalmente, através de diversos campos de investigação, como pode ser visto nessa publicação, foi evidenciada a relação dos mecanismos de ação do poder público na organização do espaço produtivo e os efeitos que a tecnologia e a economia globalizada acarretam no sistema de produção e na transformação da sociedade, materializados nas cidades. Esses resultados ressaltaram, assim, aspectos de uma nova ordem socioeconômica e espacial em função da qual a menor transformação operada ressoa e repercute na totalidade.

A CATEGORIA "QUESTÃO SOCIAL" EM DEBATE

ALEJANDRA PASTORINI

São Paulo, Cortez, 2002, 120 páginas

Por Ana Izabel de Carvalho Pelegrino*

As transformações contemporâneas que afetam as diferentes esferas da vida social envolvem processos como a globalização da economia; a aceleração da comunicação virtual, deteriorando o tempo da ação e reduzindo ou mesmo eliminando distâncias; a alteração nos processos produtivos provocada pelo surgimento da microeletrônica e da robótica, que reduzem postos de trabalho e contribuem para o aumento do desemprego em escala mundial; as crises nos modelos de Estado de Bem-estar Social nos países desenvolvidos e a predominância do ideário neoliberal, com efeitos mais perversos nos países caracterizados como de capitalismo dependente. Neste sentido, "apropriar-se das modernidades de ontem pode ser, ao mes-

mo tempo, uma crítica às modernidades de hoje e um ato de fé nas modernidades – e nos homens e mulheres modernos – de amanhã e do dia depois de amanhã" (Berman, 1998: 35).

O livro *A categoria "questão social" em debate*, de Alejandra Pastorini, é um excelente convite a esse exercício de apropriação proposto por Marshall Berman. Tal convite dirige-se a todos aqueles que ousam questionar a tendência de conceber a história enquanto linearidade; àqueles que se inquietam diante das injustiças sociais e diante das promessas não cumpridas da modernidade ocidental. Com forte conotação crítica e incisiva recusa às formulações teóricas redutoras da complexidade do real, o estudo de

* Professora adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro; doutora em Planejamento Urbano e Regional. E-mail: ana_izabel@uol.com.br

Alejandra propõe uma reflexão sobre os usos da categoria “questão social”.

A atualidade da discussão reside no fato de que as inúmeras tentativas de “contornar” as seqüelas da “questão social” têm fracassado inclusive nos países desenvolvidos. Tal fracasso expressa-se no aprofundamento da pobreza, no crescimento da violência urbana, na precarização das relações e condições de trabalho e, sobretudo, nas sistemáticas impossibilidades de reprodução material e espiritual de amplos segmentos sociais em escala mundial. A despeito das tentativas de minimizar os efeitos predatórios da acumulação capitalista, reconhecemos que a persistência dos obstáculos decorre efetivamente da manutenção dos pilares que sustentam a hegemonia do capital. Ou seja, da impossibilidade de superar a “questão social”, uma vez que, ainda que novos fenômenos concorram para o seu aprofundamento, a contradição que a funda – a contradição capital/trabalho – permanece intocada.

O fio reflexivo proposto pela autora é aquele que reconhece as “novidades” no processo de ordenamento das relações capitalistas. Entretanto, não se trata de realizar oposições redutoras entre as novas manifestações da “questão social” na atualidade e as supostas per-

manências de traços de uma “antiga questão social”, pois “embora concordemos que existem novos elementos, novas expressões imediatas da ‘questão social’ que poderiam nos levar a pensar que ela é nova, entendemos que existe uma nova versão ou forma de se manifestar a ‘questão social’, mas que ela continua a manter traços essenciais e constitutivos da sua origem” (p. 12).

O livro encontra-se dividido em quatro pequenos capítulos. As mudanças na sociedade contemporânea e a “questão social” é o conteúdo tratado no primeiro capítulo. A autora traz uma crítica enfática às formulações de autores da tradição francesa – Rosanvallon e Castel, que influem fortemente o debate brasileiro sobre a “questão social” – que se dirige à defesa de uma “nova questão” e, por conseguinte, de uma “nova pobreza” e de uma “nova exclusão”. Diante da constatação do esgotamento das formas clássicas de proteção social, arduamente conquistadas pela classe trabalhadora, vemo-nos diante da busca por novos contratos sociais com vistas ao restabelecimento de vínculos de solidariedade. Trata-se da tentativa de dissolução dos vínculos de classe que permitem o fortalecimento das lutas sociais e asseguram ganhos materiais e espirituais ao conjunto da classe tra-

balhadora. Na esteira desse processo, que se verifica no contexto da globalização financeira e sob a égide do ideário neoliberal, as novas formas de enfrentamento da “questão social” – cuja marca original é o surgimento do pauperismo na primeira metade do século XIX na Europa Ocidental – passariam a exigir um “novo” Estado. Várias são as denominações propostas pelos autores mais detidamente analisados por Alejandra.

A sólida argumentação da autora permite-nos reconhecer, como ela o faz, que, a despeito das novas funções propostas ao Estado – “Estado estrategista, Estado inteligente e Estado-providência ativo” (p. 18) – é difícil vislumbrar possíveis compromissos do Estado com a esfera do social. Isso porque, dada a crise do emprego provocada pela própria crise da sociedade capitalista, não serão os vínculos e laços individuais capazes de assegurar condições de trabalho.

Constatadas as novas configurações nos processos de produção que incidem diretamente na reprodução da classe trabalhadora, o desafio analítico para decifrar tais fenômenos é, sem dúvida, maior do que a pregação do fim da centralidade do trabalho e de sua capacidade para explicar a realidade social. Alejandra Pastorini analisa

crítica e competentemente as alterações contemporâneas produzidas pela globalização financeira e os seus correlatos colaboradores – a propagação do neoliberalismo e o encolhimento do Estado diante do social – bem como as refrações da reestruturação produtiva. Explícita que para a compreensão da “questão social” contemporânea, é de máxima importância referir-se às mudanças no mundo da produção. Tais mudanças residem no contexto mais amplo da reestruturação produtiva. Nesse contexto de precarização do trabalho expressivo dos altos índices de desemprego estrutural, do aumento do trabalho informal, da redução da jornada de trabalho, da fragmentação da classe trabalhadora com fortes rebatimentos na ação sindical, acionar instrumentos de regulação estatal parece ser uma questão crucial para assegurar condições de trabalho, e isso significa assegurar a ação reguladora do Estado na esfera do social.

A perda de processualidade nas análises da “nova questão social” é o título do segundo capítulo. Analisando as propostas de autores internacionais – Rosanvallon (“a dissolução do contrato social e a nova questão social”), Castel (“a genealogia da questão social”) e Heller e Fêhéer (“a impossibilidade de solucionar a questão”) –, a autora recha-

ça as análises contemporâneas sobre “questão social” que inscrevem os “novos” fenômenos introduzidos com a chamada globalização financeira através da naturalização da vida social. Ou seja, “para compreender o movimento do real, é necessário romper com os dualismos antes/agora, passado/presente, antigo/novo, fato que não implica desconhecer as especificidades de cada momento histórico e de cada contexto social; pelo contrário, dessa forma poderemos perceber as transformações sociais historicamente, sem cortes temporais fixos” (p. 48).

A partir da análise dos autores indicados anteriormente, Alejandra sintetiza, ao final do segundo capítulo, os “nós” teóricos e as implicações políticas decorrentes das análises que apregoam a existência de uma “nova questão” bem como daquelas que asseveram que a “questão social” sempre existiu e/ou sempre existirá. Da síntese apresentada por Alejandra cabe destacar o seguinte: que as mudanças capitalistas nas últimas décadas do século passado marcam o “fim” da história da luta de classes, sendo o marxismo incapaz de explicar essa nova realidade; que o “paradigma da exclusão” fundaria as explicações sobre a “nova questão social” substituindo o da luta de classes e das desi-

gualdades; que há uma crise no *welfare state* e nas formas de regulação social, indicando o esgotamento das formas clássicas de intervenção estatal; e, finalmente, que o laço social e os riscos da fatura da coesão social são elementos fundamentais nos estudos contemporâneos sobre a “questão social”.

As manifestações da “questão social” na América Latina recebem atenção especial no terceiro capítulo do estudo realizado por Alejandra Pastorini. Sumariando algumas expressões da “questão social” nos países capitalistas da América Latina, a autora recupera o debate sobre os efeitos das políticas de ajustes estruturais deslanchadas a partir da década de 1980 e o forte apelo dos organismos internacionais – Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional – no que tange às receitas neoliberais para “saída de crise” e retomada do crescimento. A despeito do reconhecimento dos efeitos diversos tanto econômicos quanto sociais das medidas de ajuste neoliberal, inclusive da parte desses organismos internacionais, destacamos que a nova fórmula encontrada para enfrentamento da “questão social”, ou seja, pensar em “reformas sociais que tenham como alvo a ‘nova pobreza’ ou os ‘excluídos’” (p. 78), parece que não resolve os problemas estruturais dos países capitalistas da

América Latina. Isso porque acionar as categorias de “exclusão/inclusão” não permite apreender a totalidade dessas sociedades e tampouco as contradições que as produzem e alimentam.

No quarto e último capítulo do livro, Alejandra Pastorini nos oferece pistas fecundas para fugir das armadilhas do “novo” fomentadas pelas profundas transformações no atual contexto. A autora nos alerta quanto aos riscos de pensarmos que as contradições capitalistas deixaram de existir. Entretanto, ela assinala também que, de fato, existem “novidades” na “questão social” contemporânea, porém suas principais manifestações históricas – pauperização, exclusão, desigualdades sociais – são decorrentes do aprofundamento das contradições inerentes ao sistema capitalista. Assim sendo, o livro é uma excelente contribuição para decifrar as armadilhas teóricas e iluminar a formação do pensamento crítico cuja concretização em práticas sociais pode assegurar a construção de um mundo justo, democrático e, sobretudo, humano.

ORIENTAÇÃO PARA POSSÍVEIS COLABORADORES

A *Praia Vermelha Estudos de Política e Teoria Social* publicará trabalhos inéditos da seguinte forma:

1. Sob a forma de artigos, resenhas de livros e matérias diversas como noticiário, entrevistas, em português.
2. Os artigos deverão ter no máximo 30 laudas, espaço duplo, com 70 toques por linha ou 63 mil caracteres no total, em letra tipo 12/*Times New Roman*, incluindo as referências bibliográficas e notas.
3. Os artigos devem vir acompanhados de um resumo com até 150 palavras, em português, bem como contendo 4 palavras-chave.
4. As resenhas bibliográficas devem ser de livros recentes, com no máximo 4 laudas de 30 linhas com 70 toques, ou 8.400 caracteres. Devem apresentar a referência completa das obras analisadas, indicando o número de páginas.
5. Os autores devem se identificar apresentando suas filiações institucionais e endereços completos para contato.
6. As notas devem vir no rodapé. As referências bibliográficas devem aparecer no corpo do texto com o seguinte formato: sobrenome do autor, ano da publicação e página, conforme exemplo a seguir (Haber-mas, 1980: 57); e no final do artigo em ordem alfabética, tais como:

LIVRO

ALMEIDA, Suely Souza. *Femicídio: Algemas (In)visíveis do Público – Privado*. Rio de Janeiro: REVINTER, 1998.

COLETÂNEA

LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.

ARTIGOS EM COLETÂNEAS

BISNETO, Augusto José. A Análise Institucional no Processo de Renovação do Serviço Social no Brasil. In: VASCONCELOS, Eduardo Mourão (Org.). *Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 291-328.

ARTIGO EM PERIÓDICO

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. *Praia Vermelha Estudos de Política e Teoria Social*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-144, 1º semestre/1997.

TRABALHOS NÃO PUBLICADOS

ABREU, Haroldo Baptista. *Cidadania, Capitalismo e Modernidade*. Rio de Janeiro, ESS/UFRJ, Tese de Doutorado, 2000.

Praia Vermelha

Estudos de Política e Teoria Social

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

REITOR

Aloísio Teixeira

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

José Luiz Fontes Monteiro

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS

DIRETORA

Profª. Rosana Morgado

VICE-DIRETOR

Prof. José Paulo Neto

COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Profª. Lília Guimarães Pougy

COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*

Prof. Eduardo Mourão de Vasconcelos